

Em Debate o Programa Comum Para a Formação de um Govêrno Que Faça as Reformas de Base

«Prefeitinho»
Apreende Jornais

nacionalismo democracia socialismo

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio de Janeiro, 24 a 30 de janeiro de 1964 — N.º 257

Antecipando-se aos novos métodos de terror ideológico que Lacerda pretende oficializar com a criação do Serviço de Atividades Antiextremistas, o «prefeitinho» de Copacabana decidiu apreender, nas bancas de jornais daquele bairro, toda e qualquer publicação de caráter progressista. Já há algumas semanas, vêm sendo apreendidos exemplares de NOVOS RUMOS, além de outros jornais e revistas, como «Problemas da Paz e do Socialismo», «União Soviética», «O Semanário», etc. O «prefeitinho» age como um autêntico chefe nazista: à frente de soldados armados de metralhadoras, intima os jornaleiros a entregar as edições, sob a ameaça de depredar ou fechar as bancas.

O que está se verificando é mais uma inominável violência contra a imprensa — contra a liberdade de imprensa que o furioso apátrida que hoje desgoverna a Guanabara se dizia, e ainda ousa dizer-se, um defensor incondicional. Não é, aliás, a primeira violência: todo o povo carioca está lembrado das cenas tipicamente nazistas que se desenvolveram nas redações dos jornais do Rio em agosto de 1961.

Que pretende Lacerda com essas práticas terroristas? De um lado, intimidar — aliás, absolutamente em vão — as forças patrióticas e democráticas. De outro lado, credenciar-se cada vez mais ao entreguismo como o seu homem e o seu melhor candidato.

Sob o império de Lacerda, democracia significa terrorismo.

Entrevista de Prestes em tb

Junto com o presente número, *NOVOS RUMOS* publica um tablóide com a entrevista que o dirigente comunista Luis Carlos Prestes concedeu a uma emissora de televisão da capital paulista.

Prestes respondeu a perguntas formuladas por quatro jornalistas de viva voz e a dezenas que lhe foram transmitidas, feitas por telespectadores de S. Paulo.

Em sua entrevista, o dirigente comunista aborda as mais diversas questões relacionadas com o panorama político nacional, assim como com o movimento comunista no Brasil e no mundo, a coexistência, o desarmamento e a paz mundial.



Amplios entendimentos políticos vêm-se processando, nos últimos dias, entre as forças interessadas na constituição de um govêrno que, apoiado no povo, seja efetivamente capaz de levar à prática as reformas de base. Nesse sentido, o deputado San Tiago Dantas encaminhou às lideranças políticas um conjunto de sugestões de caráter programático, sobre cuja base se constituiria uma Frente Popular ou Frente Progressista.

vés do documento em que apresentam suas observações e sugestões ao projeto inicial encaminhado pelo professor San Tiago Dantas. A Frente de Mobilização Popular, reunida sábado último, iniciou a discussão do problema, tornando pública uma nota oficial, subscrita pelos representantes das organizações que se agrupam na FMP. Por sua importância, todos estes documentos são publicados na presente edição de NOVOS RUMOS, (3.ª e 8.ª página.)

Em função desses entendimentos, e atendendo a um convite do presidente João Goulart, esteve no Rio o governador Miguel Arraes. Sua posição, após os encontros que manteve com JG e com as entidades representativas da frente nacionalista e democrática, está fixada na nota distribuída à imprensa, antes de seu regresso a Recife. Os comunistas, visando a contribuir para a elaboração de uma plataforma comum, pronunciaram-se atra-

z com o mais vivo interesse que a opinião pública acompanha a evolução desses acontecimentos políticos, uma vez que a constituição de um govêrno identificado com as forças nacionalistas e democráticas — capaz, por isso mesmo, de efetivar as reformas de estrutura e assegurar o desenvolvimento independente e democrático do País — é uma exigência indeclinável das grandes massas, da própria consciência nacional.

CNTI Comanda a Luta Por Mínimo de 100% e Nôvo Rezoneamento

Reportagem na 2a. página

Coquetel Para Reabrir ICBC

Os amigos de Cuba comemoraram, às 18.30 do dia 28, terça-feira, a reabertura do Instituto Cultural Brasil-Cuba, ao mesmo tempo em que prestarão uma homenagem a José Martí, herói da independência cubana. O coquetel será realizado na sede do Instituto, a Av. Rio Branco 156, sala 1518 (Edifício Avenida Central). O ICBC havia sido fechado devido à negativa do govêrno da Guanabara em conceder-lhe o alvará de localização, baseada no fato de ser um "instituto subversivo". A acusação, formulada no despacho do sr. Rafael de Almeida Magalhães, eminência parca do govêrno Carlos Lacerda, foi derubada com a decisão do Juiz Cláudio Tostes, que concedeu a liminar ao mandado de segurança imediatamente requerido pela diretoria do Instituto. A liminar, obtida em primeira instância, fará com que possam ter continuidade os cursos de literatura e história cubana, e ainda o curso de língua espanhola, ministrado regularmente por aquele Instituto.

Aristóteles Moura Aprecia Remessa de Lucros

Na sexta-feira passada, dia 17, em Petrópolis, na presença de Ministros e um grande número de dirigentes sindicais e trabalhadores, o presidente João Goulart assinou o decreto que regulamentará a Lei de Remessa de Lucros.

Na 7.ª página, publicamos uma primeira apreciação do importante documento, de autoria do prof. Aristóteles Moura.

A foto ao lado registra o momento em que o líder sindical Aluizio Pañano, após ter proferido o seu discurso na qualidade de representante do CGT e em nome dos trabalhadores brasileiros, era cumprimentado pelo presidente da República.



Barnabés Rompem Tabu e Greve da Light Foi Exemplo de Unidade

Reportagem na 2a. página

BH Reúne Trabalhadores da América Latina. Congresso Começa Dia 24

Reportagem na 6a. página

Previdenciários Marcaram Com Greve o Início de Uma Etapa Nova da Luta

Gráficos:

Tomou posse na última terça-feira, às 19.30 horas, a nova diretoria do Sindicato dos Gráficos, recentemente eleita, em chapa única. A diretoria composta está assim integrada:

Presidente — Giovanni Romita; 1.º secretário — Oswaldo Goes; 2.º secretário — Arnaldo de Souza; 1.º tesoureiro — Walter Torres; 2.º tesoureiro — Valdir Nascimento Pinto; diretor social — Trajano Silva Jardim e diretor procurador — Joaquim Dias.

Após a solenidade de posse, transcorrida na sede da entidade à Av. Presidente Vargas, 529, foi realizada uma festa de conagração dos associados.

Securitários: vitória

Os trabalhadores em empresas de seguros privados da Guanabara conquistaram, após grande campanha reivindicatória, um aumento salarial a partir de 1.º de janeiro. Entre as várias conquistas contidas no novo contrato de trabalho destacam-se as seguintes:

a) aumento salarial de 100% a partir de 1.º de janeiro; b) reajustamento de 35% a partir de 1.º de junho próximo; c) aumento mínimo de Cr\$ 26.000,00 com teto de Cr\$ 95.000,00.

Sapateiros exigem

O Sindicato dos Sapateiros e Bolsistas da Guanabara está planejando um programa de ação, tendo em vista percorrer todas as fábricas de bôças e artefatos de couro, organizando e conclamando os trabalhadores para a luta contra o boicote, levado a efeito por algumas empresas, do pagamento do aumento alcançado em acordo, vigorando desde 29 de outubro do ano passado, quando os trabalhadores conquistaram 130% de majoração salarial sobre os salários de dezembro de 1961.

Comerciários

Foi realizada dia 17 do corrente, na sede do Sindicato dos Comerciários, à Rua André Cavalcante, 33, a assembleia geral da categoria, visando elaborar as reivindicações a ser apresentadas, em proposta, às entidades patronais.

As reivindicações principais, para o próximo acordo, estão assim formuladas:

a) aumento geral da ordem de 120% com vigor a 1.º de março; b) reajustamento, com cláusula específica, seis meses após; c) gratificação anual de Cr\$ 1.000,00 para cada comerciário e 10 vezes maior para cargos de chefia.

Os comerciários estão também mobilizando-se para a campanha da imediata decretação do novo salário-mínimo, em nível não inferior à elevação do custo de vida, 100%, portanto.

Metalúrgicos: Ato e Assembleia

Foi realizado sexta-feira última, às 19.30 horas, um ato de solidariedade, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos, aos líderes sindicais paulistas Plácido e Dellélli, presos em São Paulo, arbitrariamente, e recentemente libertados, juntamente com um grupo de sargentos do II Exército. Ao ato transcorrido na sede do sindicato, à Rua Ana Neri, 152, compareceram os trabalhadores metalúrgicos, além de numerosa massa de não associados.

Dando início à mobilização da categoria para as lutas salariais do presente ano, a entidade dos metalúrgicos e mecânicos programou, para amanhã, dia 24, às 19.30 horas, a realização de uma assembleia geral da categoria.

Nessa assembleia será debatida a questão do reajustamento salarial, como determina o contrato assinado em agosto, quando do aumento salarial de 70%. O reajustamento deverá ser correspondente à elevação do custo de vida durante os seis meses, inclusive janeiro.

Bancários: ontem, hoje e amanhã

Foi levada a efeito, ontem, mais uma conferência do ciclo sobre problemas contemporâneos, tendo o marxismo como tema. Leandro Konder foi o conferencista.

Hoje, dia 23, às 19.00 horas, reunir-se-ão as comissões do sindicato nas empresas para tratar da participação dos bancários no Congresso Latino-Americano de Trabalhadores a ser realizado em Belo Horizonte.

Será inaugurada amanhã, na sede da entidade, à Av. Presidente Vargas, 502, 20.º andar, uma sala denominada Darcy Montez, em homenagem ao estimado líder bancário desaparecido tragicamente em acidente automobilístico.

Têxteis elegem

Estão-se processando as eleições para a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem da Guanabara. Os trabalhadores desde ontem, dia 22, estão votando; continuarão em romaria à entidade da Rua Mariz e Barros até amanhã, sexta-feira, para consagrar a chapa única do pleito.

A chapa única submetida ao julgamento está assim composta:

Presidente — Hércules Corrêa dos Reis; 1.º secretário — Cleonildo Bezerra de Faria; 2.º secretário — Alberto dos Santos; tesoureiro — Sidney Peixoto da Silva; procurador — Firmino Antônio da Silva Neto.

Telegrafistas: 31% para já

Os trabalhadores do Sindicato dos Telegrafistas, Radiotelegrafistas e Radiotelefonistas estão-se mobilizando para fazer valer a sua conquista, alcançada em novembro: a concessão do abono de emergência da ordem de 31%.

As empresas, embora tenham-se comprometido a executar o pagamento, ainda não o efetivaram, alegando falta de recursos, desajustando o prévio reajustamento tarifário. Os trabalhadores aguardarão até ao fim do mês o pagamento do abono; caso não venha, a partir de então, deflagrarão um movimento grevista.

Rica de ensinamentos e experiências a GREVE de advertência realizada no dia 16 de janeiro, pelos previdenciários, servidores do Departamento de Estrada de Rodagem (DNER), Servidores Civis do Ministério da Marinha, Portuários, Servidores da Endemias Rurais, DCT (Setor de Tráfego) SUPRA e SANS, pela conquista do 13.º salário.

Por outro lado, o movimento estava ainda restrito aos previdenciários da Guanabara e Estado do Rio; São Paulo, que havia dado o grito de guerra, valia-se...

Firmeza do Comando

Com o auxílio da ABI totalmente tomado, com a presença de colegas do Departamento de Estrada de Rodagem e servidores civis do Ministério da Marinha e outros servidores, inclusive a assembleia, uma das mais entusiasmadas de servidores públicos.

As 18.30 horas, a reunião da ABI, realizada no Comando uma reunião das mais importantes: levantamos então o problema da transferência da deflagração da GREVE levando em conta vários fatores, inclusive a falta de organização, muito aquém do necessário para o movimento.

Diffícil foi vencer a paridade no comando; mais difícil ainda na assembleia. Mas a massa acabou a decisão do Comando, marcando nova assembleia para o dia 19 de dezembro.

Deve-se salientar que todas essas assembleias terminaram em grandes passadas pelas ruas principais da cidade, em vista aos jornais e rádios, notadamente à emissora Mairink Veiga.

Amplia-se o Movimento

Já nesta altura os esforços para UNIR o maior número de categorias interessadas na luta pela conquista do 13.º salário ganhava corpo.

Os servidores civis do Ministério da Marinha e aliados, incluindo em suas reivindicações o 13.º salário, equiparados aos operários navais e liberação do secretário da entidade, Nelson Quintino, que fora preso por distribuir manifesto de convocação da assembleia.

Os servidores do Departamento de Estrada de Rodagem saíram para a luta e em 15 dias, com grande passada e forte pressão de massa, conquistaram uma gratificação que só era paga aos engenheiros do PQOR! fortalecendo assim a sua organização e preparando-se para novas lutas.

Unidos três setores, já era possível uma movimentação de grande envergadura pela conquista do 13.º salário.

Sul, Pernambuco, Ceará, Bahia, etc. dando um caráter nacional ao movimento.

Assembleia Memorável

Engatados todos os esforços junto às autoridades para a conquista da natalina, ou 13.º salário (até a minuta do decreto, etc. foi entregue antes do dia 23/12/63 ao senhor Ministro) desenvolvemos um grande trabalho no sentido de garantir o êxito da assembleia marcada para o auditório do Automóvel Club do Brasil, no dia 15, quando seria tomada uma decisão sobre o assunto.

Já agora, no que se referia aos previdenciários, com uma organização muito ideal pelo menos aceitável, com cerca de 80 piquetes organizados, insatisfeitos e prontos para a batalha decisiva.

Da parte dos companheiros portuários não havia dúvida sobre a sua participação coesa no movimento.

Da parte dos servidores civis do Ministério da Marinha, suas assembleias e seu passado de luta eram uma garantia de vitória; isto também em relação aos companheiros do DNER.

Uma dúvida pairava sobre todos: e os previdenciários?...

Vitória a um Passo

Uma das preocupações do comando foi fazer a unidade entre essas forças a fim de garantir a vitória. Isso foi rapidamente realizado por intermédio da Confederação Nacional dos Servidores Públicos e Federação Carioca dos Servidores Públicos que, dirigidas por Carlos Taylor e Manoel Libório, passaram a comandar a batalha pela conquista do 13.º salário.

Várias reuniões foram realizadas já então com a participação dos portuários que trouxeram para o movimento a aquele vigor que os caracteriza. Já nesta altura a União dos Previdenciários do Brasil havia conseguido organizar comissões regionais em Brasília, Rio-Grande do

Estamos em greve: Cêra das 10 horas da noite, pelas ondas da Mairink Veiga, o presidente do comando dos previdenciários, depois de aprovada a resolução do comando geral das categorias que firmaram o acordo de unidade, lia a proclamação dos previdenciários de todo o Brasil:

a ZERO hora entrariam em GREVE pela natalina. Acertando as decisões acertadas antes, os previdenciários deixaram o local da assembleia dirigindo-se para o Sindicato dos Aeronautas, onde ficaria localizado seu comando, que daria apenas as últimas instruções ao local onde a atuar, pois os chefes dos piquetes já haviam recebido as instruções para seus trabalhos, bem como as características de cada local onde iam atuar.

O entusiasmo era enorme: todos queriam receber logo as últimas instruções para dirigir-se aos locais onde atuariam.

O número de presentes era superior ao dos colegas inscritos nos piquetes.

«Agora não precisa, eles reclamam. Eles estão unidos e com razão; o melhor é a senhora sair daqui!»

Valentão, Não

No IAPI, conjunto de Del Castilho, um médico declarou ao comando, no dia anterior, que entraria de qualquer maneira, caso fosse deflagrada a greve, seu nome é VALENTE. Deflagrada a greve, um membro do piquete preparou um grande cartaz e colocou na janela do referido Dr. «VALENTE É VALENTE QUE NÃO É VALENTE». Descendo do carro, dirigindo-se para a entrada e vindo o cartaz, o Dr. Valente tomou, realmente, uma atitude de valente: — Solidarizou-se com os membros dos piquetes e passou a colaborar para o êxito da greve, colocando o seu carro à disposição do movimento.

Nacional

O movimento que estava a princípio apenas na Guanabara, graças à segurança do comando, estendeu-se aos outros Estados.

Em Minas Gerais, os previdenciários pararam; também os servidores federais. E de atacar o papel desempenhado pelos colegas do IAPC de Juiz de Fora, que também pararam.

Rio-Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Estado do Rio, pararam.

Lamentamos que São Paulo, que deu o grito de guerra, tenha deixado de dar a sua contribuição para esta grande vitória. Agora é corrigirmos as falhas que ainda temos, e iniciarmos já, sem demora, uma luta concreta pelo reajustamento dos vencimentos e a sindicalização.

Saldo

Um grande saldo positivo deixou-se desta greve memorável, de advertência, por 24 horas, realizada no dia 16/1/1964.

Em primeiro lugar as entidades de massa saíram fortalecidas; por exemplo, a União dos Previdenciários, que era desconhecida, hoje está se ampliando nacionalmente. Outro fator importante foi a unidade, entre servidores dos Institutos de Previdência, os funcionários e os dirigentes sindicais; esta unidade poderá melhorar em muito os Institutos, no que diz respeito ao atendimento aos operários que agora são considerados aliados na luta comum.

Entim, quebrou-se o Tabu de que funcionário não consegue fazer greve.

O Comando Operário Sindical foi recebido muito bem; agora é ampliar esta unidade.



PRIMEIRA GREVE — «Estamos em greve» é a afirmação com que os previdenciários brasileiros inauguraram nova etapa na história da sua luta por organizar-se e conquistar direitos. A greve foi de 24 horas e de advertência; mas o Governo cedeu imediatamente.

Greve Deu Vitória ao Pessoal do Gás, Carris, Telefone e Luz

Aristides de Oliveira

Por meio de uma greve de três dias, os trabalhadores da produção de gás, de energia elétrica, dos carris e do serviço telefônico do Estado da Guanabara conseguiram o que reivindicavam: 100% de aumento, partido em dois (60% a partir de 1.º de janeiro e 40% a partir de abril); teto de 200 mil e mínimo de 30 mil cruzeiros; salário-família de 2.500 cruzeiros por dependente; pagamento de 90 mil cruzeiros por período de férias; além do compromisso de não punição, disciplinar ou salarial, dos grevistas.

Verdade que as conquistas da greve dos trabalhadores ficaram ainda e por enquanto em estado de promessa: um protocolo que foi assinado entre o Ministério do Trabalho e os trabalhadores, qualificado pelo ministro Amauri Silva de «fundamento para o acordo» que deverá ser assinado até 3 de fevereiro vindouro. A concessão de aumento de salário ainda depende de reajustamento das tarifas de energia elétrica, telefone, gás e carris — reajustamento que depende do governo estadual da Guanabara, o qual ainda não disse nada.

Reação e Faria

Greve determinada — como a maioria das greves ecodidas no Brasil nos últimos meses — pela alta do custo de vida, devoradora de salários, a greve dos empregados nos serviços de gás, energia elétrica, telefone e carris urbanos (bônus) começou e decorreu e triunfou contra a intolé-

rância dos empregadores, a irresponsabilidade do governo estadual e a quase incompetência do governo federal a cuja jurisdição administrativa não pertencia o problema.

E sofreu também a greve a oposição virulenta, como sempre, apoiada em fatos e argumentos falsos, como sempre — dos jornais auto-proclamados «Imprensa Sãdia». Com o despudor «normal», o «O Globo» fez um esforço — que ele próprio quase nunca ultrapassa — de mentir sistematicamente com o fim de tapear os desajustados e criar a impressão de que a greve — a dos trabalhadores de gás principalmente — era ilegítima. O «O Globo» chamou-a de imoral. E pediu, e exigiu, e clamou pela repressão da greve, furioso de não ver a polícia federal despejar violência sobre os grevistas.

O governador do Estado foi à televisão e acusou: a greve que produzira a falta de gás em quase toda a cidade (um pedaço da Zona Norte se abastecia de gás em bujão) era mais um ato de «conspiração comunista», de certo «cuidadosamente preparada e posta em execução». Mais uma vez — fastidiosa, fríselmos — o governador se furtava à função de governar, demitindo-se da incumbência de governar, evadindo-se.

Faria desmoralizada: não se pode voltar ao povo «contra os grevistas», porque essa dissociação, essa antinomia povo-operário só existe e aparece por força de um mecanismo psicológico

próprio do reacionário, agredido pela «quebra» de uma homogeneidade social que não existe, não pode existir em uma sociedade inelutavelmente contraditória por que dividida em classes.

Foi vão, portanto, o esforço da imprensa reacionária para forjar uma opinião pública (o operariado grevista não compõe a «opinião pública») contaminada pelo sentimento confuso da legitimidade e imoralidade da greve. A solidariedade aos grevistas foi a solidariedade natural em uma população que conhece, no dia-a-dia, a realidade dos preços, que começam a proibir, a interditar a vida dos trabalhadores e de todos os assalariados.

Greves

A cidade do Rio ficou sem gás três dias e três noites; a unidade dos setores operários em greve foi completa. A rede de telefone funcionou com precariedade total — e as linhas de bondes ainda remanescentes ficaram paralisadas. Se os operários do setor da energia elétrica tivessem querido acentuar a pressão que a greve já constituía, o Rio teria ficado na escuridão.

Coincidam com a greve dos trabalhadores em energia elétrica, carris, gás e telefone — outras greves também importantes; a dos previdenciários, que durou 24 horas e, bem sucedida, provocou a concordância do governo federal em pagar-lhes uma gratificação de Natal; a dos carregadores e encasadores de café, que já perdurava por uma semana; a dos trabalhadores da Indústria do sal, e de setores diversos do funcionalis-

CNTI-CGT: Mínimo de 100% e a Partir de Janeiro

A «questão do salário mínimo» em 1964 está fundamentada nos três pontos apresentados pelo CGT-CNTI ao presidente João Goulart, quando da reunião realizada no Palácio Rio Negro com os dirigentes sindicais. A reivindicação dos trabalhadores está num novo rezoneamento dos níveis salariais, aumento de 100 por cento e ainda a vigência retroativa — a partir de 1.º de janeiro.

Rezoneamento

O rezoneamento das dezenas de salários mínimos existentes, sempre foi uma reivindicação constante dos trabalhadores, e no decreto presidencial que elevou o salário em 1963 estava o Ministério do Trabalho a apresentar uma nova divisão. Entretanto, isso não se deu, e o departamento de estatística do MTPS só veio apresentar o novo rezoneamento no mês que passou. Diante disso, a CNTI apressou-se em consultar as 53 federações que a compõem, pedindo-lhes uma opinião sobre o rezoneamento elaborado pelo SEPT.

A resposta dos trabalhadores não tardou. O plano do Governo, que diminuía de 55 para 32 as sub-regiões, uma vez que se apresentava algumas falhas que não podiam ser aceitas pela CNTI. E assim, os trabalhadores elaboraram um novo rezoneamento, completando em alguns pontos o que havia sido apresentado pelo SEPT. O plano da CNTI, contendo 14 bandas, elimina as sub-regiões de 3.ª categoria, evitando assim que existam três salários mínimos num só Estado.

Eliminando as dezenas de sub-regiões, os trabalhadores dão um golpe de morte em verdadeiras diferenças, chegando a haver, em determinados pontos do país, dois salários mínimos, um para cada lado de uma ponte.

Estão contidas ainda nas sugestões apresentadas ao presidente da República pelo sr.

Clodsmith Riani, as promoções de várias sub-regiões da 2.ª e da 3.ª para a 1.ª categoria, como é o caso do município paulista de Osasco.

Esperamos, depois dos entendimentos mantidos entre as autoridades federais e os dirigentes sindicais, que venha a ser feita uma fusão entre o plano de rezoneamento do SEPT e o da CNTI, diminuindo-se as sub-regiões de São Paulo de cinco para duas (o plano do SEPT deixava três sub-regiões em São Paulo, que viria a ser o único Estado com três salários mínimos). Por outro lado, o ministro Amauri Silva garantiu aos trabalhadores que não haverá relaxamentos em nenhum lugar do país, cuja possibilidade era firmemente rejeitada pelos trabalhadores, pois, na atual situação do país, a mão-de-obra do operário deve ser promovida, e nunca rebaixada.

100% Retroativo

Além do rezoneamento, cujos detalhes ainda não são totalmente conhecidos, a CNTI exigiu do presidente Goulart que o novo mínimo, em nenhum caso, seja inferior a 100%, podendo, em alguns casos, ultrapassar essa percentagem, uma vez que fique comprovado que o custo de vida elevou-se em mais de 100 por cento.

Outro aspecto importante do decreto que deverá ser elaborado o mais depressa possível, é a questão da vigência, pois, os estudos da elevação do custo de vida são calculados tendo-se como base o ano de 1963, e já se passou um mês de 1964, sem que os trabalhadores vissem aumentado o salário mínimo, enquanto que o custo de vida não parou de subir.

Os trabalhadores exigiram, na reunião que tiveram com o ministro do Trabalho e com o presidente da República, que o novo salário tenha vigência retroativa — a partir de janeiro — tal como acontece com os acordos salariais que passam a vigorar quando termina a vigência do anterior.

Publicamos hoje, com as sugestões iniciais encaminhadas pelo deputado San Tiago Dantas, o documento em que os comunistas definiram sua posição nos entendimentos que estão sendo realizados com o objetivo de se formular uma plataforma de ação comum...

estrutura, os comunistas indicaram algumas questões básicas do âmbito da iniciativa. Queremos chamar a atenção para algumas dessas questões. Torna-se indispensável que em torno do programa em elaboração se estabeleça, desde já, amplo debate nas organizações representativas dos trabalhadores e do povo. O CGT e a UNE já tomaram decisões nesse sentido. Será através dessa participação que se poderá chegar a uma plataforma que, expressando um pensamento comum, fortaleça a unidade de todas as forças interessadas na sua realização. Por outro lado — e esta também é uma questão fundamental — o êxito da iniciativa dependerá, essencialmente, da possibilidade de desencadear-se, em torno da plataforma que for elaborada, um amplo e vigoroso movimento popular capaz de criar o "lastro de opinião pública" necessário a um governo que se dispunha efetivamente a realizar tais medidas.

O papel dos comunistas não se esgota, assim, com a apresentação de sugestões. Ao contrário. Este deve ser o ponto de partida da sua atividade. Fixada sua orientação, cabe aos comunistas, agora, levar para as organizações de massa o debate do problema, de modo a que se possa chegar, no confronto das opiniões, a uma solução que aglutine as forças nacionalistas e democráticas, amplie e fortaleça a frente única e estimule sua ação.

O governador Miguel Arraes distribuiu comunicado oficial no dia 18, terça-feira, definindo sua posição quanto aos entendimentos relacionados com a formação de uma ampla frente progressista que sustentasse a realização das reformas de base. O governador pernambucano vinha de um encontro com o presidente João Goulart, durante o qual examinaram a viabilidade do plano, de seus aspectos programáticos.

O Comunicado

É o seguinte o comunicado do governador Miguel Arraes:

"Fui chamado pelo Presidente da República para tomar conhecimento das gestões encaminhadas pelo deputado San Tiago Dantas, no sentido da 'formação de uma frente Popular, ou Progressista', com o objetivo de dar apoio e cooperação ao Presidente João Goulart para levar adiante as reformas de base"; de fato, em consequência, manifestei minha opinião sobre a viabilidade da "frente" e, também, sobre os "pontos programáticos" que lhe seriam uma espécie de denominador comum. Desde o início de nossas conversações, deixei bem claro dois pontos, entre outros: a) minha posição de apoio e cooperação ao Presidente da República, para a execução de um programa político-administrativo de reformas de base, era publicamente conhecida através de pronunciamentos diversos e da nota que, no início da segunda quinzena de dezembro passado, distribuí à imprensa sobre a necessidade de acordo, entre o Presidente da República e as "forças populares", tendo em vista um adequado encaminhamento do problema brasileiro; b) embora vários setores das "forças populares" já tivessem sido consultados, minha posição em face dos problemas que me eram colocados resultaria de entendimentos que eu próprio iria manter com todos os setores das "forças populares", sem exceção de um só, por continuar cada vez mais convencido de que nossa unidade, deve ser preservada e fortalecida, como garantia de nossa luta pe-

la emancipação nacional e em defesa das liberdades democráticas.

Isso explica a nota distribuída pela Frente de Mobilização Popular, que tem todo o meu apoio. Definida, assim, nossa posição de unidade, regresso ao meu Estado, onde me esperam graves e urgentes problemas sociais, políticos, administrativos, econômicos e financeiros, por cuja solução me venho empenhando sem descanso e sem maior ajuda de órgãos do governo federal; algumas vezes tendo mesmo de enfrentar a indiferença, a má vontade ou a hostilidade de certos membros da imprensa, e disso dei agora ciência, em exemplos ao Presidente João Goulart. Não quero registrar, porém, sem antes precisar e esclarecer alguns pontos que considero importantes e atuais.

Corrupção Eleitoral

Entendo que, nas circunstâncias atuais, a oposição Poder Executivo — Congresso Nacional é um equacionamento inadequado do problema das reformas de base e pode distorcer o processo político brasileiro, obrigando-nos a um retrocesso de todo indesejável. O Presidente João Goulart e eu somos dos que mais contribuíram para denunciar e coibir a ação corruptora do poder econômico — resultante da aliança do imperialismo com o latifúndio — no processo eleitoral brasileiro e, consequentemente, na composição do Congresso Nacional; por isso sabemos que, nas circunstâncias atuais, pela pressão externa que vem sofrendo, o Congresso Nacional dificilmente poderia aprovar as reformas estruturais de que tanto necessita o povo brasileiro para avançar e progredir social, política e economicamente; e que dentro deste, pela corrupção promovida pelo poder econômico, o povo brasileiro não está corretamente representado e a força dos capitais imperialistas é maior do que a força dos democratas e nacionalistas — aquela, essencialmente contrária às reformas, esta, essencialmente favorável às reformas.

Dois Codinhos

É claro que essa correlação de forças não é, em si mesma, um obstáculo irremovível. Ela pode ser mudada de dois modos, pelo

menos: primeiro, se nós formos capazes de conduzir a mobilização popular no sentido de pressionar o Congresso para uma tomada de atitude nacionalista e democrática contra as forças antinacionais e antipovo, que são economicamente tão mais poderosas que as nossas; nesse sentido, a Frente Parlamentar Nacionalista, que vinha realizando dentro do Congresso um admirável trabalho de esclarecimento e de arregimentação patriótica, deve renovar e intensificar sua ação. Em segundo lugar, pela elaboração e execução da política e da execução de uma política econômica-influenciada, a fim de que os verdadeiros interesses nacionais sejam efetivamente defendidos. Hoje, isso é mais grave do que nunca, em consequência do endurecimento da política externa norte-americana após o brutal assassinato do Presidente Kennedy, e cujos efeitos estão se fazendo sentir, seja no aumento da pressão contra Cuba e contra a Venezuela, seja em episódios como o do Panamá, que nos estimulam a trazer a acontecidas antilegislativas e antinacionais em países, e a ilon-americanos, como única forma atual de defesa dos interesses dos capitais imperialistas; esses capitais, por exemplo, predominam em nossa vida econômica-financiera, tanto no setor de empréstimos, quanto no setor de financiamentos, e agora contam com a proteção do próprio governo norte-americano, segundo o texto da carta Johnson.

Imperialismo lanque

De nada adiantarão leis ou decretos, por melhores que sejam, se a máquina incumbida de sua execução se encontra minada de elementos comprometidos com uma política exatamente contrária à que inspirou as leis e os decretos. Isso é particularmente importante quanto aos órgãos encarregados da elaboração e da execução de nossa política econômica-influenciada, a fim de que os verdadeiros interesses nacionais sejam efetivamente defendidos. Hoje, isso é mais grave do que nunca, em consequência do endurecimento da política externa norte-americana após o brutal assassinato do Presidente Kennedy, e cujos efeitos estão se fazendo sentir, seja no aumento da pressão contra Cuba e contra a Venezuela, seja em episódios como o do Panamá, que nos estimulam a trazer a acontecidas antilegislativas e antinacionais em países, e a ilon-americanos, como única forma atual de defesa dos interesses dos capitais imperialistas; esses capitais, por exemplo, predominam em nossa vida econômica-financiera, tanto no setor de empréstimos, quanto no setor de financiamentos, e agora contam com a proteção do próprio governo norte-americano, segundo o texto da carta Johnson.

Afastar Reacionários do Governo

Mas é igualmente verdadeiro que em órgãos judiciais do Poder Executivo Federal, cujo preenchimento e cuja política não dependem de voto popular — como no caso da composição das duas casas do Legislativo Federal — as forças reacionárias estão fincadas no corpo e alma, ou entrançando a adoção e até mesmo a obrigatória execução de medidas tendentes à emancipação nacional, ou encaminhando medidas que favoreçam o processo espoliativo dos capitais imperialistas em nossa economia. Seria profundamente injusto não reconhecer que o Presidente João Goulart, em virtude de seus compromissos com as massas trabalhadoras e com a luta comum pela emancipação nacional, tem realizado um considerável esforço no sentido de afastar de seu Governo muitos desses elementos, representantes de interesses antinacionais ou que por estes se deixam corromper. Esse esforço saneador, contra a corrupção e o entreguismo, deve ser urgentemente multiplicado e estendido a todos os setores do Executivo Federal, em vários níveis, como um dos primeiros passos necessários à execução

de qualquer programa de reformas de base e de emancipação nacional.

Imperialismo lanque

De nada adiantarão leis ou decretos, por melhores que sejam, se a máquina incumbida de sua execução se encontra minada de elementos comprometidos com uma política exatamente contrária à que inspirou as leis e os decretos. Isso é particularmente importante quanto aos órgãos encarregados da elaboração e da execução de nossa política econômica-influenciada, a fim de que os verdadeiros interesses nacionais sejam efetivamente defendidos. Hoje, isso é mais grave do que nunca, em consequência do endurecimento da política externa norte-americana após o brutal assassinato do Presidente Kennedy, e cujos efeitos estão se fazendo sentir, seja no aumento da pressão contra Cuba e contra a Venezuela, seja em episódios como o do Panamá, que nos estimulam a trazer a acontecidas antilegislativas e antinacionais em países, e a ilon-americanos, como única forma atual de defesa dos interesses dos capitais imperialistas; esses capitais, por exemplo, predominam em nossa vida econômica-financiera, tanto no setor de empréstimos, quanto no setor de financiamentos, e agora contam com a proteção do próprio governo norte-americano, segundo o texto da carta Johnson.

Reformas Contra Conspiração

Se o Poder Executivo Federal não desmontar a máquina antinacional, que há muitos anos se encontra instalada em vários de seus órgãos, ele não será capaz de resistir à pressão e ao cerco, e em posição desvantajosa — e perigosa para a Nação — terá de negociar uma moratória para escalonamento dos débitos brasileiros; a esse respeito, há sérios indícios de que uma terrível maquinação está sendo preparada contra o Brasil, devendo o governo preparar-se para enfrentá-la e destruí-la de acordo com os legítimos anseios do povo brasileiro. E pre-

parar-se, aqui, significa definir e passar imediatamente a executar, com o apoio e a colaboração das forças populares, todo um programa administrativo e político de reformas que, pela profundidade e alcance que lhe foram dados, desflagrarão o processo irreversível de renovação de nossas estruturas; somente assim teremos condições de vencer essa conspiração, uma de cujas táticas vem sendo a de atribuir aos nacionalistas e democratas, aos trabalhadores e ao povo, ao próprio Presidente da República, a preparação armada de movimentos subversivos e de golpes contra as liberdades.

Unidade Popular

Essa é uma tática bastante desmoralizada; as armas dos trabalhadores e do povo são seu patriotismo, sua unidade, seu espírito de Nação. Conspiram contra a Nação e procuram impedir que o Presidente da República, fiel aos compromissos que assumiu com o povo brasileiro, leve à prática medidas como o monopólio de óleo cru, a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, a intervenção do Estado no mercado de capitais, a encampação das refinarias particulares, a cessação das negociações de compra das subsidiárias da Bond and Share e a encampação das concessionárias de serviços públicos de acordo com as leis brasileiras, a desapropriação das terras há margens das rodovias, ferrovias, canais e açudes federais, a democratização de grande imprensa, do rádio e da televisão, a anulação das concessões irregulares e antinacionais de exploração de minérios, inclusive o cumprimento da decisão judicial relativa à Hanna, para citar apenas alguns exemplos de medidas que estão sendo ou devem brevemente ser tomadas.

Contra essa monstruosa conspiração é que as forças populares estão lutando, com um espírito de unidade cada vez mais forte. Para essa luta, o diálogo em todas as forças democráticas é imprescindível e dele é que pode nascer uma ampla frente única de emancipação nacional. sr) Miguel Arraes.

A iniciativa da realização de gestões com os objetivos acima indicados reflete, sem dúvida, que se torna cada dia mais imperiosa a exigência de uma mudança na composição e na política do Governo a fim de que possa ter início a solução dos problemas fundamentais de nosso povo. Reflete igualmente o avanço já atingido pela luta que nesse sentido vem sendo travada pelas forças progressistas.

Apresentar suas sugestões para a elaboração de uma plataforma de ação comum das correntes que se batem pela realização das reformas de

Espionagem e Terror

O governador da Guanabara decidiu criar um Serviço de Atividades Antiterroristas. Oficialmente, o Serviço englobará 120 milhões de cruzeiros anualmente. Em verdade, as despesas serão muito maiores — irregularidade que não poderá surpreender a ninguém, depois que se tornaram conhecidas, na prestação de contas que a Assembleia não aprovou, as malversações de recursos públicos realizadas por Lacerda. Com que objetivos se impõe essa nova sangria ao contribuinte carioca? O objetivo é a repressão a "todo e qualquer excesso de pessoas, grupos ou entidades, bem como a propaganda ou divulgação de idéias consideradas estranhas e nocivas ao regime democrático". Como se fará essa repressão?

Através da criação de uma máquina de espionagem e terror ideológico, que atuará nos serviços estudantis, artísticos, culturais, intelectuais, operários, políticos, etc. O Serviço (o SAA) será dirigido pelo coronel Borges, o famigerado orientador da "guerra psicológica". A ele caberá decidir que idéias são ou não são "democráticas", são ou não são "estranhas."

Que diferença há entre isso e as piores coisas do Estado Novo, como o DIP e a polícia de Felinto Müller?

E com que cara um homem que cria essa aberração nazista — além do mais, violando frontalmente a Constituição da República — fala em liberdade e democracia.

Congresso e Reação

Representantes dos trabalhadores de todos os países da América Latina estarão reunidos, de amanhã até o dia 28, em Belo Horizonte. Na qualidade de observadores estarão presentes também representantes de entidades operárias dos Estados Unidos, da União Soviética, da Itália, da França, da China, do Canadá. Objetivo da reunião dos trabalhadores do continente: unir-se. Aparecer divergências circunstanciais, concordar sobre o fundamental de seu papel em cada país e no conjunto da América Latina. E que é fundamental para a América Latina? Emancipar-se. Liquidar as peias que amarram à miséria, ao atraso, à incultura. Contra o Congresso de Belo Horizonte

explodiu uma campanha tenaz na imprensa vendida ao imperialismo. É óbvio: congresso de trabalhadores só pode despertar ira e desespero nessa gente que se localiza com a exploração exercida sobre os povos da América Latina — e outras regiões pelos trustes e holdings estrangeiros, norte-americanos principalmente. Lacerdas, só podem agir como lacaios. Zelosos, não há dúvida.

Cará dia mais reduzidos à impotência que explica o seu desespero, os imperialistas não poderiam ter outra reação senão a que tiveram diante da realização de um congresso de trabalhadores. Reação natural. Enquanto isso, caminhamos.

VIVEMOS uma época de momentos transformações nos destinos dos povos. A humanidade atravessa por um longo processo — transição do capitalismo ao socialismo.

Em magistral artigo no nº 11/63 de PPS, Jon Gheorghiu Maurer mostra a importância da unidade do movimento comunista mundial para a realização dessa transição, ansiosa por todos os povos. PPS — Problemas da Paz e do Socialismo, revista teórica e de informação internacional, nas bancas, nas livrarias ou na Rua da Assembleia, 34, salas 204 e 304, Rio — GB.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Table with 2 columns: Name and Amount. Amigos FCB (Rio-GR) 2.000,00; Pimentel (Niterói-RJ) 2.000,00; José Lima da Silva (Rio Bonito-RJ) 50,00; Amigos FCB (Rio-GB) 32.100,00; Total 36.150,00.

Verso e Arrazoado

Tomadas pelo pânico diante do crescente isolamento em que se encontram, as forças de choque do entreguismo e da reação ensaiaram, na última semana, uma de suas habituais "ofensivas políticas". Coube ao atual presidente da UDN, deputado Bilac Pinto, fazer as vezes de Lacerda, atuando como o porta-voz da manobra. E assim é que o conhecido advogado mineiro reuniu a imprensa para fazer uma grave denúncia, "baseada em provas concretas": Governo federal estaria armando os sindicatos operários para implantar no País a tão decantada "República Sindicalista".

pessoalmente provocado, o presidente da República desafiou o deputado Bilac Pinto a apresentar as tais "provas concretas".

Viu-se, então, que não havia nenhuma denúncia séria, mas um simples embuste. Num documento interminável e fastidioso, o presidente da UDN, em lugar de uma acusação, fez um trabalho de história política, em estilo típico de arrazoado jurídico. As "provas concretas" já não são concretas, passaram a "circunstanciais"... Nem um fato sequer é apresentado de maneira objetiva.

"Ora, direis, ouvir estrelas..." — como lembra o verso do doce poeta Bilac o arrazoado do advogado Pinto...

FORA DE RUMO — poulo muito limo

Das fotografias ilustram as páginas dos jornais de terça-feira última. Numa delas vemos o cardeal D. Jaime Câmara, de báculo e mitra, presidindo a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da catedral a ser construída na Avenida Chile. Está o comentarista do programa radiofônico A Voz do Pastor sentado no trono de D. João VI. Posto em fuga pelos exércitos de Napoleão, que em comatos do século passado escapariam do feudalismo europeu, D. João VI veio instalar-se no Rio e seu governo era simbolizado pela catedral que D. Jaime Câmara usou terça-feira última e na qual se fez fotografar, entre altas figuras eclesásticas, ornadas de todos os paramentos. A escuridão do cardeal, na mesma fotografia, pode-se ver um homem de cabelos brancos, envergando estranho uniforme, semelhante aos fardos de diplomatas e de escritores oficializados pela Academia. O charú de dessa personagem meio-marechal, suas dragnas e sua espada possivelmente virgem fazem lembrar as vistosas figuras de uma época anterior a D. João VI e Napoleão, e sim das portadoras chegasinas de Angola e do Norte, versos brasileiros de antigos combates entre mouros e cristãos. Sentado assim no trono de D. João VI, D. Jaime simboliza a civilização ocidental e cristã, que os jornais da mídia não se cansam de exaltar, em suas páginas de publicidade paga pelo honrado poder econômico.

A outra fotografia é do enterro de Mibuca, no morro de Calumbi. O caixão, cuja ocupante contrasta com a imponência do lançamento do trono de D. João Charuto, vem transportado por antigos conhecidos do menino de morro que a civilização transformou em bandido. Além dos carregadores do caixão, crianças, muitas crianças, todas descalças, quase todas da raça que a civilização ocidental transportou em navios negreiros, da África para a livre América.

Mibuca, menino preto do morro de Calumbi, que nossa engrenagem social transformou em bandido, era descendente de homens e mulheres trazidos para os mercados de escravos depois de uma travessia do oceano, acorrentados em porões de veleiros. Mibuca também morreu acorrentado. Os jornais anunciaram tranquilamente que sua cabeça estava a prêmio. Quem o matasse receberia como recompensa do homem morto em mil cruzeiros. A polícia aprisionou Mibuca, alegou-o e depois dele alegou o fuzilaram. Muitos descendentes de Mibuca morreram de escravidão nos porões dos navios negreiros e foram forçados a uma civilização ocidental era representada no Brasil por um monarca político e glúten em cujo trono, terça-feira última, sentou-se, de báculo e mitra, D. Jaime Câmara, cardeal do poder econômico.

CRÔNICA DE BRASÍLIA — morro emble

Frente Única e FMP

Apesar do esforço utópico de fazer crer que o Congresso Nacional encontra-se em funcionamento, o que se vê em Brasília é o marasmo e o arremedo de trabalho legislativo. De qualquer maneira a UDN e seus aliados reacionários o que desejam é utilizar a tribuna da Câmara para o escândalo e a fabricação de alienantes denúncias contra o presidente da República e as forças nacionalistas. Esse comportamento utópico é bem um exemplo de como estão desesperadas as forças reacionárias com o desenvolvimento da situação brasileira.

Uma das coisas que mais assistem a reação, dentro e fora da Câmara, é a existência da Frente de Mobilização Popular. Discursos e outros discursos são feitos, como único propósito de destruir a FMP. Essa preocupação reacionária serve como uma indicação do papel altamente positivo que a FMP está desempenhando na conjuntura política.

Para os comunistas o funcionamento da FMP é um exemplo do avanço da consciência nacionalista e do nível mais elevado da unidade estabelecida entre várias correntes nacionalistas e democráticas. Por mais que arranhem os cabelos os porta-vozes da reação, na verdade o que existe é um processo bem adiantado de unificação das forças populares. Daí a guerra psicológica desencadeada contra essa unidade, guerra que tem como peça mais destacada a "Tribuna da Imprensa", que parece ter se especializado no mister de senear a confusão nas fileiras populares, através da mentira e da intriga.

Quando analisamos o que ocorria um ano atrás, para não irmos mais longe, sentimos o que representa a FMP, como elemento de coordenação de várias setores das correntes populares. Essa coordenação foi comprovada em episódios de gravidade na vida política, como ocorreu na malograda tentativa de implantação do estado de sítio. E bem ou mal, com maiores ou menores dificuldades, as forças populares, reunidas na FMP, vão superando suas naturais divergências e acertando uma tática comum. Por que a FMP obteve esse sucesso político, quando no passado fracassaram várias tentativas de criação de organismos de frente única? Isto não se deve somente ao avanço das forças progressistas, mas também porque a FMP foi estruturada levando em conta a realidade do movimento de massas democrático, isto é, ao invés de ser uma estrutura artificial, ela buscou aglutinar o que já existe organizado, como o movimento operário, estudantil, de intelectuais, camponeses, e também a Frente Parlamentar Nacionalista e os militares nacionalistas. Mas, acreditamos que o êxito não pode subir à cabeça. Por isso pensamos que a FMP ainda não é o instrumento político que deve ser, na luta pelas transformações revolucionárias na vida brasileira. Particularmente, sentimos que a FMP não está jogando um papel ainda mais decisivo porque na maioria dos Estados e nas grandes cidades, não foram criados os núcleos dessa entidade. Por tal razão, a FMP não mantém vínculos mais estreitos com centenas de organizações populares em todo o País. Para que a FMP possa crescer e vital que, a cada instante,

tenha uma correta tática política, desde que qualquer desvio, embora leve-a a se desgastar, em desses desvios poderia vir a ser a compreensão de que a FMP já seria a própria frente única das correntes nacionalistas e democráticas. Em nossa opinião, a FMP pode desempenhar a função de núcleo mais combativo e fadado da Frente Única, mas que dificilmente será em seu seio algumas correntes e setores que, embora participando da luta antiperfideia e antifederal, têm recio ou desconfiança de uma entidade mais consequente como a FMP. Assim, analisamos a falsidade dessa tese desde que, se prevalecesse, poderia levar ao isolamento da FMP de muitas forças nacionalistas que podem dar uma contribuição inestimável nessa etapa da luta.

A campanha sistemática que a reação vem desencadeando contra a FMP tem de abrir os olhos daqueles que se colocam numa posição crítica a respeito desse instrumento que o povo brasileiro está forjando e que já deu uma contribuição positiva na luta contra as forças antinacionais; é urgente, pois, que os homens verdadeiramente frios e interessados no progresso de nossa gente, deem cada vez mais à FMP a maior e mais entusiástica colaboração.

Nota — Na crônica da semana passada, por erro na revisão, no período "... Em segundo lugar, os comunistas não têm uma ideia precisa do significado e consequência de uma eletiva mudança de política no sentido nacionalista e democrático", evidentemente, o "não", falsamente colocado, mudou completamente o sentido do que pensamos.

Frente Pronuncia-se Sobre os Entendimentos

A Frente de Mobilização Popular, reunida sábado último, dia 16, a fim de discutir a reformulação da política do Governo e a formação de um novo Ministério, deliberou o conteúdo e a divulgação da seguinte nota oficial:

"Reafirmamos a atualidade dos pronunciamentos da Frente de Mobilização Popular e, em particular, do governador Miguel Arraes, odo a publicidade em dezembro de 63, entendendo mesmo que a cada dia que passa se impõem a reformulação da linha política do Governo e a consequente reestruturação de um Ministério que expresse os anseios populares.

2 — A Frente de Mobilização Popular, depois de ouvir o governador Miguel Arraes e o deputado Leonel Brizola, que lhes transmitiram as conversações com o presidente João Goulart, manifesta a sua disposição de discutir com S. Ex. a crise nacional dependendo da mudança desse diálogo da mudança num sentido popular e nacionalista.

3 — Confirmando as teses que temos sustentado em relação ao problema agrário e ao processo espoliativo, a Frente de Mobilização Popular aponta algumas medidas — todas elas de exclusiva competência do Sr. Presidente da República — que podem, de imediato, ser adotadas, tais como: a) monopólio estatal do câmbio; b) monopólio da exportação do

Operários e Camponeses Levam Escola a Piabetá

No dia 1º de março os camponeses de Piabetá vão receber a escola D. Vincenzina Goulart, que está sendo construída com a ajuda da SUPRA, da UPB e de vários sindicatos da Guanabara e do Estado do Rio. O grupo escolar, que é uma homenagem de reivindicação dos homens do campo daquela região, terá como patrono o deputado Francisco Alves da Costa e terá capacidade para 500 alunos. A inauguração de uma escola na pequena localidade fluminense é mais uma vitória alcançada pelos brasileiros.



CUBANAS LIVRES

Em Cuba, não existe hoje qualquer barreira para a mulher trabalhadora. A Revolução emancipou a mulher cubana, econômica, social e politicamente. Em todos os ramos de atividade, têm as iguais oportunidades. Existem 81 escolas noturnas, com 10.000 alunas que são empregadas em serviços domésticos. Nestas escolas, fazem o curso primário, estudam taquigrafia, mercenografia, corte e costura e outros conhecimentos que as capacitam para trabalhar em empregos mais bem remunerados. Hoje, mais de 2.500 dessas moças já estão trabalhando em bancos, repartições públicas, várias empresas industriais, nos transportes etc. Serão nos cursos de Corte e Costura passarão nos cursos de 15.000 moças camponesas, vindas de todo o país. Elas permanecem em Havana durante quase um ano, onde recebem instrução e assimilam novos hábitos de vida.

NIVEL CULTURAL

Como resultado da revolução cultural, a sociedade soviética passou a ser a mais instruída do mundo. Na economia nacional da URSS, trabalham cerca de dez milhões de profissionais, com ensino superior ou médio. Aproximadamente 40% dos operários e mais de 23% dos colportistas têm curso superior ou secundário. A educação dos trabalhadores, a elevação de sua consciência política, constituem a tarefa mais importante dos sindicatos na União Soviética.

SUPERFOSFATOS

No mês de dezembro último, foi posta em funcionamento na Jugoslávia, para efeito de testes de produção, a fábrica de superfosfatos de Kosovska Mitrovica. A nova empresa produzirá 120 mil toneladas de ácido sulfúrico. Dêse montante, 90 mil toneladas serão empregadas na produção de pó e granulado. Daquela cidade, sairá para o mercado, além disso, 30 mil toneladas de ácido sulfúrico puro.

FORRAGEM DO AR

As organizações de pesquisa da agricultura, órgãos estaduais e cooperativas da lavoura, na Hungria, estão há alguns anos realizando ensaios para a adição de carvão como suplemento de forragens. As experiências têm tido grande êxito: um quilo de carvão adicionado a forragem de ruminantes substitui 15 quilos de farelo ou o teor de albuminas correspondente a 5 quilos de bolinhas de óleo. No corrente ano, ainda será introduzido o carvão em 40 cooperativas agrícolas e organizações agrícolas. A fábrica já está em vias de construção e em 1964 será iniciada a sua fabricação para fins de forragem. O complemento de albuminas é feito, em princípio, do nitrogênio do ar, liando-o e concentrando-o convenientemente.

MILHÕES DE LIVROS

A Editora Karl Marx, a maior da República Democrática Alemã, situada em Posenick (Turingia), imprimirá neste ano aproximadamente um milhão de volumes mais que em 1963. Cerca de 6.000.000 volumes, o equivalente a 40% (aproximadamente) da produção planejada para 1964, estão destinados à exportação. São obras editadas em diversos idiomas. A indústria gráfica da RDA recebe grandes encomendas de dezenas de países de todo o mundo, tal a qualidade e o esmero de sua impressão.

URBANISMO POUCO GREGO

Acaba de ser encerrado pelo Conselho Popular de Sófia, o concurso internacional para a elaboração de um plano de urbanismo, destinado à reconstrução da parte central da capital búlgara. Foram apresentados 29 projetos: 10 de autores búlgaros e 19 de estrangeiros. Não tendo sido outorgado o primeiro prêmio, a comissão julgadora (integrada por destacados arquitetos búlgaros e estrangeiros) conferiu três segundos prêmios (dois arquitetos búlgaros e um da RDA). É de notar que quatro dos projetos apresentados foram adquiridos. O Conselho Popular de Sófia, com base nos projetos apresentados, elaborará um projeto definitivo para a reconstrução do centro de Sófia. Não se sabe se a firma grega Doxladis apresentou algum projeto.

VINHO PARA O MUNDO

A superfície dos vinhedos aumentou, na Romênia, de 212.000 hectares em 1948 para 257.000 hectares em 1959 e 300.000 em 1963. A Romênia é, atualmente, o nono país do mundo pela superfície vinícola e a produção de vinho. Grande atenção foi dedicada pelo governo à modernização do fabrico do vinho. Nos últimos anos, foram construídos grandes combinados vinícolas: Vales Calugarescas, Tohani, Murfatlar, Jidvel, Cotesti. A capacidade das bodegas estatais aumentou de um milhão de hectolitros em 1949 para 3 milhões atualmente. A produção de vinhos espumantes, mediante fermentação natural, era em 1949 de 40 mil garrafas, subindo em 1963 para 2 milhões. O vinho rumeno é encontrado nos mercados da Inglaterra, Áustria, Benelux, Países Escandinavos, Suíça, RFA, RDA, Polónia Tchecoslováquia e União Soviética. Mais de 1,5% da exportação mundial de vinhos é correspondente à República Popular da Romênia.

Povo da Guiné em Luta Contra o Colonialismo Português

— A Guiné chamada Portuguesa é uma neagra de terra situada entre a República da Guiné e o Senegal. Mas ali habita um povo real, que se luta contra o jugo secular do colonialismo português, pela conquista imediata da independência de sua pátria — total e incondicional.

Estas são palavras do sr. Fidelis Cabral de Almeida, delegado especial do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que se acha entre nós com a incumbência de informar os brasileiros sobre as condições atuais da verdadeira guerra de libertação travada por seu povo, e solicitar a nossa solidariedade e o nosso auxílio.

Na entrevista concedida a NR, o sr. Fidelis salientou que a luta armada foi sempre considerada pelos povos da Guiné e Cabo Verde como o último recurso a ser usado, no seu confronto com o governo colonialista português. A intrinsecidade deste governo obrigou-os a lançar mão dela.

Política

A forma com a consciência de um povo, depois de rejeitá-las como naturais, responde à miséria, à ignorância e ao terror é variável. Seja qual for, porém, encontrará sempre que a sua situação é mantida graças a uma coação de sua liberdade. O colonialismo, como qualquer outro modo de exploração do homem, se insinua essencialmente pela violência, sendo o ódio ao negro apenas uma de suas manifestações; com a função psicológica e ideológica de encobrir sua própria origem, justificando aos olhos do branco a exploração dos povos de cor e fazer com que estes a aceitem.

Os líderes nacionalistas da Guiné e Cabo Verde sabem ser preciso evitar que a luta contra o colonialismo português tomasse formas ilusórias e ineficazes, como, por exemplo, a de hostilidade racial, em contraposição do homem negro ao branco; ser preciso levar o povo a tomar consciência de que sua miséria material e espiritual se deve aos monopólios portugueses que, detendo o poder, pagam os mais baixos preços pelo produto de seu trabalho; e também explicar à sua gente que a ela, e não ao opressor com seus exércitos, mais interessavam as soluções pacíficas do problema colonial.

Portugal Quis a Guerra

Essas tentativas foram mantidas mesmo depois da violência repressão ao movimento pacífico dos trabalhadores do porto de Bissau, em agosto de 1959, quando os portugueses massacraram 50 dos manifestantes, prenderam muitos outros e passaram a tomar medidas ainda mais drásticas para reprimir o povo.

Como os colonialistas demonstraram não ter a mínima intenção de transigir, e como todos os métodos pacíficos de luta já houvessem sido experimentados, o PAIGC, em 3 de agosto de 1961, data do aniversário do massacre de trabalhadores no porto, decretou a passagem imediata à ação direta, colocando a tarefa da conquista do poder pelo povo.

Vitória

Desde então, os povos da Guiné e Cabo Verde enfrentam uma luta cruenta por sua libertação, sob a direção do PAIGC, luta esta, toda ela travada sem nenhuma

ingêrência externa e no próprio território, porquanto o Partido do tempo fora de um Biré político em Conakry, onde se acha o seu secretário-geral, Amílcar Cabral, e outro em Dakar.

Massacre de populações indefesas; incêndio de aldeias por meio de fogo, "napalm" ou de granadas incendiárias; lançadas por aviões; destruição de reservas alimentares da população camponesa — essas são algumas das operações pelos quais os monopólios e o fascismo português vêm pretendendo aquecer o ânimo das populações da Guiné. Porque sabem que elas, desde já, tornam vitórias o movimento nacionalista, inevitavelmente.

Guiné, Hoje

Os militantes do PAIGC contam com todo o apoio da população, comprovado pelo fato de que, em pouco mais de dois anos, desde quando passaram à ação direta, já conseguiram libertar e controlar mais de um terço do território da Guiné, principalmente o sul. Ao conquistar as regiões, tratam de tomar as providências necessárias para a segurança de sua população e a produtividade do território. A produção e o comércio de arroz, no sul, estão sob inteiro controle dos nacionalistas; ali, esse produto é abundante, enquanto que na capital escasseia, prova de que já escapa ao controle dos portugueses.

Como a principal via de

Cabo Verde

Mais Difícil No arquipélago de Cabo Verde, a luta ainda não se desenvolveu tanto quanto na Guiné. Uma das dificuldades está em que é constituído por 15 ilhas de diversos tamanhos e importâncias, distante mais de 500 quilômetros da costa. Outra, reside no fato de uma considerável parcela dos caboverdeanos — que são, em média, intelectualmente superiores aos próprios portugueses da metrópole — ter sido levada pelo regime a comprometer-se com a atividade de colonização contra o seu próprio povo. Por estas razões, principalmente, o PAIGC não chegou, até a acumular força suficiente para dar início à ação direta. Seu trabalho se acha ainda no estágio de preparação política da massa.

Apelo

O representante do PAIGC no Brasil apela aos países aliados de Portugal para que cessem de fornecer auxílio em armas, porque estão sendo empregados no assassinato de populações indefesas. Os nacionalistas apreenderam armamento com marcas de Israel, EUA e Alemanha Ocidental.

As autoridades e o povo brasileiros (sindicatos, entidades estudantis, etc.), o PAIGC solicita a concessão de bolsas de estudo e também auxílio em roupas e medicamentos.



INTOCAVEIS EM BONN

O ministro "de refugiados" da Alemanha ocidental Hans Krueger, é um conhecido colaborador do governo de Bonn. Agora, acaba de confirmar algumas de suas promessas durante o reinado de Hitler e mesmo antes. Já em 1923, atuava como estudante nas organizações fascistas. Em Cholimier, Polónia, durante a ocupação nazista, foi chefe da seção local do Partido de Hitler, responsável pelo assassinato de 2.000 poloneses. Suas declarações foram tomadas pela revista germano-ocidental "Der Spiegel", em face das acusações feitas pela RDA.

NOVAS DERROTAS

As forças patrióticas que lutam no Vietnã do Sul estão em franca ofensiva. Nos últimos dias, derrubaram mais um helicóptero, tripulado por oficiais norte-americanos, o qual estava armado com foguetes, o que demonstra a violência da repressão às forças libertadoras. A Grã-Bretanha, que resolveu também meter o nariz nessa questão, mantém uma assessoria militar junto ao governo de Saigon. Um coronel britânico, que participava da missão do helicóptero abatido, foi morto na luta.

MAIS CHOQUES RACISTAS

Recrudesceram as atividades da Ku-Klux-Klan, nos Estados Unidos, depois do assassinato de Kennedy. Em Baton Rouge (Luisiana) foram queimadas há dias vinte cruzes em manifestações racistas que ameaçam estender-se a outros Estados. Em Atlanta, na Geórgia, dezenas de prisões foram realizadas, quando manifestantes protestavam contra a detenção de trinta cidadãos num restaurante, depois de um choque provocado pelos racistas. Membros da Ku-Klux-Klan, com as vestes e capuzes da organização, provocavam os anti-racistas, impedindo-os de penetrar no estabelecimento. Os manifestantes enfrentaram a polícia, que se colocara ao lado dos racistas, entoando os "Cantos da Liberdade". Ao todo, foram feitas mais de 70 prisões, na sua esmagadora maioria, de negros. Como é óbvio,

MINEIROS SUL-AFRICANOS

É impressionante a exploração que sofrem os mineiros da África do Sul. Vivem em campos superpovoados e dormem numa ex-especie de camas de cimento. Não têm direito a sair do recinto das minas sem sair-conduto e suas mulheres ou irmãos não podem visitá-los. Enquanto perdura o contrato de trabalho, o mineiro que se afasta de sua mina pode ser perseguido como desertor. Não recebem por horas suplementares de trabalho, nem nos períodos de enfermidade. Muitos vezes voltam ao serviço ainda convalescentes. Toda atividade sindical é reprimida violentamente. Por outro lado, sobem sem cessar os lucros pela produção de ouro e urânio. O governo desse país é violentamente anticomunista.

MALDITA AUTOMATIZAÇÃO

O problema da automatização continua agitando os meios trabalhistas norte-americanos. São as exceções a regra do regime da livre empresa. O presidente da AFL-CIO, George Meany, disse que "a automatização está a ponto de converter-se numa maldição para o país, que poderá levar-nos a uma catástrofe". John I. Snyder, presidente da US Industries Inc., disse a uma sub-comissão do Senado dos EUA, que estuda as consequências da automatização sobre a mão-de-obra e as condições de vida, que a medida era um fator para eliminar empregos, num ritmo de mais de 40.000 por um desempregado pela automatização poderia aprender novo ofício. Terminou clamando a desenvolver iniciativas para enfrentar com êxito as consequências da automatização, "se se quer salvar a nação". Haverá tempo para isso?

LACERDA COLONIALISTA

As baixas portuguesas nos combates travados na Guiné, ilhas do Cabo Verde, durante o ano de 1963, foram superiores a mil, entre mortos e feridos. Lembremos que os dados referem-se apenas a essas duas colônias lusitanas, não incluindo, portanto, Angola e Moçambique. Há atualmente na Guiné portuguesa vinte mil soldados de Saalazar enquanto em 1961 havia apenas cinco mil, o que demonstra o agravamento da libertação. A crescente oposição das forças de sr. Carlos Lacerda irá à ONU, defender a política colonialista do ditador português... se for eleito em 1965.

PANAMA ORIENTAL

Uma grande manifestação foi há dias realizada no Japão, por 6.000 patriotas que protestavam contra exercícios militares feitos pelos bombardeiros norte-americanos, na base aérea de Yokota, nas proximidades de Tóquio. Os manifestantes exigiam a retirada dos aparelhos "Thunderchief F-105-D", bem como o rompimento das negociações com a Coreia do Sul. Clamaram ainda contra a escala de submarinos atômicos norte-americanos nos portos japoneses. Centenas de policiais entraram em choque com os patriotas nipônicos, em auxílio de aumentos militares norte-americanos.



Patriotas da Guiné durante uma ação armada contra os colonialistas portugueses.

Varsóvia, 19 Anos Depois da Libertação

Há 19 anos, precisamente no dia 17 de janeiro de 1945, Varsóvia, capital da Polónia, libertava-se de seu invasor nazista. Então, 85% da cidade eram escombros. E — perda maior, mais lamentável — a armada alemã havia levado a morte a mais de 800.000 habitantes da capital.

A Destruição

O bombardeio de Varsóvia começou quando os exércitos de Hitler atacaram a Polónia, em setembro de 1939. Desde logo, o invasor deixou ver quais as suas intenções a respeito da capital: os subúrbios operários foram completamente destruídos e o centro da cidade sofreu consideráveis danos. Com a ocupação, o plano "urbanístico" dos nazistas destinou a vigésima parte da cidade a um campo de SS e de jovens hitleristas e demarcou um território de dimensões restritas, à margem direita do Vístula, para

A Reconstrução

Assim, quando o exército soviético e o polonês entraram em Varsóvia para libertá-la, em 17 de janeiro de 1945, quase nada encontraram: 85% das habitações, 80% dos teatros e museus, 90% da indústria, dos meios de comunicação e das instalações energéticas não mais existiam.

A imensa tarefa de reconstrução surgiu. Com o auxílio da União Soviética, os poloneses começaram por limpar a cidade de dois milhões de minas, bombas e granadas. Reconstruíram-se a central elétrica, canalizações de água, a estação radiofônica. A população começou a afuir para a capital, na razão de 50 mil pessoas por mês. Esse esforço de reconstrução pode ser medido pela ponte Poniatowski: sua reconstrução, acabada em 22 de julho de 1946, durou sete vezes menos do que a sua construção, antes da guerra.

Varsóvia Hoje

Nenhum aspecto foi deixado de lado. Tratou-se logo de criar um cinturão verde em torno da capital. A comunidade urbana — primórdio das grandes cidades — foi inteiramente restabelecida, e a rede elétrica, construída-se um metrô, uma série de novas artérias de comunicação.

Plano Sexenal

O ano de 1949 assinalou novas perspectivas da reconstrução de Varsóvia: o

poder popular contou aos urbanistas a tarefa audaciosa de estabelecer o plano e construir uma nova capital com base nos elementos existentes e levando em conta as melhores tradições da cidade.

"O povo inteiro constrói sua capital": esta era a palavra-de-ordem que os poloneses levaram à prática com entusiasmo durante os seis anos desse primeiro plano de reconstrução, quando se criou um importante centro industrial em Varsóvia, compreendendo o levantamento de novos bairros e de cerca de 4 milhões de metros cúbicos de novos estabelecimentos industriais.

de habitações assumiu tais proporções que, hoje em dia, existem em Varsóvia 100.000 novas residências a mais do que antes da guerra. Ao mesmo tempo, como complemento desse trabalho, instalaram-se todos os serviços indispensáveis — no domínio social (creches, jardins de infância etc.) e no domínio técnico (condutores de água, de gás, de eletricidade, de calefação urbana etc.).

Varsóvia, graças a um esforço gigantesco e sem precedentes na história, é hoje uma grande cidade, apta a cumprir com as tarefas exigidas à capital de um Estado socialista. Demonstra que o heroísmo de um povo não se revela apenas enquanto se resiste à devastação da guerra e do invasor sanguinário, mas sobretudo depois, quando se trata de recomendar e reerguer a vida. Varsóvia, afinal, é a certeza de que as criações do homem não desaparecem, se não desaparece o próprio homem.

Victorio Codovilla Completa 70 Anos

Victorio Codovilla completa o dia 8 de fevereiro 70 anos de vida. Desde os 18 que é participante da luta pelo socialismo.

Em 1912 Codovilla já era marxista. Com energia indomada — imune às tentativas de fácil — deflexão os princípios do internacionalismo proletário, então discutidos, afirmados e negados, por efeito da eclosão da guerra de 1914.

Em 1917 estourou na Rússia a primeira revolução socialista da História; Codovilla logo apoiou, com entusiasmo irmão do que restava da obra dos revolucionários dos soviets russos, o movimento universal de trabalhadores e revolucionários em geral em defesa e sustentação do desenvolvimento da revolução bolchevique. E mais uma vez Codovilla reencontrou-se internacionalista: os trabalhadores do mundo tinham o dever de defender os trabalhadores — a Rússia — haviam

empolgado o Poder e dado início à revolução socialista mundial.

Em 6 de janeiro de 1918 Codovilla ajudou a fundar o Partido Socialista Internacional — o Partido Comunista da Argentina de hoje. A fundação desse partido foi a resposta dos revolucionários argentinos à questão suscitada pelo desenvolvimento da divergência entre as ideias de Lênin e as da social-democracia europeia, que descambava, de modo vertical, para a tese da reforma, em oposição à da revolução.

Quem conhece o que exige de abnegação e desprendimento o trabalho revolucionário pode imaginar — mesmo que superficialmente — a vida de Codovilla na direção do Partido Comunista argentino. Anos atrás de anos de labuta. De dedicação. De ardor. De fibra. Quando o fascismo apareceu desafiando a liberdade, Codovilla foi à Espanha — ao encontro do dever.

Estêve preso — pela polícia do presidente Castillo — na "Casa Radical", na Argentina; depois Perón, que dizia querer "corrigir todos os abusos do sistema oligárquico", mandou-o à prisão de Rio Gallegos. De onde saiu para morrer no Chile, até o momento de poder voltar para a Argentina.

Codovilla, primeiro-secretário do Partido Comunista argentino, é um exemplo. Homem que o tempo, paradoxalmente subvertido, tem caprichado em renovar, integra o patrimônio revolucionário da Argentina, o acervo moral da Argentina, a vocação libertária da Argentina. Inteira — e exprime.

de Prestes

Luiz Carlos Prestes, em nome de todos os comunistas brasileiros, enviou a seguinte mensagem a Victorio Codovilla: "Querido camarada Codovilla, É com a mais viva alegria que, em nome dos comunistas de todo o Brasil, envio, de teu septuagésimo aniversário natalício, nossas felicitações mais calorosas e nossos melhores votos. Os comunistas do Brasil admiram em ti o dirigente provado do proletariado argentino, um dos fundadores da sua vanguarda marxista-leninista e o construtor abnegado do glorioso Partido Comunista Argentino. Tua vida exemplar, inteiramente consagrada aos superiores interesses da classe operária, da libertação nacional e social do povo argentino, é a grande causa do comunismo e da paz, colocada ao lado dos grandes dirigentes mundiais, cujos nomes evocam as lutas gloriosas da classe operária do mundo inteiro, as vitórias do socialismo e da luta nacional libertadora em todo o mundo. Saudamos em ti o patriota conseqüente, mas igual-

Reformulação do Governo e Reforma Universitária Dominaram o 1º Conselho da UNE em Florianópolis

TÓPICOS TÍPICOS — Pedro Severino

Com a aprovação de importantes resoluções, entre as quais destacamos um pronunciamento político diante da atual situação brasileira e uma plataforma de pontos concretos, relacionados com a Reforma Universitária, encerrou-se em Florianópolis, Santa Catarina, no dia 12 de Janeiro, o 1º Conselho Ordinário da UNE correspondente à atual gestão. O Conselho, que se iniciou a 5 do corrente, contou com a presença dos representantes das Unidades Estaduais de todo o País, e de seus dirigentes, representantes dos Direitórios Centrais de Estudantes e das Comissões Executivas Nacionais.

vamente, os seguintes pontos da Ordem do Dia: discussão do relatório e prestação de contas da diretoria atual; a base dos seguintes pareceres apresentados pelo Conselho sobre as Contas: "Nos membros do Conselho Ordinário da UNE, no dia 6 de Janeiro de 1964, na Faculdade de Direito da Universidade de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, fiscalizando minuciosamente as contas apresentadas pela Tesouraria da UNE relativas ao período de agosto a dezembro de 1963, verificamos que as mesmas se apresentavam completamente normais e conforme as normas constitucionais; somos portanto pela aprovação das mesmas e do Relatório da Tesouraria". Sobre o Relatório da Diretoria: "Somos de parecer que este Conselho aprova o Relatório em alusão, reafirmando assim o propósito dos universitários brasileiros de participarem da vida administrativa da

seu entidade máxima que é a UNE, e ao mesmo tempo fiscalizando-a, adquirir nas atividades do passado a experiência para as futuras realizações. Diversas opiniões positivas dadas nas comissões enriqueceram o Relatório da Diretoria. Já como: sobre a necessidade do reforço da política assistencial ao estudante; incremento do trabalho no sentido de ser a UNE cada vez mais levada às bases, quer ao setor universitário, quer ao setor das camadas do povo, através do trabalho conjunto com os órgãos da frente de Mobilização Popular; problemas da distribuição de verbas às entidades estudantis dos Estados, carencia de um planejamento detalhado, etc.

Resoluções

O pronunciamento político em que os conselheiros apontam algumas das medidas positivas adotadas pelo governo brasileiro, como o decreto sobre o monopólio da Petrobras na importação do óleo cru, sobre o tabelamento das taxas e anuidades escolares etc. e se manifestam pela necessidade urgente da reformulação do Ministério tendo em conta a participação dos representantes das forças populares. Outra importante decisão adotada pelo Conselho foi a elaboração de uma lista contendo diversas reivindicações urgentes a serem conquistadas no terreno da Reforma Universitária entre as quais destaca-se a do aumento do número de vagas e matrícula para todos os excedentes aprovados nos exames vestibulares. Esta última resolução deverá ser transformada em bandeira de luta que procurará unificar os estudantes brasileiros de norte a sul do País, estejam eles ou não integrados na situação da UNE.

Solidariedade à FNFI

Notificados das ameaças que pesavam sobre o Diretório Acadêmico da FNFI por parte da Congregação da mesma de dissolução daquele órgão estudantil, em consequência da crise gerada entre a maioria dos estudantes da escola que impediu a entrada de Lacerda e uma minoria que queria tê-lo por parante no seu formato, o Conselho, em nome dos Direitórios Centrais e das Comissões Executivas Nacionais participou da reunião de Santa Catarina telegrafaram ao presidente da República nos seguintes termos: "O Conselho dos Estudantes reunido em Florianópolis decidiu ir às últimas consequências caso seja violada a autonomia do movimento universitário com fechamento ilegal do diretório acadêmico. Filosofia universitária brasileira, solicitamos vossa atenção tão graves fatos. Saudações José Serra Jr. Presidente UNE. Sobre o mesmo assunto foram enviados outras telegramas às organizações populares e à Congregação.

Revolução Social

Você naturalmente ouviram falar na "Operação Passado" — mas uma obra do governo Carlos Lacerda — que promoveu a mudança coercitiva dos trabalhadores que moravam na favela do Passado para uma área bem distante de seus respectivos locais de trabalho.

Pois bem, agora a dona Sandra Cavalcanti (Secretária de Serviço Social da Guanabara) vem dizer que considera a "Operação Passado" a primeira Revolução Social realizada no Brasil!

Pra vocês verem o que é que essa gente entende por "Revolução Social"...

Revolução Social

Submundo de Equinos

Em artigo reproduzido com o mesmo título em diversos jornais, Assis Chateaubriand queima incenso no altar de Virgílio Távora, comparando-o ao Julião Presidente da Corte Suprema dos Estados Unidos, Earl Warren.

E, aproveitando, estranho que tenha surgido um Earl Warren aqui no Brasil, "dele submundo de equinos e suínos".

Praira dúvida sobre um ponto: a qual das duas espécies pertence o articulista Chateaubriand, se aos equinos ou aos suínos.

Banqueiros São Bons

O cinegrafista Jean Manson, utilizando câmera de picaresca (combinação que funciona às pampas), fez um documentário sobre uma colônia de férias constituída para bancários em São Paulo.

Segundo o repórter Wilson Figueiredo, "o filme procura demonstrar que é errônea a apreciação de que os banqueiros são homens que vivem apenas em função do dinheiro, aproveitando-se das atividades dos seus empregados e clientes pelo ângulo meramente espoliativo" (Jornal do Brasil, 10-1-64).

Quando o documentário for exibido no Sindicato dos Bancários aqui da Guanabara, a direção do Sindicato vai ficar certamente muito comovida com a bondade dos banqueiros. Campbell e Perceira vão chorar de emoção, um nos braços do outro.

Vaca Para Lacerda

Um grupo de banqueiros da Guanabara (ainda movidos pela generosidade) fez uma "vaquinha" para arranjar dinheiro, a fim de alugar uma casa, de preferência no Flamengo, para

fazer dela um centro de irradiação da campanha "CL-65".

Sendo a casa "de preferência no Flamengo", a "vaquinha" não deve ter sido propriamente "vaquinha"; deve ter sido "vacona".

Chute no Santo

O equatoriano Júlio Mora foi preso, segundo notícia de Última Hora (10-1-64), por ter destruído com violento pontapé a imagem do santo de sua devoção, que não lhe havia concedido o que pedira através de promessa.

Se a moda de castigar o santo por promessa que não deu em nada pegar aqui no Brasil, tem muito político que vai virar bola de futebol.

Guerra Entre Cabeloelros

A Escola dos Cabeloelros da Guanabara publicou em diversos jornais um apelo ao governador Carlos Lacerda para que este intervisse na luta que a referida Escola está movendo contra o Sindicato dos Cabeloelros do mesmo Estado.

A acusação da Escola dos Cabeloelros contra o Sindicato dos Cabeloelros é de que o Sindicato está fazendo o jogo de um trustee

de produção de botões e comédicos. Mas, se a luta é contra um trustee, por que é que a Escola faz um apelo a Lacerda, tradicional aliado dos trustees?

Não há dúvida: os cabeloelros da Escola estão autenticamente "guerra fria" contra os cabeloelros do Sindicato. Mas se Lacerda entrar no brigueado, a guerra vai ficar menos fria. Vai se tornar uma guerra fraca, apenas.

DUAS GRANDES OBRAS DE JOHN REED

10 DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

O mais impressionante e fiel relato da Revolução Soviética preço: Cr\$ 1.000,00

MÉXICO REBELDE

Fra-nos reviver, num estilo vibrante, fatos da Revolução Mexicana e homens como Pancho Villa e Francisco Madero preço: Cr\$ 400,00

Adquirir essas obras pelo Reembolso Postal na LIVRARIA DAS BANDEIRAS Rua Riachuelo, 342, loja 2 SAO PAULO (Capital)

A Ordem do Dia

Durante os dias em que se realizou o Conselho, as 4 comissões em que foi dividido o plenário discutiu exaustivamente

Aprovação

Numa evidente demonstração da unidade que reina no movimento universitário e da confiança que é depositada em sua entidade máxima, a UNE, as organizações representadas no Conselho aprovaram no primeiro

TEORIA E PRÁTICA — opinião de Carvalho

"Que virá após o comunismo?"

(Pergunta do leitor Shuts Werbeheim, de Montes Claros, Minas Gerais)

O marxismo não é apenas a continuidade e o desenvolvimento das mais altas conquistas do pensamento humano do movimento social: é uma arma revolucionária de conhecimento e transformação da realidade, a serviço da classe operária e de toda a humanidade trabalhadora e progressista. Sua base de partida é a unidade indissolúvel entre a base econômica — primeira fonte e raiz de todas as transformações — e a vida espiritual da sociedade. Com essa descoberta, Marx e Engels trouxeram a chave da explicação científica da história da sociedade em seu conjunto, de suas leis gerais de desenvolvimento e de seus diferentes modos de produção e suas etapas — com suas leis específicas, com suas contradições e com as condições concretas de seu surgimento, seu florescimento e sua substituição inevitável. Essa análise científica estende-se da origem do homem, através do trabalho, até as condições de desenvolvimento da sociedade comunista do futuro.

O marxismo distingue-se, porém, de todas as doutrinas anteriores precisamente porque se baseia em dados materiais concretos e em leis conhecidas. Não deca, a conjecturas e utopias, ali onde não se pode apoiar nos dados das ciências.

É que a previsão científica tem seus limites nas limitações da ciência e da prática social de cada época. No caso do advento da sociedade comunista, é a prática social e é também uma ciência — a doutrina da evolução — que mostram sua necessidade objetiva, como produto do desenvolvimento econômico capitalista e como resultado da ação revolucionária de uma força social engendrada também pelo capitalismo: o proletariado moderno (1). Os traços essenciais dessa sociedade nova — a propriedade comum, o desaparecimento das classes e do Estado, a eliminação da oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico, o crescimento de todos, etc. — decorrem do caráter histórico de que se revestem a propriedade privada sobre os meios de produção, as classes, a luta de classes e o Estado, a divisão do trabalho, etc. A previsão de seu desaparecimento é, assim, uma decorrência natural do conhecimento das condições de sua origem e de seu papel em nossa sociedade em sua formação. Por isso — dizia Lênin — Marx pôde encerrar o problema do Comunismo com a mesma segurança com que um naturalista encerraria o problema de uma

nova espécie biológica, uma vez conhecida sua origem e sua linha de evolução (1).

Como se vê, nosso conhecimento da vida social é já bastante avançado para assegurar-nos a possibilidade e o "direito" de prever a extinção desses fatores históricos. É insuficiente ainda, porém, para definir a rapidez desse desenvolvimento — e, com ela, os prazos e as formas concretas dessa extinção: para indicar, por exemplo, o momento em que estará eliminada a oposição entre a cidade e o campo ou criada a nova consciência necessária para a transformação do trabalho em primeira necessidade vital (1).

Compreende-se que essa limitação — válida para os prazos e condições concretas de surgimento do comunismo integral — é válida também para sua sequência e seu desenvolvimento: e, assim, para tudo o que a vida social, em seu movimento incessante, fará brotar em seguida, dentro de condições materiais novas cujo nível e caráter podemos apenas imaginar.

Cinjam-nos, pois, aos dados de nossa época. Dentro de 16 anos, os povos soviéticos terão aberto as portas ao Comunismo: de uma sociedade sem classes altamente organizada, baseada na autogestão e na igualdade social, numa alta padrão de técnica e ciência, numa única forma de propriedade sobre os meios de produção — a propriedade de todo o povo — e no princípio de cada um, segundo suas capacidades; e cada um, segundo suas necessidades; uma sociedade de trabalhadores livres, solidários e conscientes, caracterizada por sua formação política, sua libertação dos limites da divisão do trabalho e sua fidelidade aos interesses da sociedade em seu conjunto.

Compreende-se que essas premissas abrirão um campo limitado ao florescimento das vocações, do humanismo e da cultura; ao crescimento impetuoso de todas as fontes da riqueza coletiva; e, assim, ao desenvolvimento livre e amplo da inegável capacidade de criação das massas trabalhadoras — voltadas inteiramente, já então, para o domínio da natureza e de suas leis e para sua aplicação multifronte às exigências sempre novas e crescentes do interesse coletivo e do desenvolvimento social.

Lênin: O Estado e a Revolução — Capítulo 3, XXII Congresso do PCUS: Rumo ao Comunismo, (Edif. Vitória).

AMANHÃ, SEXTA-FEIRA, NO ISEB ELEIÇÃO DO CTI

400 intelectuais nacionalistas inscritos como fundadores do COMANDO DOS TRABALHADORES INTELECTUAIS (CTI) farão realizar no dia 24 do corrente mês, às 21 horas, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), à Rua das Palmeiras, 55 (Botafogo), a Assembleia Geral para discussão e aprovação dos Estatutos, leitura do relatório das atividades já realizadas, e eleição do Conselho Deliberativo da entidade, composto de 24 membros. Somente os membros fundadores — já inscritos até a presente data — terão direito a voz e voto.

Uma chapa já se encontra organizada, e compõem-se dos seguintes nomes:

- ALEX VIANNY — ALVARO LINS — ALVARO VIEIRA PINTO — ANTONIO TEIXEIRA FILHO — BARBOSA LIMA SOBRINHO — CARLOS ALBERTO COSTA PINTO — CARLOS LIRA — CAVALCANTI PROENÇA — DIAS CAVALCANTI — DIAS GOMES — DOMAR CARNEIRO — EDSON SILVEIRA — FERREIRA GULLAR — GEIR CAMPOS — GLAUCO ROCHA — JORGE

AMADO — JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO — JOSÉ LEITE LOPES — MAURO LINS E SILVA MOACYR FELIX — NELSON WERNECK SODRÉ — OSCAR NIEMEYER — OSNY DUARTE PEREIRA.

Outras chapas poderão ser organizadas, correndo o seu prazo de inscrição até o início da Assembleia, quando deverão ser apresentadas para registro à Mesa Diretora dos trabalhos da mesma.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1964.

NR agradece Boas Festas

Recebemos e retribuímos os votos de Boas Festas recebidos das seguintes pessoas e entidades: Partido Comunista da Venezuela; Sindicato Nacional dos Tailfeiros, Culinários e Panificadores Marítimos; Bolívar Detalhad e senhora; deputada Adalgisa Neri; Partido Socialista Brasileiro; Agropress; Aldo Dória Prado; Twyn; Partido Comunista da Colômbia; Valdemar A. Paraguaná; União Montenegro de Estudantes Secundários; Instituto Za Lucávanje Radničkog Pokreta (Belgrado); Metáfora de Goiás S.A.; Carlos de Freitas Andrade; National Council of Sobal; Instituto Internacional de la Paz.

sim; todas as noites contava os dias que tinham passado e os que faltavam. Mas logo se cansou. Além disso, começou a saber que os dias estavam como ele não deixavam voltar à sua terra, e os continuavam. E quem saberia se a vida seria melhor lá ou aqui?

A única coisa que lhe fazia ansiar pela liberdade era o desejo de voltar à sua casa.

E se não lhe deixavam...

Aloshka não mente: pela voz e pelos olhos nota-se que se alegra por encontrá-la no primeiro.

Para ti as coisas estão muito claras, Aloshka — trata de explicar-lhe Shukhov: — Jesus Cristo quer que estijas no cárcere, e por Jesus Cristo te encarceraram, Mas, e tu? Por que? Porque eu queirias e um não estávamos preparados para a guerra, não? E que culpa tenho eu?

— Parece que não há segunda inspeção... — resumiu Kilgas de seu catre.

— E verdade — replica Shukhov. — Pois será preciso trazer uma cruz na água. — E depois de bocejar: — O melhor será dormir.

Mas isto se ouve o barulho do cadeado externo da porta em meio do silêncio que se vai fazendo no barracão. Entram correndo, vindo do corredor, os que tinham ido levar as botas de feltro e gritam:

— A segunda inspeção!

Atrás deles aparece o guarda:

— Todos para a outra metade!

Alguns inclusive já estavam dormindo! Remexem-se, resmungam, enquanto calçam as botas (não têm que se vestir elas ficam vestidas no pedaço de gelo deixado da manhã).

— Malda seja! — Jura Shukhov, ainda que seu muita raiva, porque não adormeceu ainda.

Por cima do beliche surge a mão de César que lhe deixa sobre a esteira duas botas, dois pedaços de açúcar e uma lata de salchicha.

— Obrigado, César Markovitch — diz Shukhov assomando ao espaço livre entre os beliches. — Traga o saquinho para que eu o guarde aqui em cima, embora o saquinho para maior segurança. (Estava em cima não é tão fácil tirar. Além disso, a quem vai ocorrer procurar alguma coisa no beliche de Shukhov?)

César entrega-lhe o saquinho branco, já atado, que Shukhov enfia no bolso do colete. Ainda espera que saiam quase todos para ficar menos tempo deitado no chão.

— Mas o guarda ronca:

— Vamos, os do canto!

E Shukhov salta suavemente de cima para o chão (as botas e as meias estão tão bem colocadas sobre a esteira que lhe dá pena tirá-las). Cuidado que está com pares de chinelo feitos! Mas sempre para os outros. Ele não tem. Além disso, está acostumado. E pouco tempo.

Confessam também os chinelo quando os encontram durante as revistas do dia.

Menos mal, os que têm chinelo nas equipes que entregaram hoje as botas para o secador. Os que não, estão descalços os de meias apenas.

— Venha! Venha! — grita o guarda.

E imediatamente abreveza o chefe do barracão:

— Já ditados, seus carniças?

Rotam todos na outra metade do barracão. Os últimos estão no corredor. Ali permanece Shukhov, colado à parede, perto do nicho. O solo está molhado e por baixo chega do sacado uma corrente de ar gelado.

Quando fizeram todo o mundo sair, vão uma vez mais a guarda e o chefe do barracão, se não existe ninguém escondido no dormitório recolhido em algum canto. Porque se falta, é ruim; e se sobra, pior ainda. De qualquer forma é preciso comprovar outra vez. Alguns hem por todas as partes e voltam à porta:

— Um, dois, três, quatro... — Agora já os fazem passar rapidamente para seu lugar, um por um, e, eis, já está em cima.

Beim, outra vez os pés nas mangas do paletó, a manga, o casaco, e a dormir! Agora foram passar para aqui os da outra metade do barracão. Mas lá, somente...

Volta César, Shukhov entrega-lhe o saquinho.

Volta Aloshka. Este não sabe se arrumar. Ajuda a todo mundo, e é incapaz de ganhar alguma coisa.

— Toma, Aloshka! — diz Shukhov, e lhe dá um balcão.

— Toma!

Ainda que eu não tenha, sempre ganharei algo.

Ele parte um pedacinho de salchicha e leva à boca. Com os dentes! Com os dentes! Que sabor a carne! E o sumo também é de carne, autêntico. Já desceu para o estômago.

Desapareceu o salchicha.

O resto Shukhov guarda para amanhã, antes da formação. Cabe-se até a cabeça com a metade fininha, enfiada, sem já fazer caso dos presos da outra metade do barracão que se estufam aqui, entre os beliches enquanto inspecionam aquela parte.

Shukhov vai caminhando o sono muito satisfeito. Durante o dia, muitas vezes lhe saltam hem; não o mantêm para a vela, a equipe não foi para as obras novas, um hora do almoço surrupiam uma "kasha" ao cozinheiro. Turin fechou hem as contas, o trabalho lá parece arruinar estupidamente a Shukhov, na revista não encontram a lâmina de aço, a noite ganham o jantar de César e foi comprar fumo. Além disso não caiu doente, recuperando-se.

passou um dia da sua vida sem nenhuma sombra, quase feliz.

Durante sua pena, desde o toque de alvarada até de recolher, três mil seiscentos e cinquenta e três dias de trabalho como aquil.

Nos anos bissexto, juntavam-se mais três dias.

F/M

(Continua)

— 107 —

nr romance

Um Dia na Vida de Ivã Denisovitch

Alexandr Soljenitsin

Tradução de B. Albuquerque

A lâmpada não está muito longe deles de modo que podem ler e até esor.

Aloshka, ao ouvir que Shukhov lutava a Deus, volta-se para ele.

— Você vê, Ivã Denisovitch? Sua alma mesma pede que rogue a Deus. Por que não segue esse bom impulso?

Shukhov mira Aloshka de soslaio. Os olhos brilham-lhe como duas luzinhas. Responde com um suspiro:

— Porque as orações, Aloshka, são como as solicitações que nós fazemos, ou se perdem ou "indeferecem".

Diante do barracão do estacionador existem quatro caixas de madeira, lacradas, que o encarregado do serviço especial esvazia todos os meses. Muitos enfiam solicitações nessas caixas. E esperam, contando os dias, dentro de dois meses, dentro de um mês, ter a resposta.

Mas não a recebem. Ou lhes devolvem a solicitação com o carimbo "indefirir".

— Se suas orações não foram atendidas, Ivã Denisovitch, é porque você rogou pouco, mal, sem fé. A oração deve ser constante! E então, se diz a uma montanha "anda!", e ela andar.

Shukhov sorri, irônico, enrola outro cigarro e pede fogo ao estacionador.

— Não me venha com histórias, Aloshka! Nunca vi as montanhas andarem. Claro que também nunca vi montanhas. Vocês, por exemplo, estavam no Cáucaso, um monte de batistas, rezando todos. Viste alguma que andasse?

— Que infelizes também! A quem molestariam, rezando a Deus? Pois a todos a mesma coisa: vinte e cinco anos. Porque, há algum tempo que o limite único é vinte e cinco anos.

— Mas acontece que isso nós não pedíamos em nossas preces. Denisovitch, Aloshka está agora em seu elemento. Muda de posição para estar mais perto de Shukhov com seu evangelho.

— De tudo que é terreno e precavido, Deus nos mandou pedir

— 109 —

— 110 —

— 111 —

A Regulamentação da Remessa de Lucros

Aristóteles Moura

Depois de dezesseis meses de trabalho, a chamada Lei sobre Remessa de Lucros, foi finalmente assinada, a 19 de corrente, em cumprimento de 23 artigos, decorrendo na cerimônia da assinatura, o presidente da República declarou que "estava dando mais um passo no sentido de dotar o País nos elementos legais que libertem as forças potenciais necessárias ao seu desenvolvimento". De fato, foi um passo entre os muitos que ainda precisamos dar na escalada para aquele objetivo.

Um ponto no que se refere a empresa, como empreendimento, uma legislação adequada não pode, como acontece com a Instrução 113 e com vários artigos da própria Lei 4131, basear-se nos caducos critérios do liberalismo econômico. Num e noutro campo tem-se que legislar levando em conta condições e situações políticas de certos países investidores.

Fase do Processo Histórico

O projeto Celso Brant, sobre seu antecedente o do deputado Sérgio Magalhães — muito se aproximaram ao que se poderia denominar uma reforma de base do capital estrangeiro. Mas, aprovado na Câmara por grande maioria, e enviado ao Senado, o que veio a ser um substitutivo convencionado em substância a menor parte do projeto original. Já só poder ser detido como um passo. Assim reduziu a lei só poderia propiciar uma regulamentação coerente e que nada poderia determinar em profundidade.

Uma das virtudes da lei e, portanto, de seu regulamento, é, dentro desse caráter, abranger o capital estrangeiro aplicado em empresas de modo geral. A tendência em nosso País a legislação sobre esse capital tem sido criar-lhe laços, restrições ou proibições, segundo os setores da economia nacional em que se aplicam, ou pretendam aplicar-se. Assim temos os dispositivos constitucionais estabelecendo proibições ou restrições no campo das empresas jornalísticas, no de radiodifusão, na navegação de cabotagem, na produção de eletricidade e da mineração. Leis especiais mais recentes instituíram o sistema da Petrobrás e outros. Por outro lado, com caráter geral tivemos o Decreto-lei 9025, de 27-2-1946, limitando a remessa de juros e o retorno, matéria tratada agora na Lei de Remessa de Lucros. Posteriormente, a Lei 1807, de 7-1-53, criou favoráveis para os capitais estrangeiros de empresas interessadas em economia nacional, os chamados investimentos "favorecidos".

Outra qualidade, mas não virtude, da Lei 4131, de 3-9-1962 é referir-se sobretudo às empresas estrangeiras e aos seus capitais sociais ou declarados, enquanto os dispositivos sobre empréstimos são poucos; regulando as taxas de juros, etc. Excetuados, em certos casos, os dispositivos sobre "bens e depósitos no Exterior", e poucos outros, a lei trata de empresas estrangeiras. Assim ocorre, é evidente, quanto ao reinvestimento de lucros, ao "capital suplementar", as normas de contabilidade e mesmo ao que toca à assistência técnica, às patentes e a respectivos "royalties", aos dispositivos fiscais (impostos sobre lucros e transferências).

Regulamentar as condições em que podem ser aceitos empréstimos externos e sua aplicação, regime de prazos, juros, garantias e pagamentos é matéria, na realidade, de que os nossos legisladores ainda não cogitaram. Os dispositivos vigentes sobre financiamentos (importações sem cobertura cambial imediata) não passam de pequenas e ocasionais tentativas infelizes. E não há dúvida de que,

Houve certa publicidade tendente a salientar a assinatura do regulamento da lei 4131, atribuindo-lhe grande importância. Nesse particular convém não se deixar congozar pelas ilusões ou aparências. A lei e seu regulamento deixam intactos os quatro bilhões de dólares que, segundo nossa deficiência estatística, empresas de alguns países estrangeiros detêm e comandam em nosso País. O poder político que essas empresas exercem no Brasil através daqueles quatro bilhões de dólares não foi destruído nem sequer abalado. A Lei sobre Remessa de Lucros e seu regulamento apenas cortaram umas poucas penas de suas asas, apuraram alguns milímetros de suas garras imperialistas.

É mesmo possível que, em face a essa pequena cirurgia superficial, aqueles trustes se assustem e redobrem os esforços para maior interferência em nossa política interna e exterior, através da propaganda de imprensa e rádio a favor dos seus interesses de suas empresas e iniciativas.

É evidente que os projetos Sérgio Magalhães — Celso Brant e a lei que deles decorreu, definem uma fase do processo histórico marcado pela expansão das forças progressistas nos últimos dez anos em nosso País. As lutas que propiciaram a Lei de Remessa de Lucros e seu regulamento são as mesmas que já nos trouxeram outras vitórias. Entre elas destacamos a criação das Usinas de Volta Redonda e Açucena, da Cia. de Fiação e Têxtil, a Cia. Nacional de Alcaali, a Petrobrás e suas fábricas subsidiárias, e recente decreto do monopólio da importação de petróleo e outras iniciativas. São as mesmas lutas e correntes políticas progressistas que estão exigindo a Reforma Agrária.

Na caminhada ininterrupta que vem produzindo os frutos muitos patriotas tem-baram feridos pelas armas da reação; muitos civis, militares, trabalhadores e estudantes, homens e mulheres foram forçados a abandonar empregos e posições. Todos são co-autores da Lei de Remessa de Lucros e de seu regulamento, em que pesem suas deficiências.

Subsidiárias, Reinvestimentos, etc.

Em nota publicada por este jornal em cinco de dezembro último comentamos com certa largueza o projeto de regulamento elaborado quando o sr. Carvalho Pinto ocupava a pasta da Fazenda. Mostramos alguns senões daquele projeto e reclamamos dispositivos que interpretassem mais justa e claramente alguns artigos da lei. Posteriormente o projeto estava elaborando outro projeto e três dias antes de sua assinatura o gabinete da presidência da República distribuiu nota à imprensa informando que o projeto anterior tinha sido melhorado em alguns pontos. De fato assim nos parece que aconteceu. Entre os dispositivos retificados, anotamos o que define de modo mais correto o termo "subsidiária" e o que estabelece o pagamento de "royalties" e assistência técnica.

"Considerar-se-á subsidiária de empresas estrangeiras"



ASSINANDO

Dirigiram-se a Petrópolis, na última sexta-feira, dezenas de dirigentes sindicais, líderes políticos, parlamentares, oficiais das Forças Armadas, para assistir à assinatura do decreto de regulamentação da lei de remessa de lucros, pelo presidente da República. Na oportunidade, falou o sr. João Goulart, ressaltando a importância do ato. Em nome do Comando Geral dos Trabalhadores, usou da palavra o dirigente bancário Aluísio Palhano (presidente da CONTEC) que reiterou ao presidente da

República a posição dos trabalhadores brasileiros em face dos problemas das reformas de base, acentuando a necessidade de ser assinado com rapidez o decreto elaborado pela SUPRA, sobre as terras às margens das rodovias, ferrovias e açudes. Na foto, o momento em que o sr. João Goulart apunha sua assinatura ao importante decreto, vendo-se, entre outros, o governador do Estado do Rio, sr. Badger Silveira e o presidente eleito da CNTI sr. Clodomir Riani.

mentos). Eis em resumo, não rigoroso, os pontos-chaves da lei 4131: define "capital estrangeiro" como o "entrado" sob a forma de "bens, máquinas e equipamentos, sem despendimento inicial de divisas", e o "introduzido" sob a "forma de recursos financeiros e monetários" (artigo 1º); estabelece o registro de capitais estrangeiros sob todas as formas, o dos reinvestimentos, do "capital suplementar", das remessas de rendimentos (lucros, dividendos, "royalties", pagamentos de assistência) "por qualquer outro título" (artigo 3º); determina o registro dos capitais e reinvestimentos preexistentes (artigo 5º); os juros de empréstimos são os constantes dos contratos mas não podem exceder "a taxa vigente no mercado financeiro de onde procedem os empréstimos"; os juros que excederem a essa taxa serão considerados amortização dos respectivos empréstimos (artigo 8º); a prestação de assistência técnica e de outros tipos de assistência será verificada pela SUMOC e fiscalizada "tendo em vista apurar a efetividade dessa assistência" (artigo 10º); a remessa para pagamento de "royalties" dependa da comprovação da vigência dos privilégios e patentes, isto é, de que estes não caducarem" (artigo 11); são considerados "lucros distribuídos e tributáveis" as remessas de "royalties" e decorrentes de assistência "que não satisficarem as condições ou excederem os limites previstos" nos itens anteriores (artigo 13º); proíbe o pagamento de "royalties" "entre filial e subsidiária" etc. (art. 14); estabelece "muito além de dez vezes o valor" do sub e do superfundamento (artigo 15º); regula a declaração de posse de bens, valores, depósitos no exterior; "inobservância do preceito

importará" em que tais bens, valores e depósitos "sejam considerados produto do enriquecimento ilícito" do "processo criminal" e "to", seguindo-se o respectivo "sequestro" (artigos 17 e 18); determina a elaboração de "planos de contas e normas gerais de contabilidade, padronizadas" a serem obedecidas pelas empresas; cada empresa em cada balanço deve discriminar os capitais, os empréstimos e os lucros de brasileiros separados dos de estrangeiros residentes no exterior, inscritos em rubricas contábeis diferentes (artigos 20 e 22); estabelece os limites já mencionados das remessas de lucros e do retorno (taxa máxima de 10%, o excedente considerado "capital suplementar", retorno máximo de 30%) (artigos 31 e 33); essas são os dispositivos, a nosso ver, mais relevantes e que devem ter levado o presidente da República a declarar em seu discurso que "estamos para dar mais um passo no sentido de dotar o País dos elementos legais que libertem as forças potenciais necessárias ao seu desenvolvimento". Se é necessário "libertar" essas forças — concluímos nós — é porque elas se acham aprisionadas, escravizadas por outras forças — as forças imperialistas.

Significado do Projeto Original

Os projetos Sérgio Magalhães e Celso Brant, como fatos integrantes do processo das forças libertadoras, davam mais passos e bera mais largos para a necessária libertação. Além dos itens progressistas da Lei 4131, expressos em outras palavras e mais decisivos, determinavam ainda, por exemplo, as seguintes medidas básicas: — limitava em 8% ao ano a taxa de juros de empréstimos; — proibia a compra de empresas nacionais por empresas estrangeiras; — criava um Conselho de Investimentos Estrangeiros, incumbido da elaboração

de execução "do planejamento geral da política do capital estrangeiro"; — o citado Conselho deveria "estabelecer prioridades de investimentos de acordo com as necessidades da economia nacional"; deveria vedar a aplicação de capitais em explorações de nenhuma repercussão apreciável; deveria "fixar o prazo da exploração, para que o capital estrangeiro obtinha todas as vantagens justificáveis"; — a instalação de novas empresas estrangeiras ficava dependente de licença; — proibia a instalação de empresas estrangeiras em setores ou regiões onde as empresas nacionais estivessem atendendo às necessidades regionais; — o Tesouro Nacional e as entidades brasileiras de crédito público ficavam proibidos de garantir empréstimos externos tomados por empresas estrangeiras; — proibia as instituições estatais de crédito a concessão de empréstimos a empresas estrangeiras; — proibia as empresas de financiamento e investimento de venderem no mercado nacional de capitais ações e títulos de empresas estrangeiras; — o autofinanciamento por intermédio de usuários de serviços públicos só era permitido a empresas nacionais.

Veja-se como essas lutas somadas aos anteriormente citados da Lei 4131 e também constantes do projeto Celso Brant conformam e estruturam uma lei geral sobre as empresas estrangeiras. Observe-se que o projeto proibia a compra de empresas nacionais, estabelecia restrições aos setores para funcionamento de empresas estrangeiras, fixava-lhes prazo longo, inclusive "exploração" (funcionamento), proibia empréstimos de entidades públicas a empresas estrangeiras bem como que essas entidades lhes garantissem empréstimos externos.

Esses não seriam apenas alguns passos mas o verdadeiro caminho próprio para desferir as forças imperialistas que impedem o desenvolvimento do País. Não seria ainda a reforma de base no capital estrangeiro mas o progresso substancial em direção a essa reforma, criando as condições decisivas para sua implantação.

Palavras de Presidente

Por isso, embora reconhecendo que a Lei 4131 e seu regulamento contém dispositivos básicos e progressistas não podemos concordar com certos trechos do discurso pronunciado pelo presidente da República ao assinar aquele diploma. O sr. João Goulart considera certo "colonizar" o País, refere-se a "outro tipo de capital que persiste tenazmente em se infiltrar pelas brechas e fraquezas de nosso organismo econômico, com o único intuito de ampliar os seus lucros a custa do atraso e da estagnação do País". Acrescenta que "esse capital colonizador que embaraça o progresso nacional não merece qualquer contemplação". São esperanças conceitos que agrada ouvir pronunciados por um chefe do Governo de nosso País.

Cumpra, porém, salientando que o capital "colonizador" e "que persiste tenazmente em infiltrar-se pelas brechas e fraquezas de nosso organismo econômico" são praticamente os aqui detidos por quase todas as empresas controladas por trustes dos grandes países capitalistas. O presidente mostra-se satisfeito com as "numerosas firmas estrangeiras que responderam ao apelo que lhes foi dirigido e vieram colaborar no desenvolvimento do Brasil". Assim falando o presidente justifica tal "apelos". As empresas que teriam atendido a esses apelos mas, na verdade, vieram subtrair

grandes lucros de nosso desenvolvimento, garantir-se e dominar nos mercados achem-se entre as que, mediante os favores copiosos, aqui instalaram fábricas de veículos, de máquinas diversas, de produtos farmacêuticos, etc. Essas variedades da espécie truste devem ser classificadas rigorosamente como componentes da fauna imperialista, espoliadora e historicamente estruturada sob o signo da pilhagem colonial.

Aqui parece oportuno referir a conclusão a que já chegaram inclusive alguns economistas da escola capitalista. Já não há dúvida de que os países que se acham nas condições do nosso poder, de fato, do capital estrangeiro, o que não podemos dispensar avançada tecnologia já alcançada pelos países desenvolvidos. Certos capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos em determinadas condições devem ser aceitos e mesmo procurados mas não precisamos de empresas e bancos estrangeiros em nosso território. É a tecnologia avançada — as patentes, as permissões para produção e a assistência técnica e de outros tipos, o "know how" em geral — que devem ser importados ou absorvidos sem a permanência e a instalação de trustes internacionais em nosso território.

Não há dúvida de que poderíamos ter instalado a indústria automobilística e várias outras por intermédio de empresas nacionais públicas ou privadas. Para isto bastaria que, sem qualquer "apelos" aos trustes, contratássemos habilmente alguns empréstimos externos a prazo longo, inclusive com a área socialista; que concedêssemos a Fábrica Nacional de Motores e outras empresas nacionais os copiosos favores que foram beneficiadas a General Motors, a Ford e outros trustes americanos e europeus.

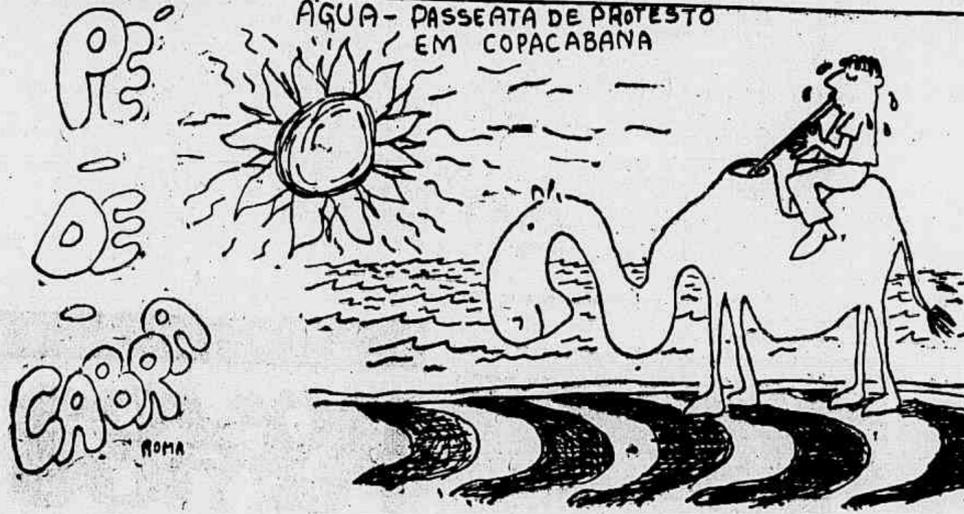
O resultado dos "apelos" e dos favores foi o desenvolvimento industrial que até temos sob comando externo, com cerca de 40% do capital aplicado na indústria em mãos de trustes estrangeiros.

A lei 4131, de 3-9-62 — a Lei sobre a Remessa de Lucros — não remedia essa situação, não retira aquelas trustes o poder político que, em nosso território exercem diretamente e através da ação diplomática de seus países. O que faz é abrir caminhos de esperanças, encorajando as correntes progressistas, mostrando-lhes que essa abertura de caminhos é resultado de sua ação e de suas lutas pela definitiva libertação.

A Luta Continua

Desde logo cabe-nos o esforço pela rigorosa aplicação da lei e de seu regulamento. Os registros, as estatísticas, as inscrições discriminadas, os balanços contábeis por eles determinados são nossos instrumentos de fiscalização e vigilância. Com esses instrumentos ganhamos certos meios para acompanhar a ação dos quatro bilhões de dólares que, nos termos da imperfeita estatística anterior, os trustes estrangeiros detêm implantados dentro de nossas fronteiras, repetimos, com quase toda sua anterior capacidade de espoliação e com todo seu poder político.

Cabe também às forças progressistas insistir na execução de itens de seus programas, tendo em vista vencer novas e mais esperanças etapas. E já vem dando frutos: insistir em retirar os trustes do maior número de setores (eletricidade, petróleo, frigoríficos, automóveis, etc) e ao mesmo tempo, lutar por nova lei geral que corte mais as asas e apare mais as garras dos aspectos imperialistas que infestam esta terra.



Vêm-se realizando, nos últimos dias, amplos entendimentos entre as forças políticas interessadas na realização das reformas de base. Participando dessas gestões, o Prof. San Tiago Dantas encaminhou às entidades representativas das forças democráticas um conjunto de sugestões de caráter programático, destinados a abrir o debate em torno de uma plataforma comum, com a qual se comprometeria o Governo constituído sobre a base daqueles entendimentos. São as seguintes as sugestões preliminares, encaminhadas pelo Prof. San Tiago Dantas:

A formação de uma Frente popular, ou Progressista, tendo o objetivo de dar apoio e cooperação ao presidente João Goulart para levar adiante as reformas de base.

O atual Ministério, constituído sob a rubrica de Ministério das reformas, não revelou ter base parlamentar para levar adiante aquele programa, com prejuízos ainda maiores à administração do País.

Dai a necessidade de formar uma base política, com lauro de opinião pública e eficiência tanto no Congresso como fora dele, para pôr e apoiar qualquer reforma do atual Ministério. Essa base resultaria de entendimentos entre as forças políticas sobre pontos pragmáticos e não sobre pessoas e resultaria da união entre forças de esquerda e do centro.

Em vez de uma definição comum, de caráter ideológico ou doutrinário, a Frente se constituiria tomando por base alguns pontos específicos do governo, suscetíveis de serem abordados através de medidas legislativas, ou administrativas. Essas medidas estariam, em parte, relacionadas com as reformas de base, e em parte com a política geral do governo.

A título de sugestão, são focalizados na presente nota, destinada ao início de consultas entre lideranças políticas os seguintes pontos e medidas:

A — Reformas de Base

1º — Reforma Agrária

I — Reforma da Constituição para permitir nas desapropriações por interesse social, o pagamento da indenização em títulos de valor reajustável.

II — Adoção imediata de medidas que independem de reforma constitucional, mas que podem representar o início do processo de transformação da estrutura agrária do País, acelerando-o e ao mesmo tempo disciplinando as reivindicações hoje apresentadas em diferentes áreas.

III — Introdução no decreto da SUPRA sobre a faixa desapropriável de exceção em favor da pequena propriedade e das áreas exploradas adequadamente, e estabelecimento do princípio da programação anual de reformas em áreas selecionadas.

IV — Disciplina legislativa do arrendamento rural com (I) máximos legais de renda de acordo com a cultura e produtividade do solo; (II) a renovação compulsória do arrendamento; e (III) direito a compra da área arrendada, ao fim de certo prazo, por preços baseados na renda.

V — Apoio à sindicalização rural e medidas efetivas para sua aceleração.

Sugestões Iniciais Para um Programa de Governo Que Faça as Reformas de Base

2º — Reforma Bancária

Aprovação pelo Congresso do projeto enviado pelo governo, com as emendas aceitas de comum acordo, de modo a assegurar, no tocante ao sistema federal de atribuição ao Conselho de Política Monetária e seus órgãos executivos da competência normativa em matéria de moeda e crédito, preservada a unidade do Banco do Brasil e no tocante ao sistema privado, a democratização e o parcelamento do crédito evitando a sua concentração em setores ou clientes a critério dos próprios banqueiros.

3º — Reforma Tributária

I — Modificação dos critérios do imposto de renda de modo a fazer recair sobre quem pode contribuir o maior ônus do funcionamento das despesas públicas e investimentos federais.

4º — Reforma Administrativa

I — Aprovação da reforma AMARAL PEIXOTO com as emendas de comum acordo no Congresso Nacional.

II — Restabelecimento do sistema do mérito não só no serviço público federal mas, no das autarquias mistas com a criação de oportunidades iguais para todos.

III — Modernização dos serviços federais mediante a mecanização, a racionalização e a adoção de processos científicos a partir dos de controle, computação e planejamento.

5º — Reforma Empresarial

I — Modificação de estrutura das empresas no sentido de atribuir ao trabalhador, responsabilidades e direitos paralelos aos dos sócios ou acionistas impedindo que a má-valia seja absorvida na remuneração do capital.

II — Revisão da empresa pública para assegurar a eficiência de sua operação e a sua estabilidade econômica.

6º — Reforma Política

I — Adoção por via de reforma constitucional, do voto do analfabeto e da praça de pré.

II — Elegibilidade dos alistáveis.

III — Eliminação das limitações ad personam decorrentes da Lei de Segurança.

7º — Reforma Cultural

I — Erradicação do analfabetismo.

II — Modernização da cultura, especialmente nos campos da ciência e da tecnologia.

III — Reforma Universitária, com participação efetiva e proporcional dos estudantes na administração das universidades.

IV — Planejamento da aplicação dos recursos, visando a expansão da rede do ensino público e a criação de centros de cultura popular.

8º — Reforma Econômica

I — Combate à sonegação e à intermediação com a dinamização da CADE, e a aplicação de medidas efetivas aos que a tentam contra a economia popular.

II — Planejamento do abastecimento interno do País, com alta prioridade

Impacto sobre o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

V — Negociação de uma moeda para escalonamento dos débitos brasileiros, de acordo com a sugestão da Carta, a longo prazo (10 a 30 anos).

2º — Comercial

I — Monopólio de câmbio, mediante repasse ao Banco do Brasil da totalidade das cambiais oferecidas por exportadores.

II — Monopólio do comércio do café, começando pela cobertura exclusiva, através do IBC das firmas exportadoras 100% nacionais, e atingindo a exclusividade de vendas.

III — Regulamentação de acordo com a legislação vigente das remessas financeiras para o exterior (turo, "roya lica", etc.).

IV — Diferenciação do comércio de modo a estimular o intercâmbio com a área socialista e o mercado latino-americano, dentro de metas estabelecidas, com a instituição de órgãos estatais responsáveis pela aceleração e planejamento das compras e vendas.

3º — Cultural

I — Erradicação do analfabetismo.

II — Modernização da cultura, especialmente nos campos da ciência e da tecnologia.

III — Reforma Universitária, com participação efetiva e proporcional dos estudantes na administração das universidades.

IV — Planejamento da aplicação dos recursos, visando a expansão da rede do ensino público e a criação de centros de cultura popular.

4º — Abastecimento

I — Combate à sonegação e à intermediação com a dinamização da CADE, e a aplicação de medidas efetivas aos que a tentam contra a economia popular.

II — Planejamento do abastecimento interno do País, com alta prioridade

5º — Exportação

Estímulo à ampliação e à regularização das exportações brasileiras com adoção de medidas cambiais correspondentes, e aplicação de critérios técnicos capazes de evitar os sobrepreços acumulados no exterior.

6º — Brasília

Consolidação da nova capital, mediante a mudança sistemática da sede dos serviços federais, dentro de um plano a ser aprovado pelo Presidente da República.

7º — Política Externa

I — Preservação da política externa independente em todas as suas características, que não decorrem de preferência ou opção ideológica, mas de compromisso da linha de interesse do País em face de cada desdobramento da situação mundial.

II — Autodeterminação e não-intervenção para todos os povos, como condição do seu desenvolvimento independente, inclusive para a Cuba, sob o regime vigente.

III — Participação intensa na Conferência Nacional das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, com apresentação de teses que contribuam para a erradicação do processo de inferiorização de preços dos produtos primários, e para a maior participação dos países subdesenvolvidos no crescimento do comércio mundial.

IV — Coexistência pacífica, sem submissão a qualquer forma de partilha em zonas de influência e com preservação do caráter competitivo da própria coexistência.

V — Solidariedade aos povos em luta contra a dominação colonial, seja qual for o regime político sob que se encontrem e ainda que haja problemas culturais irresolvidos tornando crítica a sua emancipação.

para os investimentos em armazenagem e transporte de safras e suprimento dos intermediários em artigos de consumo geral, ou popular.

5º — Exportação

Estímulo à ampliação e à regularização das exportações brasileiras com adoção de medidas cambiais correspondentes, e aplicação de critérios técnicos capazes de evitar os sobrepreços acumulados no exterior.

6º — Brasília

Consolidação da nova capital, mediante a mudança sistemática da sede dos serviços federais, dentro de um plano a ser aprovado pelo Presidente da República.

7º — Política Externa

I — Preservação da política externa independente em todas as suas características, que não decorrem de preferência ou opção ideológica, mas de compromisso da linha de interesse do País em face de cada desdobramento da situação mundial.

II — Autodeterminação e não-intervenção para todos os povos, como condição do seu desenvolvimento independente, inclusive para a Cuba, sob o regime vigente.

III — Participação intensa na Conferência Nacional das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, com apresentação de teses que contribuam para a erradicação do processo de inferiorização de preços dos produtos primários, e para a maior participação dos países subdesenvolvidos no crescimento do comércio mundial.

IV — Coexistência pacífica, sem submissão a qualquer forma de partilha em zonas de influência e com preservação do caráter competitivo da própria coexistência.

V — Solidariedade aos povos em luta contra a dominação colonial, seja qual for o regime político sob que se encontrem e ainda que haja problemas culturais irresolvidos tornando crítica a sua emancipação.

POLÍTICA GERAL DO GOVERNO

1º — Financeira

I — Contenção da inflação mediante planos de economia que reduzam o déficit federal e permitam o estabelecimento de um orçamento monetário, pelo qual serão pauladas as emissões.

II — Auxílio aos Estados com o objetivo de corrigir DEFICITS orçamentários temporários, e dar cobertura a programas de desenvolvimento econômico regional.

III — Melhoria do aparelho arrecadador.

IV — Controle do crédito concedido pelo Banco do Brasil e ao setor privado de modo a concentrar recursos em investimentos de maior

2º — Comercial

I — Monopólio de câmbio, mediante repasse ao Banco do Brasil da totalidade das cambiais oferecidas por exportadores.

II — Monopólio do comércio do café, começando pela cobertura exclusiva, através do IBC das firmas exportadoras 100% nacionais, e atingindo a exclusividade de vendas.

III — Regulamentação de acordo com a legislação vigente das remessas financeiras para o exterior (turo, "roya lica", etc.).

IV — Diferenciação do comércio de modo a estimular o intercâmbio com a área socialista e o mercado latino-americano, dentro de metas estabelecidas, com a instituição de órgãos estatais responsáveis pela aceleração e planejamento das compras e vendas.

3º — Cultural

I — Erradicação do analfabetismo.

II — Modernização da cultura, especialmente nos campos da ciência e da tecnologia.

III — Reforma Universitária, com participação efetiva e proporcional dos estudantes na administração das universidades.

IV — Planejamento da aplicação dos recursos, visando a expansão da rede do ensino público e a criação de centros de cultura popular.

4º — Abastecimento

I — Combate à sonegação e à intermediação com a dinamização da CADE, e a aplicação de medidas efetivas aos que a tentam contra a economia popular.

II — Planejamento do abastecimento interno do País, com alta prioridade

5º — Exportação

Estímulo à ampliação e à regularização das exportações brasileiras com adoção de medidas cambiais correspondentes, e aplicação de critérios técnicos capazes de evitar os sobrepreços acumulados no exterior.

A Posição Dos Comunistas

Visando a contribuir para a formulação de uma plataforma de ação comum a todas as forças nacionalistas e democráticas, os comunistas apresentaram as seguintes observações e sugestões ao documento encaminhado pelo Prof. San Tiago Dantas:

Os comunistas têm posição clara e definida pela formação de uma ampla frente de todas as forças nacionalistas e democráticas e pela concretização das reformas de base necessárias ao progresso e à emancipação do Brasil. Estão dispostos, portanto, a participar de todas as gestões que se realizarem em função desses objetivos patrióticos.

Considerando acertada a ideia de que, no momento atual, a unidade destas forças se constitua "tomando por base alguns pontos específicos, de governo, suscetíveis de serem abordados através de medidas legislativas ou administrativas", dispomos-nos a contribuir com a nossa opinião para que seja formulada esta plataforma de ação comum.

Estamos convencidos de que o êxito dessa iniciativa depende, essencialmente, da possibilidade de desencadear-se, em torno dessa plataforma, um amplo e vigoroso movimento popular, capaz de criar o "lastro de opinião pública" necessário a um governo que se disponha a realizar tais medidas. Isto exige que os pontos constantes da plataforma não se limitem a generalidades, capazes de levar a interpretações desencontradas, mas que tenham um caráter concreto e expressem realmente as aspirações do povo.

Ademais, a realização das medidas sugeridas depende da constituição de um governo que, pela sua composição política, represente autenticamente as forças interessadas nas reformas de estrutura. Julgamos indispensável, neste sentido, não apenas a mudança de alguns homens nos postos ministeriais, mas uma recomposição do sistema de forças que constitua o atual governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e fora dele, a dar apoio a essa nova política.

Com o objetivo de aglutinar estas forças, propomos que esta plataforma seja levada ao conhecimento público, no prazo mais breve possível, a fim de que possam debata-la as organizações representativas do povo.

No que se refere aos pontos específicos trazidos ao nosso conhecimento, cumpre-nos apresentar as seguintes observações e sugestões:

A — Reformas de Base

1º — Reforma Agrária

Concordamos com o item I, desde que se estabeleça que o reajustamento dos títulos não deverá exceder o limite de 10% do valor de cada parcela anual. Propomos acrescentar a este item o seguinte período: "A reforma agrária deve ter como objetivo a eliminação do latifúndio e a entrega de terras desapropriadas aos camponeses sem terra ou com pouca terra".

O item II deve ser mais explícito, definindo as medidas que se pretende adotar.

Quanto ao item III, ressaltamos nossa opinião a respeito do decreto da SUPRA para quando esse documento for conhecido publicamente, e sugerimos as seguintes medidas:

— Ao ser estabelecida exceção em favor das "áreas exploradas adequadamente", deve-se firmar o critério de que serão excluídas da desapropriação estas áreas até o limite máximo de 500 hectares.

— Das áreas desapropriadas, o equivalente a 30% será reservado para doação de lotes, sem quaisquer ônus, a famílias camponesas sem terras.

— No caso de venda das terras desapropriadas aos camponeses, o prazo de pagamento deverá ser aumentado de 10 para 20 anos.

— Estarão sujeitas a desapropriação todas as propriedades que não cumprirem os dispositivos da legislação do trabalho.

Quanto ao item IV, aceitando os seus termos gerais, propomos que sejam concretizados os seguintes pontos:

— Fixação da taxa máxima de arrendamento em 6% ao ano sobre o preço da terra.

— Prazo mínimo de arrendamento de 5 anos, com direito à renovação compulsória do arrendamento ou à compra da área arrendada.

— Abolição do sistema da "meia", "terça", do trabalho gratuito e do pagamento em vales.

— Aceitamos o item V e propomos o acréscimo de mais um item, que teria o seguinte teor:

— Concentração em um só fundo, pelo governo federal, de todos os recursos financeiros concedidos aos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% destes recursos aos estabelecimentos da área inferior a 100 hectares, que se dediquem à produção de gêneros alimentícios para a subsistência da população.

2º — Reforma Bancária

Propomos substituir o texto sob esta epígrafe pelo seguinte:

— Aumento do controle do Estado sobre a rede bancária privada, inclusive através dos rescalentos. Elevação da percentagem de depósitos que os bancos particulares devem manter obrigatoriamente ao Banco do Brasil, Fortalecimento das entidades estatais de créditos, incluindo o BNDE, Banco do Nordeste, Banco de Crédito da Amazônia e Caixa Econômica.

— Manutenção do Banco do Brasil com suas funções de Banco Central e suas carteiras especializadas, a fim de assegurar o controle do sistema bancário, bem como a colocação do crédito oficial ao alcance dos pequenos empreendedores, sobretudo no campo.

— Proibição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos nacionais.

3º — Reforma Tributária

No item I propomos precisar que o imposto de renda deve gravar mais as pessoas físicas que auferem elevados rendimentos.

Sugerimos que o item II seja substituído pelo seguinte:

— Proteção fiscal à pequena e média empresas e ao artesanato.

Concordamos com o item III.

4º — Reforma Administrativa

Propomos suprimir o item I e concordamos com os restantes.

5º — Reforma Empresarial

Sugerimos a supressão de todo esse ponto.

6º — Reforma Política

— Aceitamos integralmente o I, II e IV itens, sugerimos que o III tenha a seguinte redação:

— Revogação da Lei de Segurança Nacional e do Decreto-Lei 9.070.

Propomos mais um item:

— Regulamentação da propaganda política, com o fim de eliminar uma das fontes de corrupção eleitoral.

B — Política Geral de Governo

1º — Financeira

Sugerimos a substituição do item I pelas seguintes medidas concretas:

— Lançamento de um empréstimo interno compulsório, a ser coberto pelos beneficiários de altas rendas, com o objetivo de formar um fundo nacional antinflacionário, ao qual recorrerá o Governo sempre que fosse necessário evitar as emissões inflacionárias de papel-moeda.

— Unificar todos os orçamentos da União, inclusive os das autarquias e empresas estatais e combater o déficit orçamentário mediante cortes dos gastos supérfluos, adiáveis e supérfluos, bem como através da redução dos déficits das ferrovias e empresas de navegação marítima.

— Aceitamos o II e o III pontos.

Quanto ao IV item, propomos substituí-lo pelo seguinte:

— Rigorosa seleção do crédito para impedir o financiamento de atividades especulativas e para favorecer a produção e o comércio de artigos de primeira necessidade e amplo consumo.

Sugerimos a substituição do item V pelo que se segue:

— Suspensão temporária do pagamento da amortização dos empréstimos estrangeiros e rescalamento dos compromissos externos do País, em prazos de 15 a 20 anos.

2º — Comercial

— Aceitamos o item I propondo a seguinte redação:

— Monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil.

— No que tange ao item II, sugerimos substituí-lo pelo seguinte:

— Monopólio das exportações de café pelo IBC.

Propomos a seguinte redação para o item III:

— Regulamentação, de acordo com a legislação vigente, das remessas financeiras para o exterior (lucros, royalties, etc.), proibindo-se a remessa de quaisquer rendimentos sobre o capital reinvestido no País pelas empresas estrangeiras.

Concordamos com o item IV.

— Política estatal de exportação de minérios que, tendo em vista aumentar a receita de divisas do País, ao mesmo tempo, resguarda os interesses da economia nacional e nossas reservas de minerais raros, sobretudo os minerais atômicos.

3º — Cultural

— Manifestamos nossa total concordância com os itens aqui relacionados.

4º — Abastecimento

— Aceitamos os itens I e II, propondo o acréscimo de mais um item:

— Nacionalização, pelo custo histórico, dos moinhos, frigoríficos e fábricas de leite em pó, pertencentes a empresas alienígenas, assim como da indústria farmacêutica estrangeira.

5º — Exportação

Propomos a substituição desse item pelo seguinte:

— Estímulo às exportações, não mediante a desvalorização do cruzeiro mas por meio de uma política orientada para a conquista de novos mercados e a ampliação das vendas nos mercados existentes, inclusive com a diversificação dos produtos exportados.

6º — Brasília

7º — Política Externa

— Aceitamos as medidas propostas.

Propomos que no item I seja feita a seguinte modificação de redação:

— Em lugar de "preservação da política interna independente", colocar "desenvolvimento da política externa independente".

No item III, onde se diz "com a apresentação de teses que contribuam para a correção do processo", substituir por "intervindo ativamente no sentido de corrigir o processo".

Sugerimos que seja acrescentado um item:

— Defesa da paz mundial, apoio às proposições que visem à cessação das experiências com armas nucleares, à proibição do emprego das armas de destruição em massa e ao desarmamento geral e completo.

Finalmente, consideramos indispensável a inclusão nessa plataforma, na parte referente à política geral de governo, de mais três pontos com o seguinte teor:

Defesa da Economia Nacional

I. Anulação do compromisso de compra do patrimônio da AMFOP no Brasil e providências para a encampação das concessionárias de serviços públicos de acordo com as leis brasileiras.

II. Fortalecimento da política de monopólio estatal, particularmente naqueles setores ligados aos interesses da segurança nacional, tais como: energia, minérios, telecomunicações e transportes.

III. Defesa e ampliação do monopólio estatal do petróleo, mediante a encampação das refinarias particulares e a entrega à Petrobrás da distribuição em grosso de todos os seus produtos.

Defesa das Liberdades Democráticas

I. Garantia das liberdades públicas e medidas energéticas contra as forças que tentam interromper o processo democrático.

II. Anistia para os graduados e praças das Forças Armadas presos em consequência do protesto de Brasília, bem como para todos os presos por motivos políticos.

III. Garantia dos mandatos populares e posse de todos os eleitos.

Política Salarial

I. Reajustamento geral periódico dos salários e vencimentos com o objetivo de elevar o nível de vida dos trabalhadores.

II. Salário Profissional.

NOVOS TEMPOS



Entrevista-

Sabatina

de Prestes

na TV Paulista

SUPLEMENTO ESPECIAL — 24 A 30-1-64

**NOVOS
FUMOS**

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE



No dia 3 de mês em curso — data de seu 66º aniversário — Luiz Carlos Prestes foi submetido, por cerca de duas horas e meia, a uma verdadeira sabatina pela televisão paulista, no programa «Pinga Fogo», da TV-Tupi. Numerosos jornalistas dirigiram a Prestes as mais variadas e, às vezes, surpreendentes perguntas. O líder comunista foi levado a abordar desde problemas de política internacional a questões particulares do movimento comunista brasileiro. Nenhuma pergunta foi recusada — quer as dirigidas pelos jornalistas, quer as formuladas

pelos telespectadores, através do telefone. A todas elas Prestes respondeu prontamente, com a maior vivacidade.

A entrevista de Prestes à televisão paulista alcançou uma enorme repercussão. Amplos resumos de suas declarações — nem sempre feitos de maneira fiel — foram divulgados em praticamente todos os jornais de São Paulo e do Rio. Centenas de pessoas da capital e de vários municípios paulistas continuam dirigindo-se a Prestes, com êle congratulando-se por sua entrevista.

Abaixo, damos o texto da palpitante entrevista de Prestes:

PRESTES: Srs. telespectadores do Canal 4, minha boa noite. A todos, as minhas congratulações pela oportunidade deste encontro, que reflete, sem dúvida alguma, o avanço do processo democrático em nosso país. O meu maior interesse é poder responder às perguntas formuladas pelos ilustres jornalistas aqui presentes.

LOCUTOR: Muito obrigado ao sr. Luiz Carlos Prestes, e tem início o nosso Pinga Fogo. Vamos começar da esquerda para a direita, e Almir Guimarães.

JORNALISTA: Eu me sinto ligeiramente embaraçado ao iniciar estas perguntas que devo fazer, porque não estou exatamente certo do tratamento que devo dispensar a V. Ex.^a. Por isso, gostaria que o sr. apontasse, entre os que vou citar, o que mais lhe agrada. O sr. gostaria de ser tratado de V. Ex.^a, Camarada Prestes, Capitão Luiz Carlos Prestes — o Comandante da lendária Coluna Prestes, — senador Luiz Carlos Prestes, ou simplesmente de sr. Luiz Carlos Prestes.

PRESTES: De todos os tratamentos, eu prefiro o mais natural, que é o de sr. Luiz Carlos Prestes. Entre nós é o mais justo.

JORNALISTA: Qual a sua posição diante da luta ideológica que se trava entre Pequim e Moscou?

PRESTES: Nós, comunistas brasileiros, temos uma posição bastante clara e pública a esse respeito. Lamentamos profundamente o debate público surgido a respeito das divergências entre os camaradas chineses e o restante do movimento comunista mundial, particularmente os comunistas soviéticos. A respeito das questões em debate, temos posição definida há muitos anos. Em 1960, realizamos uma Convenção Nacional do movimento comunista brasileiro. Ali aprovamos uma resolução em que estes problemas são abordados, e é definida a nossa posição a respeito do problema da paz, da guerra, da coexistência pacífica, da possibilidade de caminho pacífico, em diversos países, para a revolução, a respeito da contradição principal do mundo de hoje, — problemas em debate entre o movimento comunista mundial e os camaradas chineses. A nossa posição é ao lado do movimento comunista mundial. Participamos em 1957 e em 1960 e aprovamos integralmente as resoluções aprovadas nessas Conferências. Achamos, no entanto, que essas divergências de caráter subjetivo, são transitórias, e que mais dia menos dia o movimento comunista mundial encontrará novamente a sua unidade, porque as condições objetivas levam à unidade. Lutamos pelos mesmos objetivos, os comunistas do mundo inteiro,

lutamos contra o mesmo inimigo, que é o capitalismo, o imperialismo. As divergências são puramente subjetivas, dizem respeito à interpretação do marxismo na época em que vivemos e à sua aplicação nas condições do momento atual.

JORNALISTA: Qual foi a consequência, no movimento comunista brasileiro, da denúncia feita por Kruschov dos crimes da era de Stálin?

PRESTES: As consequências foram bastante sérias. Nós, comunistas brasileiros, como em geral o movimento comunista mundial, incorremos no culto à personalidade de Stálin e cometemos erros nesse sentido. O XX Congresso do PCUS, realizado em 1956, marca época no movimento comunista mundial. Para nós, brasileiros, foi de particular importância. Foi após esse Congresso, e com a apreciação nele feita pelos camaradas soviéticos do caráter da nova época em que vivemos, que nós, comunistas brasileiros, iniciamos um processo autocrítico a respeito da orientação política que vinhamos trilhando a partir de 1948 e que nos causou, efetivamente, grandes males. Era uma orientação "esquerdista", dogmática, sectária, que afastava os comunistas das massas, e inclusive diminuía os efetivos de nossas fileiras. Em 1958 realizamos uma verdadeira viragem política. Adotamos uma nova linha, baseada numa nova compreensão da realidade mundial, pois realmente, após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por transformações de maior profundidade. Basta dizermos que antes da Segunda Guerra existia um único sistema mundial que era o sistema capitalista, enquanto havia só um país socialista, a União Soviética, isolada, cercada pelo capitalismo, a construir com enormes dificuldades o socialismo. Após a Segunda Guerra Mundial, numerosos países da Europa — Polónia, Hungria, Tchecoslováquia, Rumania, Bulgária, Albânia, Alemanha Democrática e Iugoslávia — passaram também a construir o socialismo. Em 1949, triunfa a grande revolução chinesa. Tomaram o caminho do socialismo também a Coreia do Norte, a Mongólia e o Vietnã do Norte. Formou-se um novo sistema mundial, o sistema socialista, com uma população de mais de um bilhão de seres humanos. De maneira que o mundo de pós-guerra já está dividido em dois sistemas mundiais, em competição, em emulação. E enquanto o sistema capitalista está em decadência, em desagregação, enquanto o imperialismo perde suas colônias num ritmo cada vez mais acelerado, o sistema socialista avança, desenvolve-se economicamente — sem crises — e se torna cada dia mais forte. O socialismo é a força predominante na sociedade moderna. É ele que determina, hoje, o desenvolvimento da Humanidade.

JORNALISTA: No Brasil éle tem se desenvolvido da forma citada pelo Sr.?

PRESTES: Sim, tem. A influência das idéias socialistas cresce em nosso País de uma maneira considerável. É claro que no Brasil nós não realizamos ainda uma revolução socialista, mas, onde ela se realizou, o socialismo avança, marcha a passos acelerados.

JORNALISTA: Sr. Luiz Carlos Prestes, o jornalista Júlio de Mesquita Filho declarou aqui que ficou profundamente magoado com o Sr. e decidiu mesmo cortar relações de amizade pessoal, diante de uma assertiva sua no sentido de que o jornal "O Estado de São Paulo" seria um jornal vendido ao imperialismo. O Sr. fez mesmo essa assertiva?

PRESTES: Primeiramente, admiro-me da afirmação do jornalista Júlio de Mesquita Filho a respeito de amizade pessoal. Sempre nos respeitamos e tivemos relações políticas. Vim a conhecer o jornalista Júlio de Mesquita após a anistia de 1945. Naquele período da legalidade de nosso Partido, de 1945 até maio de 1947, em geral, quando vinha a São Paulo, tinha contacto — contacto político — com o jornalista Júlio de Mesquita. Divergências entre nós sempre existiram, mesmo em 1945, logo após a anistia. O primeiro contacto que tive com o jornalista Júlio de Mesquita foi depois de seu regresso da Europa, e naquele momento já as nossas divergências eram bastante sérias, porque nós não concordávamos nem apoiávamos a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e discordávamos da posição golpista da UDN. Respeitei sempre o jornalista Júlio de Mesquita como um jornalista de renome, lamentando profundamente que nestes últimos anos o jornal que éle dirige "O Estado de São Paulo", tenha perdido a objetividade em suas informações. Mesmo, nos Estados Unidos, os senhores sabem, há jornais bastante reacionários, mas que são objetivos, porque querem informar à burguesia a verdade. "O Estado de São Paulo" perdeu a objetividade, de maneira que agora se engana a si mesmo e engana aos seus leitores, apresentando notícias totalmente deformadas. E qual a causa disso? Onde está a raiz desta posição e deste reacionarismo do "O Estado de São Paulo", acompanhado pelo "O Globo", do Rio de Janeiro? Essas raízes estão na influência do imperialismo norte-americano.

JORNALISTA: Enquanto o Sr. Luiz Carlos Prestes respondia ao Maurício, eu queria lembrar ao Maurício ainda o que disse o jornalista Júlio de Mesquita, isto é, que dera o nome de seu filho, do filho Luiz Carlos, por causa da amizade que tinha...

JORNALISTA: Que a amizade era tão grande que éle chegou ao ponto de dar

ao nome de seu filho o seu nome.

PRESTES: Quero me referir a isto também. O Sr. sabe que no período de 1928 a 1929 surgiu aqui em São Paulo, após a marcha da Coluna, o Partido Democrático, dirigido pelo Sr. Antônio Prado, e no qual participavam numerosos elementos da burguesia paulista: Paulo Nogueira Filho, Júlio de Mesquita, Souza Queiros e muitos outros. Para esse Partido Democrático, a grande bandeira era a bandeira dos tenentes de 22 a 24 e da Coluna. Muitos desses senhores que representavam certamente os interesses da burguesia brasileira, pensavam fazer de mim o Cavaleiro da Esperança — mas da esperança deles... Mas eu não me prestei a isso. Quando, em fins de 29 ou princípios de 30, nascia esse filho do Sr. Júlio de Mesquita, éle resolveu dar-lhe o meu nome, porque via em mim esse "Cavaleiro da Esperança". Não teve, porém, muita sorte, pois poucos meses depois, em maio de 1930, eu publicava o meu Manifesto de Maio, rompendo com os "tenentes", uma vez que não me prestei de forma alguma a participar do movimento de 1930, em que via exclusivamente a enganar o nosso povo.

JORNALISTA: O Sr. Júlio de Mesquita declarou aqui também no "Pinga Fogo" passado que os srs. se davam tão bem no plano político que o Sr. chegou a querer lançar a candidatura dele ao Governo de São Paulo. É verdade?

PRESTES: Eu li isso nas colunas do "O Estado". Não tive ocasião de assistir ao programa e ao ler o jornal, fiquei bastante surpreendido, porque não me recordo absolutamente disto. Nem tinha eu autoridade para tanto e nem pensava nisso. Em 1946 a candidatura que tentamos, ao que tenho na memória, foi a do Sr. Prestes Maia, que depois de algumas vacilações declarou que não aceitava. Depois ficaram duas candidaturas na arena: Hugo Borghi e Ademar de Barros. O Sr. Hugo Borghi não concordou com determinadas condições políticas, e passamos então a apoiar a candidatura do Sr. Ademar de Barros. Mas não me lembro de se ter levantado a candidatura do Sr. Júlio de Mesquita.

JORNALISTA: Quais foram as condições aceitas pelo Sr. Ademar de Barros para que recebesse o apoio do Partido Comunista?

PRESTES: Não posso me recordar de todas elas. Mas eram condições no sentido de defender os interesses do povo paulista e de assegurar a liberdade em São Paulo. Tanto que quando o Sr. Ademar de Barros tomou a primeira atitude reacionária, lançando a sua polícia contra os operários do porto de Santos, o nosso Partido imediatamente rompeu com o seu Governo, que

passou à violência, massacrando trabalhadores. Em Tupã camponeses foram massacrados pela polícia do Sr. Ademar de Barros.

JORNALISTA: Complementando a pergunta de Armando: o governador Ademar de Barros se apresenta hoje ao povo brasileiro como um autêntico líder anticomunista. O Sr. entende se esse comportamento do chefe do Executivo de São Paulo é sincero ou não?

PRESTES: É difícil entrar aqui na avaliação da sinceridade ou não, nem posso examinar subjetivamente o que pensa o Sr. Ademar de Barros. Tenho porém, minha opinião a respeito dessa sua posição. Penso que o Sr. Ademar de Barros, com essas declarações, o que deseja é o apoio do imperialismo norte-americano, dos grandes monopólios, para sua candidatura à presidência da República.

JORNALISTA: Sr. Luiz Carlos Prestes, o Sr. foi anistado em 1945 por força da campanha democrática, mediante acordo com Vargas, segundo a versão dos jornais da época, feito através de Orlando Leite Ribeiro. Fôs a campanha pró-Constituinte e se manifestou de certa forma favorável à continuidade de Getúlio. Por que preferiu Vargas a Dutra e Gomes?

PRESTES: A situação em 1945 precisa ser analisada. Primeiro, não houve nenhum entendimento com o Sr. Getúlio Vargas. Não tive nenhum contacto pessoal com éle naquele período. O que havia então, e isso é uma posição de princípios para os comunistas, é que o Brasil naquele momento estava em guerra contra o nazismo e o Governo de Vargas havia rompido relações com a Alemanha nazista, colocado o Brasil ao lado das nações que lutavam contra o nazismo e preparado o corpo expedicionário que se encontrava na Itália a lutar. Achávamos que um Governo que mantinha essa posição merecia o nosso apoio, independente de qualquer condição. Discordávamos da posição da UDN, que naquele momento, justamente quando o Brasil estava ainda em guerra, em janeiro, fevereiro, março e abril de 1945 (a guerra terminou somente em maio), lutava pela derrubada de Vargas. Achávamos que quem tomava essa posição se colocava ao lado do nazismo, contra as nações democráticas, inclusive os Estados Unidos, a Grã Bretanha, a União Soviética e a China que, juntamente com o Brasil, participavam da guerra contra o nazismo. Todavia, não mantivemos nenhum entendimento com Getúlio, não assumimos com éle nenhum compromisso. Nossa posição era completamente independente, uma posição de princípio.

JORNALISTA: Vargas foi um líder ou um mistificador?

PRESTES: Vargas foi um líder, foi um homem que alcançou um grande prestígio popular. Discordamos muito do presidente Vargas, crimes que cometeu seríssimos crimes, e o maior deles tocou a mim pessoalmente, pois com necessidade alguma expulsou do País a minha esposa, grávida de sete meses, e a entregou a Hitler para ser massacrada nos campos de concentração e assassinio, nas câmaras de gás da Alemanha. Esse é um crime de Vargas, embora acusem desse crime Filinto Müller e outras figuras secundárias, quando o responsável principal foi o próprio Sr. Getúlio Vargas. Mas, apesar disto, o Sr. Getúlio Vargas incontestavelmente adquiriu prestígio popular por uma série de medidas favoráveis ao povo, inclusive à classe operária, tomadas durante o seu governo.

O Sr. Getúlio Vargas, particularmente a partir de 1935 e 1937, representou em grande parte os interesses da burguesia nacional, lutou pelo desenvolvimento econômico do País, implantando a siderurgia, e, posteriormente, já no seu segundo governo, criando a Petrobrás. Sou insuspeito para fazer essa afirmação porque nós, comunistas, em 1960 votamos contra a candidatura do Sr. Getúlio Vargas. Posteriormente, sobretudo depois do XX Congresso do PCUS, depois que iniciamos o processo autocrítico, reconhecemos que aquela posição não foi justa, foi uma posição errônea, e que o povo brasileiro nos deu uma grande lição, porque, apesar de sermos contrários à sua candidatura, o povo brasileiro o elegeu Presidente da República em 1950. Em 1945 nós não fomos propriamente contra Vargas e contra Dutra; tínhamos uma posição independente e apresentamos um candidato próprio. Naquela época o nosso Partido podia apresentar nomes, tinha legenda, era um partido eleitoralmente reconhecido. Apresentamos a candidatura do Sr. Yedo Fiúza, que numa campanha rápida, de menos de um mês, conseguiu 600 mil votos num eleitorado de 6 milhões, isto é, 10% da votação.

JORNALISTA: Tenho aqui inúmeras perguntas de telespectadores e pediria permissão para atendermos ao telespectador. Pergunta um telespectador, dentre 30 telefonemas que já recebemos, Sr. Luiz Carlos Prestes, se seria possível o Sr. Carlos Lacerda, na televisão de Moscou, fazer a propagação de idéias democráticas, como faz o Sr. numa televisão brasileira, das idéias comunistas.

PRESTES: Não, não seria, isso eu posso afirmar. Na União Soviética há liberdade para o povo, mas não há liberdade para os agentes da reação e principalmente para policiais e provocadores como Carlos Lacerda. Estes estão na cadeia.

JORNALISTA: Sr. Luiz Carlos Prestes, as reformas de base que vêm sendo preconizadas pelo Presidente João Goulart seriam um engodo no sentido de ilaquear a boa-fé do povo, até ao término do mandato do atual Presidente, ou ele estará realmente disposto e interessado em obter essas reformas a qualquer preço, como declarou em sua recente mensagem ao povo brasileiro?

PRESTES: O Sr. sabe que nós, comunistas, somos marxistas-leninistas, somos materialistas, de maneira que eu devo insistir numa observação que já fiz, de que para mim é muito

difícil entrar no subjetivo, examinar quais são as intenções do Presidente João Goulart. Ele apresenta as reformas, nós estamos de acordo com elas, desejamos essas reformas, lutamos por elas. Os comunistas brasileiros lutam por essas reformas desde que foi fundado o Partido Comunista, em 1922. Desde 1922 que nós, comunistas, apontamos as causas básicas do atraso do nosso País. Como patriotas, sentimo-nos naturalmente indignados, sentimo-nos humilhados diante da miséria do nosso povo, quando vemos o mundo progredir, o mundo da ciência e da técnica. Metade da nossa população ainda é analfabeta, o ensino secundário ainda é um monopólio para os ricos, a vida média do povo brasileiro mal atinge a 44 anos, quando nos Estados Unidos vai a 66 e na União Soviética já atinge a 68 anos. Quer dizer, todos nós, patriotas, desejamos modificar essa situação. Há, porém, uma diferença: é que nós, comunistas, desde 1922 — há 40 anos portanto, — apontamos as causas dessa situação e lutamos contra elas. São duas as causas básicas: a dominação do nosso povo pelo imperialismo norte-americano, particularmente, e a estrutura agrária atrasada, latifundiária. Até há poucos anos, lutar contra o imperialismo no Brasil, falar em reforma agrária, era ser imediatamente taxado de comunista e estar ameaçado de ir para a cadeia. Mas é tal a nossa persistência que hoje essas palavras-de ordem ganham todos os partidos, ganham inclusive o Presidente da República. O Presidente João Goulart se declara favorável à reforma agrária. Nós desejamos que ele a realize, esperamos. Já está há dois anos no Poder e infelizmente ainda não a realizou. Nós insistimos e esperamos que a realize.

JORNALISTA: As esquadras afirmam que a reforma agrária radical apresentará resultados imediatos com o aumento da produção. Como explica que 47 anos depois da revolução, a União Soviética tenha que enfrentar graves crises no setor agrícola, crises tão sérias que a obrigaram inclusive a importar trigo dos Estados Unidos?

PRESTES: Há um exagero muito grande a respeito da chamada crise agrária na União Soviética. A União Soviética aumentou consideravelmente sua produção agrícola nos últimos anos. No ano passado, 1963, sofreu as consequências de fenômenos climáticos, de duplo aspecto. Na Ucrânia, que é a principal base cerealífera da União Soviética, na parte europeia, a falta de geadas determinou a inutilização de toda a semeadura. E, por outro lado, a produção da parte asiática foi atingida por uma seca rigorosa. Nós, brasileiros, sabemos bem o que são as consequências das intempéries para a produção. Este ano mesmo, tivemos uma séria crise do café, devido às geadas e depois, aos incêndios do Paraná.

A queda da produção foi sem dúvida considerável, mas não se trata absolutamente de uma volta atrás, como "O Estado de São Paulo" chegou a afirmar, dizendo que a produção de cereais na União Soviética este ano foi inferior à de antes da Primeira Guerra Mundial, quer dizer, ao tempo do tsarismo. Isso não é verdade. A produção de cereais na União Soviética em 1958 era mais ou menos de 120 milhões de toneladas. Este ano a União Soviética devia produzir, pensava

produzir, 130 milhões. Não conseguiu isso, a produção baixou a 120 milhões de toneladas, mas não foi inferior a 120 milhões de toneladas. Ora, a capacidade de consumo é muito grande, a população cresce, o nível de vida se eleva e o governo soviético tem suficientes recursos — ouro para poder adquirir trigo. Quer dizer, na União Soviética há escassez devido a fatores climáticos. Onde há crise, e crise grave de superprodução, é justamente nos Estados Unidos, que não sabem o que fazer do trigo. Agora, com a decisão da União Soviética, se estabelecem laços comerciais que serão também muito úteis para estreitar os laços diplomáticos e culturais entre os dois países, muito úteis à causa da paz. Eu estou certo mesmo que o Governo soviético utilizou a própria necessidade de trigo para intensificar as relações comerciais com os Estados Unidos e abria, assim, uma melhor perspectiva para entendimentos a respeito da paz no mundo, pois para o governo soviético, para o povo soviético o indispensável é a paz.

JORNALISTA: Mas o chefe do governo soviético tem-se referido seguidamente aos processos inadequados da agricultura soviética. Ele não atribui a crise do trigo somente às condições adversas de tempo, tanto que agora preconizou inclusive o fortalecimento da indústria química no setor de adubos, portanto ele vê uma falha, não só a falha da pouca produtividade do colchão, mas daí inclusive uma superestrutura agrária inadequada.

PRESTES: Não me referi a isso, quis me referir apenas às intempéries. O atraso relativo da agricultura soviética quanto à agricultura capitalista dos Estados Unidos, é reconhecido pelos soviéticos, como por qualquer pessoa. A agricultura capitalista americana é muito mais avançada, pela sua técnica, do que a agricultura soviética. A Rússia, na agricultura, não chegou a conhecer propriamente a etapa capitalista. Passou quase que do feudalismo para o socialismo, o que, sem dúvida alguma, prejudicou e dificultou esse avanço técnico. Mas em comparação ao que era no tempo do tsarismo, já a agricultura soviética hoje é muito mais avançada.

JORNALISTA: A crise nos colchões está superada?

PRESTES: Não há propriamente crise, há dificuldades a vencer, inclusive na educação do próprio homem, como a disciplina do camponês, a sua falta de compreensão. Este ano, em março deste ano, tive ocasião de conversar pessoalmente com Kruschiov, e ele me dizia: "É difícil, porque para o camponês os prazos não têm importância. Para ele tanto faz colher hoje, como daqui a uma semana. Mas a medida que a agricultura prospera e é mais intensa, já os prazos têm uma grande importância, e uma parcela considerável de colheitas podem ser prejudicadas se não forem cumpridos os prazos com um certo rigor". Além disso, a indústria química da União Soviética, a produção de adubos, ainda não é suficiente para uma agricultura tão vasta como a da URSS, agora, nessa última reunião do Comitê Central do PCUS, tratou-se exatamente disto, de intensificar a indústria química soviética, com inversões de 40 bilhões de rublos nos próximos cinco anos.

JORNALISTA: Vamos dar a vez ao telespectador. Tenho aqui uma pergunta

que se refere à entrevista do Sr. Carlos Lacerda em nosso primeiro "Pingo Fogo", quando o Sr. Carlos Lacerda afirmou que a Petrobrás não seu caráter monopolista é uma iniciativa da UDN. Na ocasião, quando a UDN se batia pelo monopólio estatal, o Sr. Luiz Carlos Prestes defendia a abertura do petróleo brasileiro a quem quisesse explorar. Isso consta dos Anais do Congresso.

PRESTES: Não é somente o Sr. Carlos Lacerda, o jornalista Joel Silveira tem afirmado isso, afirmou isso num livro. E, sem dúvida alguma, uma análise superficial e, de certo modo, anacrônica. Durante os debates da Constituinte, nós, comunistas, concordávamos inclusive com concessões ao imperialismo no que se referia às minas e jazidas. Mas, ao mesmo tempo, exigíamos um artigo na Constituição que assegurasse, desse uma série de garantias à Nação, de maneira que o País ou a empresa privada (era um artigo semelhante ao que existe na Constituição do México, no qual se baseou o general Cárdenas para expropriar as empresas de petróleo) que viesse ao Brasil para explorar minérios ou qualquer outro serviço, qualquer outra indústria, não poderia apelar — e assinaríamos compromisso nesse sentido — para a influência de seu governo na defesa de seus interesses. Era esse o sentido. Posteriormente, a questão do petróleo evoluiu para o monopólio estatal e na luta pelo monopólio estatal — a imprensa da época está aí para ser consultada — os comunistas foram os que tiveram a participação mais ativa na campanha patriótica. O Centro de Defesa do Petróleo foi dirigido praticamente por comunistas. Comunistas como, em Santos, Decalécio Santana, operário portuário de Santos que foi assassinado no Governo do sr. Ademar de Barros, na luta em defesa do monopólio estatal do petróleo.

Há uma pergunta sobre a crise brasileira, cujos termos escaparam à gravação. Prestes assim respondeu:

PRESTES: O que há é um processo político em desenvolvimento. O que vemos, é uma luta política pelo avanço — e o processo democrático brasileiro está avançando, está alcançando êxitos, e a reação, os elementos mais reacionários estão alarmados. Eles sentem que esse processo democrático avança e que pode alcançar êxitos, dentro ainda dessa estrutura política. A reação, o imperialismo, sente perfeitamente isso, e tem tentado barrar este processo. Por mais de uma vez a reação já tentou, mas todas as vezes que tentou foi derrotada. Por exemplo, o imperialismo tentou barrar este processo em 1954, quando do suicídio do presidente Vargas, procurou impedir as eleições presidenciais de 1955. Não conseguiu. As eleições se realizaram, o candidato do imperialismo foi derrotado, sendo eleita a chapa justamente apoiada pelos comunistas: Kubitschek e Goulart. Posteriormente, tentaram barrar este processo a 11 de novembro de 1956, não querendo dar posse aos eleitos. Nesse momento, o Exército Brasileiro, com o ministro da Guerra à frente, que era o marechal Lott, colocou-se ao lado do povo, contra o imperialismo, e assegurou a posse dos eleitos. Mais recentemente, tentaram ainda barrar este processo quando da renúncia do presidente Jânio Quadros. Sabem todos que o sr. Jânio Quadros entregou o Poder de mão beijada aos seus três ministros militares. Mandou

e vice-presidente da República passar lá na China, bastante longe, e deu o Poder aos três ministros militares, escolhidos a dedo entre e que havia de mais reacionário nas Forças Armadas; e marechal Denys, o almirante Heck e o brigadeiro Gran Mosa. Entretanto, esses três ministros mantiveram o Poder? Não puderam manter o Poder. Foram obrigados, por um movimento de opinião pública impressionante, a entregar o Poder ao vice-presidente Goulart. Cito esses fatos como exemplo de que o processo democrático avança e que a reação não consegue conter. E ainda hoje estão os reacionários muito assustados.

JORNALISTA: Mas, no seu entender, qual a intenção do presidente Jânio Quadros ao entregar o Poder aos ministros?

PRESTES: Mais uma vez eu tenho que lhe dizer que não posso entrar nas intenções subjetivas de quem quer que seja. O problema da renúncia do presidente Jânio Quadros foi muito discutido e ele mesmo até hoje não o explicou com suficiente verossimilhança. Pelo menos, todas as informações dadas, a mim não me satisfizeram. Não sei porque renunciou. Pode ter sido uma crise emocional, mas também pode ter sido uma manobra que não teve êxito. Não sei o que foi. Eu examino o fato concreto, e o fato correto é que em vez de chamar o vice-presidente da República e entregar-lhe o Poder, mandou o vice-presidente para a China e entregou o Poder aos três ministros militares, que ele escolheu a dedo entre o que havia de mais reacionário. Creio que isso o sr. Jânio Quadros não pode negar. Esse é o fato.

JORNALISTA: Pergunta o telespectador, sr. Luiz Carlos Prestes — e é para seguir o seu pensamento — se é dentro desse processo democrático que os comunistas pretendem chegar ao Poder.

PRESTES: Justo. É dentro deste processo democrático. Os sr's. vão me permitir uma pequena explicação, que eu farei o mais rápida possível. Somos revolucionários, lutamos pelo socialismo, estamos convencidos de que o capitalismo leva inexoravelmente ao socialismo. De maneira que lutamos pelo socialismo, achamos que só o socialismo resolverá definitivamente os problemas do nosso povo e lhe dará a felicidade e o bem estar que deseja. No entanto, no momento atual, não lutamos por uma revolução socialista no Brasil. Não, por quê? Porque não há condições para isso. A revolução brasileira no momento atual, é nacional e democrática. Trata-se de emancipar o País do jugo imperialista e de realizar uma reforma agrária radical, que acabe com o latifúndio. Então, lutamos por um governo revolucionário das forças anti-imperialistas e antifiscais, capazes de levar até ao fim as tarefas da revolução. Nesse processo, para alcançar esse governo revolucionário, nós comunistas pensamos que, no momento atual, dada a situação mundial e a situação brasileira, é possível, mesmo dentro do regime atual, ainda nesse regime capitalista, com essa estrutura que aí está, formar-se um governo nacionalista e democrático, que inclua as reformas. Porque, uma vez iniciadas as reformas, delas decorrerão modificações na correlação de forças políticas, a classe operária terá mais forças, a mesma campanha também terá mais forças, as reformas serão cada vez mais

profundas e chegaremos finalmente ao salto revolucionário, a um governo efetivamente revolucionário, que leve até ao fim as tarefas da revolução nessa etapa e abra o caminho para o socialismo em nosso País.

JORNALISTA: No seu entender qual a perspectiva da revolução brasileira? Poderá ser pacífica ou terá que ser violenta?

PRESTES: Lutamos para que ela seja pacífica. Pensamos que a classe operária que interessa é que o Brasil avance, o Brasil progrida e chegue à revolução sem guerra civil, sem insurreição. É a isso que chamamos de caminho pacífico. Mas, choques de classe, choques parciais, luta entre o proletariado e a polícia, entre os trabalhadores do campo, entre os estudantes e os policiais, — choques dessa natureza se darão, mas poderemos evitar a insurreição, evitar a guerra civil. Este é o nosso desejo. Mas é claro que isto não depende apenas de nós, depende também dos reacionários, depende também do imperialismo. Os reacionários ameaçam com golpes de Estado. Estou convencido de que qualquer tentativa de golpe reacionário, hoje, no Brasil, será a guerra civil, e nós comunistas afirmamos que não provocamos, não desejamos a guerra civil, mas não tememos a guerra civil. Estamos convencidos de que a guerra civil, se os reacionários nos arrastarem a ela, levará à vitória do povo, à vitória das forças patrióticas e democráticas, acelerará o processo revolucionário. Preferimos, porém, a vitória do povo através do caminho pacífico.

JORNALISTA: Então, a guerra civil é bastante provável?

PRESTES: Não creio que a reação tenha forças para isso. Os reacionários poderão ir a loucuras, mas a loucura deles tem limites. O povo diz assim: "É louco, mas não chega a rasgar uma nota de mil". Eles podem tentar, mas se virem que isso é uma aventura, que terminará contra eles, podem ir adiando, e estão adiando. A verdade é que estão adiando.

JORNALISTA: O sr. acha que o Deputado Leonel Brizola tem condições para ocupar o Ministério da Fazenda? Ele iria desencadear essas reformas?

PRESTES: Creio que sim. Ele tem compromissos muito sérios com o povo. No caso de assumir uma pasta do Ministério do Presidente Goulart, particularmente a pasta da Fazenda, os compromissos por ele já assumidos são bastante sérios para que possa não tomar medidas profundas. E acredito na sua honestidade e no que ele tem dito ao povo até agora. Brizola, em nossa opinião, representa o setor mais radical da burguesia brasileira.

JORNALISTA: Seguindo a linha do Maurício, eu indagaria ao sr. se o Deputado Brizola é um revolucionário autêntico. Ele seria capaz de desempenhar no Brasil o papel que Fidel Castro desempenha em Cuba?

PRESTES: Creio que pode, as condições brasileiras hoje são tais que um homem que tenha visão política, que não esteja preso por interesses a grupos monopolistas estrangeiros e ao latifúndio, pode ser o chefe da revolução brasileira. O próprio Presidente Goulart, se se desprendesse de certos interesses que parece, que ainda tolhem a sua ação, podia ser esse chefe. Ele tem prestígio ainda bastante grande na classe ope-

rária e entre os trabalhadores do campo.

JORNALISTA: O sr. leu o livro "O Retrato", de Osvaldo Peralva? É uma radiografia nítida ou um rol de mentiras, como dizem os sectários?

PRESTES: É um rol de mentiras, é trabalho de um provocador policial, um livro de segunda categoria, que não merece nenhuma atenção, porque é realmente o livro de um renegado. Um indivíduo que foi membro de um partido e posteriormente se presta a escrever um livro destes para ganhar dinheiro, evidentemente é um desprezível.

JORNALISTA: Aurélio, telespectador. O telespectador está aqui com quase quarenta perguntas nesta altura. Vamos fazer ao menos uma, em nome do telespectador. Entenda, sr. Luiz Carlos Prestes, que o telefone 62-5194 toca constantemente, e o telespectador pergunta. E a minha função é transmitir esta pergunta. Qual é a fonte de renda do sr. Luiz Carlos Prestes. Por que não trabalha? Essas perguntas são em número de dez.

PRESTES: Sou um velho revolucionário, há 41 anos pelo menos estou nesta luta patriótica pelo progresso de nosso povo. Sou um chefe político, e hoje dirijo o movimento comunista brasileiro.

JORNALISTA: (Interrompendo) O sr. é Secretário do Partido? É outra pergunta correlata.

PRESTES: Notem bem, eu digo movimento comunista brasileiro porque, do ponto-de-vista formal e legal, não existe Partido, e não existindo Partido não existe também Secretário Geral, pois a lei não permite que exista. Entretanto, existe o movimento comunista brasileiro — existe e ninguém pode eliminá-lo. A reação já tentou muitas vezes acabar com os comunistas, mas após cada campanha reacionária o movimento comunista surge mais forte do que antes. E que o comunismo é uma necessidade inevitável em toda sociedade capitalista. Ali onde há proletariado, haverá sua vanguarda, quer dizer, uma parte da classe operária armada com a doutrina marxista-leninista que dirige a luta política da classe operária. O movimento comunista brasileiro existe, e eu sou sustentado pelo movimento comunista brasileiro.

JORNALISTA: Qual é a fonte de renda do movimento comunista brasileiro? É fato que uma parte dessa renda vem dos inimigos assustados, diante da perspectiva de uma vitória de uma revolução?

PRESTES: Não, não se dá isso. Nós temos a contribuição de cada comunista, e temos o auxílio de nossos amigos e aliados, e disso vivemos. Os aliados, naturalmente, podem nos dar uma contribuição maior do que os próprios comunistas, porque geralmente são pessoas de categoria econômica mais alta, que têm rendimentos maiores, e nos ajudam. Mas não dão essa ajuda por estarem assustados, e sim por serem pessoas que simpatizam e que concordam com a nossa orientação política.

JORNALISTA: Embora tenham alta posição no mundo capitalista, no mundo dos negócios?

PRESTES: Mesmo assim. A história conhece muitos casos assim, em todo o mundo. A começar pela Rússia. Na Rússia tsarista, havia grandes capitalistas que eram admiradores de Lênin e que sempre o aju-

daram, inclusive financeiramente.

JORNALISTA: Sr. Luiz Carlos Prestes, Mao Tsé-tung, que trouxe a contribuição mais importante para a teoria da guerra revolucionária depois de Engels, entende que convém criar condições para uma guerra que ele considera justa, contra os Estados Unidos, pois só existe um meio de acabar com as guerras — segundo ele —, isto é, desencadear a guerra revolucionária contra a guerra contra-revolucionária. Está de acordo com esse pensamento?

PRESTES: Não estamos de acordo, porque pensamos que é um pensamento anacrônico. Outras épocas isso poderia ser aceitável. Houve uma época, particularmente antes da Segunda Guerra Mundial, em que os comunistas lutavam para transformar toda guerra imperialista em guerra civil, em guerra revolucionária. No momento atual, a guerra não é necessária para a derrota do capitalismo e para a vitória mundial do socialismo. E me permitam que exponha esse ponto-de-vista. O socialismo está vitorioso no mundo, hoje não há mais no mundo forças que possam derrotar o socialismo. Hoje, qualquer país socialista, atacado pelo imperialismo, pela contra-revolução armada, receberá imediatamente a solidariedade de todo o campo socialista, e seu poderio econômico e militar, particularmente da União Soviética, é suficiente para derrotar as mais poderosas forças do imperialismo. Nessas condições, se o socialismo está vitorioso, em escala mundial, o que interessa à classe operária nos países capitalistas é chegar ao socialismo com o menor sacrifício possível. Ora, uma guerra mundial, hoje, seria uma guerra nuclear, seria uma hecatombe de proporções inauditas. Em poucos dias metade da humanidade poderia ser eliminada. As forças produtivas seriam também destruídas em proporções imensas. Uma guerra mundial, em vez de acelerar o avanço do socialismo podia talvez retardá-lo. Togliatti, por exemplo, afirma que uma guerra imperialista poderia retardar de 400 anos a construção do socialismo na Itália. Quer dizer, se somos marxistas, se acreditamos que o capitalismo leva inexoravelmente ao socialismo, não precisamos de guerra. Cada dia de paz é um passo que o imperialismo está dando para a cova. Essa é a nossa opinião.

JORNALISTA: Sr. Luiz Carlos Prestes, o Partido Comunista Brasileiro no passado, quando a legalidade, teria cometido erros de tática que teriam impedido o seu acesso ao Poder?

PRESTES: Cometemos. Cometemos erros, naturais no processo de formação de um Partido Comunista. Primeiro, porque a própria classe operária não adquire a ideologia do proletariado espontaneamente. O proletariado na fábrica vai naturalmente até ao sindicalismo. Ele adquire, espontaneamente, a compreensão de unir-se para lutar por melhores condições de vida, dentro do regime capitalista. A ideologia do proletariado, a ideologia socialista, esta é trazida ao proletariado, podemos dizer, de fora para dentro. Anteriormente a Lênin, anteriormente à existência dos partidos comunistas, quem trouxe ao proletariado essa ideologia foi a intelectualidade mais avançada da própria burguesia, como Marx, Engels e o próprio Lênin. Posteriormente, surgiram partidos comunistas, que educam a classe operária. Mas

essa educação é longa, é penosa, é difícil, de maneira que nesse processo estamos sujeitos a cometer sempre erros. Nosso Partido cometeu sérios erros. Por exemplo, em 1935 chegamos a ter condições revolucionárias no Brasil, mas não tínhamos um Partido à altura de dirigir a luta. O Partido não foi capaz de organizar uma ampla frente única, ainda padecia dos males do sectarismo. A frente única era muito estreita, as suas palavras-de-ordem talvez mesmo muito radicais para o momento. São erros inevitáveis nesse processo de formação. Nós, comunistas, jamais ficamos a chorar os erros, mas os examinamos para deles tirar experiências e avançar. Como diz Mao Tsé Tung, "procuramos transformar aquilo que é um mal, que é o erro, num bem, que é a experiência", que serve para todos.

JORNALISTA: O sr. leu o livro do capitão Agildo Barata, voltou a ser amigo dele?

PRESTES: Conheço o livro do Agildo. Estamos separados porque Agildo foi expulso do Partido, em 1957. Naquele momento, houve divergências sérias com ele e ele tomou posição abertamente anti-Partido. Foi lamentável, porque, sem dúvida alguma, Agildo Barata era um patriota, participou em todas as lutas patrióticas desde 1930 e posteriormente em outras lutas, tendo inclusive uma posição destacada em 1935. Eu muito o estimava e respeitava pessoalmente, mas a sua posição tornou inevitável essa cisão.

JORNALISTA: A posição anti-Partido dele corresponde à do Marechal Bulgárin na União Soviética?

PRESTES: Não, não é a mesma coisa. Bulgárin não chegou a tanto. Agildo chegou a tomar posição ostensiva contra o Partido. Houve uma reunião da nossa direção em que Agildo Barata assumiu o compromisso de publicar uma declaração desautorizando seus amigos que exploravam seu nome contra a orientação do Partido. Essa declaração Agildo Barata leu e ficou gravada, nós a temos. Posteriormente, em contacto com esses amigos, cedeu a eles e deu uma entrevista à revista "Manchete", atacando o Partido e negando-se a publicar a declaração que ele gravara na reunião. Nessas condições, não podia permanecer no Partido, pois a primeira condição para permanecer no Partido é a unidade. A unidade é condição básica para a existência de um Partido da classe operária. Quanto a Bulgárin, foram divergências políticas a que ele foi arrastado, comprometido com aquele golpe de Estado tentado por Molotov, em junho de 1957, se não me engano. Naquele momento mesmo, ele não estava tão comprometido que fosse imediatamente afastado do Poder. Só foi afastado do Poder seis meses depois.

JORNALISTA: E Béria, foi mesmo um agente do imperialismo?

PRESTES: As informações que temos é de que foi. Segundo as informações, ele era um elemento a serviço do imperialismo e causou grandes males. Inclusive, utilizou certas debilidades do camarada Stálin, aproveitando o Poder de que gozava para induzir o camarada Stálin a cometer muitos dos crimes que efetivamente cometeu.

JORNALISTA: Qual foi sua impressão pessoal dos vários contatos que teve com Stálin, e o que restou

dessa impressão depois do relatório de Kruschiov ao XX Congresso do PCUS?

PRESTES: Devo lhe dizer que jamais tive contacto pessoal com Stálin. Estive na União Soviética a primeira vez durante a vida de Stálin, durante o primeiro plano quinquenal, nos anos de 1932, 1933 e 1934. Nessa época, eu não era nem membro do Partido. De maneira que não fui recebido por Stálin nem uma vez. Foi considerado membro do Partido a partir de agosto de 34, e em fins de 34 já voltava ao Brasil, sem ter qualquer contacto pessoal com Stálin. Naturalmente, tinha por Stálin a mesma admiração que tinham todos os comunistas e os povos do mundo inteiro, particularmente depois da guerra, pelo papel que exerceu, chefiando o exército que esmagou o nazismo. Ora, examinando posteriormente todas as informações que eram por mim desconhecidas a respeito dos crimes que foram cometidos na União Soviética, durante os últimos anos do seu governo, consequências de erros políticos por ele cometidos, estamos inteiramente de acordo com o camarada Kruschiov e achamos que a contribuição do PCUS fazendo auto-crítica pública dessas erros é uma contribuição de inestimável valor para todos os partidos comunistas, a fim de que nós também não incidamos nos mesmos erros.

JORNALISTA: Por que Stálin se aliou a Hitler? Foi um erro dele?

PRESTES: Não, essa foi uma atitude política acertada. Naquele momento, tratava-se, para a União Soviética, de ganhar tempo. Hitler tinha o exército mais poderoso do mundo, como ficou provado, e os países imperialistas, particularmente a França e a Inglaterra, pretendiam induzir Hitler a atacar inicialmente a União Soviética. Naquele momento, a União Soviética fez grandes esforços para um pacto militar com a França e a Inglaterra. Devem os sr. estar lembrados de que naquela época missões militares da França e da Inglaterra estiveram na União Soviética, mas não foi possível chegar a nenhum entendimento, porque os governos desses países não quiseram esse entendimento. No mesmo momento, Hitler queria esse entendimento. A União Soviética precisava tomar uma posição e ganhar tempo. Conseguimos ganhar dois anos, suficientes para que o golpe já não fosse tão violento. Se o ataque fosse em 1939, e não em 1941, as consequências seriam muito mais nefastas.

JORNALISTA: Há várias perguntas aqui. Sendo cinco perguntas do mesmo teor. Na Rússia há mesmo perseguição contra os judeus?

PRESTES: Não, não há. Na União Soviética não há absolutamente perseguição, nem a nacionalidades nem a raças. Ainda agora houve episódios desagradáveis em Moscou, em consequência da morte de um estudante negro, mas essa morte foi devida a um acidente ou a um outro acontecimento qualquer, pode ter sido até um crime pessoal — sem que o Governo possa ser responsável. Mas quem conhece o povo soviético, sabe que ele não admite, de forma alguma, nenhum discriminação, nem nacional nem racial.

JORNALISTA: Mas os negros sofrem discriminações, não só na União Soviética como em outros países onde eles cursam Universidades.

PRESTES: Não, isso não é verdade. O negro na União Soviética, pelo contrário, é queridíssimo. O homem negro que chega na URSS é sempre preferido pelas jovens soviéticas (risos) — sério! — e a jovem negra que chega lá é admiradíssima e querida. Não há absolutamente nenhuma discriminação contra o negro.

JORNALISTA: A acusação de perseguição aos judeus foi feita em termos da revista deles, aqui.

PRESTES: Houve o seguinte: muitos israelitas sofreram perseguições como outros não israelitas sofreram também durante o tempo de Stálin, mas não por serem israelitas. O que há na União Soviética é que a nação israelita tende a desaparecer fundindo-se nas diversas nacionalidades da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, entre ucranianos, russos, georgianos e outras nacionalidades. Desaparecem, naturalmente, numa assimilação perfeita, mas sem nenhuma discriminação e com toda a liberdade para a prática de sua religião, para a prática de seu idioma e de todas as suas tradições nacionais. Em nenhum país do mundo a nacionalidade de cada um é não respeitada. Uma pequena nacionalidade, lá no interior da URSS é respeitada, as escolas ensinam obrigatoriamente na língua materna para todas as crianças. Na União Soviética, há para mais de 160 idiomas.

JORNALISTA: Embora materialista, sr. Luiz Carlos Prestes, o sr. sente saudades da Coluna Prestes? Quais foram os grandes momentos vividos à frente da famosa Coluna, em síntese?

PRESTES: É claro que não posso dizer propriamente que tenho saudades, mas guardo recordações que são para mim muito profundas. Particularmente, a lembrança dos numerosos camaradas que se sacrificaram durante essa jornada, desde outubro de 1924, lá em Santo Angelo, no Rio Grande do Sul, até fevereiro de 1927, quando entramos na Bolívia. Essa marcha foi uma aventura de jovens, pois só jovens poderiam lançar-se a um empreendimento dessa natureza. Atravessamos o País Interior, de sul a norte, fomos até ao Maranhão, depois voltamos, fomos à Bahia, viemos ao norte de Minas, e daí voltamos novamente e atravessamos Goiás e Mato Grosso, para entrarmos na Bolívia. Eram jovens oficiais que dirigiam a Coluna, e eu não posso deixar de citar aqui os nomes de Silveira Campos, João Alberto, Djalma Dutra, Cordeiro de Faria — que hoje tem posições completamente antagônicas às minhas — Ari Salgado Freire, e outros companheiros. Todos éramos, do ponto-de-vista político, de uma ingenuidade total, nada compreendíamos de política, e nessas condições lutávamos exclusivamente contra o Presidente Bernardes. Nossa luta era para derrubar Bernardes e a nossa estratégia consistia em atrair sobre a Coluna as maiores forças possíveis do Governo, na esperança de que os nossos camaradas fizessem, na capital, a luta para derrubar Bernardes. É evidente que era uma falsa perspectiva política. Se tivéssemos, naquela época, a educação política que temos hoje, evidentemente o sucesso da Coluna seria outro e poderíamos, mesmo naquela época, ter instalado uma região revolucionária no Brasil, onde se formasse um governo efetivamente popular, que desse início ao processo revolucionário brasileiro.

JORNALISTA: Nesse caso, o sr. teria a companhia de João Alberto, Juarez Távora e dos outros participantes da Coluna?

PRESTES: Não é possível responder, porque seria subjetivismo. Mas se não fossem eles, seriam outros, e existiriam muitos outros.

JORNALISTA: É exato que, referindo-se, em certa ocasião, ao comportamento do coronel João Alberto e do sr. Filinto Müller, o sr. teria dito: "Não deixem dinheiro perto de João Alberto e nem penico perto de Filinto Müller"?

PRESTES: Jamais disse isso de João Alberto.

JORNALISTA: Bom, vamos fazer uma interrupção. Note que a garganta do sr. Luiz Carlos Prestes já vai secando, ele não usa a água que está colocada ao seu lado e a garganta seca. Vamos aproveitar esse pequeno intervalo para que ele se recupere e, ao mesmo tempo, possamos transmitir a nossa mensagem comercial.

LOCUTOR: Voltamos ao interrogatório, pois é bem convidado de hoje se submete democraticamente às perguntas dos nossos companheiros da equipe de reportagem do "Diário de São Paulo". Eu aproveitaria para encaixar uma pergunta do telespectador, voltando logo em seguida aos nossos inquisidores. Pergunta um telespectador se na maioria dos países que adotaram o regime socialista, depois da Segunda Guerra, eles o fizeram de forma espontânea ou se foram forçados por revoluções e mesmo por influência das forças militares da Rússia.

PRESTES: A história é conhecida, todos esses países do Oriente europeu, inclusive uma parte considerável da União Soviética, foram ocupados pelas forças nazistas. Os nazistas ocuparam esses países e nelas cometeram os piores crimes. Na Polónia, por exemplo, milhões de seres humanos foram massacrados, na Tchecoslováquia foram destruídas cidades inteiras, como Lidice. Todos os países ocupados pelo nazismo sofreram terrivelmente. Os exércitos soviéticos travaram a luta desde o Volga, vieram derrotando e empurrando as forças nazistas. Quando entraram na Polónia já encontraram o povo de armas na mão, lutando contra o ocupante estrangeiro. Os poloneses, como posteriormente o povo da Hungria, da Bulgária, da Tchecoslováquia, da Roménia, da Iugoslávia, receberam como libertadores os soldados soviéticos, que chegavam lutando contra o mesmo inimigo. Expulsando o invasor nazista, com a ajuda dos libertadores soviéticos, esses povos instituíram novos poderes, novos governos, porque as classes dominantes desses países, em geral, estavam comprometidas com a dominação nazista.

JORNALISTA: Estamos praticamente às vésperas da campanha sucessória de 65, e por ora se conhecem apenas os nomes de três candidatos — os srs. Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. Dos três, qual interessaria ao Partido Comunista apoiar se não tiver um candidato próprio?

PRESTES: Minha resposta, de maneira muito sintética é: a nenhum, a nenhum desses três. Vemos o quadro da sucessão, acompanhamos esse quadro com vivo interesse. Achamos que as eleições de 1965 terão grande importância para o povo brasileiro. Até há pou-

cos meses atrás, as forças da reação pretendiam colocar os patriotas diante do que diziam ser um dilema: terão que decidir entre Lacerda e Kubitschek. Não acreditávamos nesse dilema nem o aceitávamos, jamais o aceitamos. Mas hoje já não existe o dilema, ou melhor, o dilema está agora com muitas pontas porque, além desses três, há outros candidatos em perspectivas; o sr. Magalhães Pinto é candidato, o sr. Carvalho Pinto também se prepara para candidato, o próprio Governador Nei Braga se prepara para ser candidato. São todos candidatos — candidatos do que nós chamamos as forças reacionárias. Naturalmente entre eles...

JORNALISTA: (interrompendo) Os comunistas já apoiaram o Presidente Juscelino Kubitschek.

PRESTES: Estamos em época diferente, chegarei lá... Todos esses candidatos disputam o apoio do imperialismo e a nossa opinião é que, na concorrência, o imperialismo vai apoiar aquele que lhe assegurar uma base social mais ampla e um eleitorado mais seguro. Nessas condições o candidato que talvez tenha maior probabilidade de contar com o apoio do imperialismo será o sr. Adhemar de Barros, que tem uma máquina eleitoral, que tem uma base eleitoral maior do que a do sr. Juscelino, pois pode assegurar uma base de dois milhões de votos, enquanto Juscelino, em Minas, tem uma base de um milhão. De maneira que o sr. Adhemar de Barros é um dos candidatos prováveis do imperialismo. Quanto a nós, — e quando dizemos nós, dizemos todos os patriotas e democratas — pensamos que devemos nos unir e chegar a um candidato de unidade. Esse candidato tem viabilidade de ser vitorioso, se for um candidato apoiado pelas amplas forças nacionalistas e democráticas, particularmente se tiver o apoio do PTB e do Presidente Goulart.

JORNALISTA: (interrompendo) Seria Arraes?

PRESTES: Talvez possa ser o Governador Arraes... Agora, as dificuldades para essa unidade, sabemos que não são pequenas. E há outras dificuldades, porque o próprio Presidente Goulart pode pretender ser candidato; talvez mesmo, o candidato do Presidente Goulart à Presidência da República seja ele mesmo. Não sei como pretende chegar lá. Será através de uma reforma constitucional? Pode ser, não? Reformar a Constituição para permitir a reeleição.

JORNALISTA: Bom, então o sr. participa da opinião do Governador Carlos Lacerda que diz que o sr. João Goulart pretende a reforma da Constituição não para a reforma agrária, mas para a permanência no Poder.

PRESTES: Não, eu creio que ele tenha lutado até agora pela reforma agrária pelo menos tem feito declarações...

JORNALISTA: (interrompendo) Ele quer unir e útil ao agradável...

PRESTES: É ele quer unir o útil ao agradável... E entre os candidatos das forças patrióticas, entre os que estão aí, talvez o Presidente Goulart ainda seja mesmo o melhor, se a Constituição permitir.

JORNALISTA: Em eleições passadas, o apoio do Partido Comunista ou dos comunistas era disputado por candidatos, essa dispu-

ta arrefeceu. Pelo que agora o sr. está dizendo, a corrida dos candidatos é pelo apoio do imperialismo. Como se explica a perda do eleitorado comunista de eleição para eleição?

PRESTES: Creio que não há essa perda. Desejariamos que fosse feita uma verificação concreta. De que maneira? Com o registro eleitoral do Partido Comunista. Porque a verdade é a seguinte: os comunistas não podem apresentar a sua lista de candidatos. Como é possível afirmar que os comunistas perdem eleitorado se eles não podem apresentar seus candidatos? Os candidatos comunistas são apresentados nas chapas de outros partidos. Por exemplo, vejamos bem os srs. se em fosse candidato na Guanabara ou no Rio Grande do Sul ou aqui em São Paulo, creio que poderia artastar um eleitorado relativamente grande. Entretanto, a Justiça Eleitoral de São Paulo não registra o meu nome.

JORNALISTA: O sr. foi convidado por alguma legenda?

PRESTES: Jamais, e tentei, e fiz esforços. Inclusive conversei com o Presidente Goulart e com outros chefes de Partido para que lançassem meu nome, mesmo com o objetivo de levar a questão ao Supremo Tribunal Federal, para discutir a inconstitucionalidade do artigo 58. Porque o artigo 58 da Lei Eleitoral é violentamente inconstitucional, pois veda o direito de ser candidato a um cidadão com todos seus direitos civis. É como se existisse contra mim uma punição eterna, vejamos bem os srs. A Constituição Brasileira só admite a pena máxima de 30 anos, mas eu estou submetido a uma pena eterna, porque jamais posso ser candidato enquanto o artigo 58 da Lei Eleitoral não for abolido. Agora, no dia em que os principais dirigentes comunistas, aqueles mais conhecidos do povo, puderem apresentar seus nomes nos pleitos eleitorais, aí sim, aí vamos examinar se os comunistas estão perdendo prestígio ou ganhando prestígio.

Há uma interrupção na gravação. O reinício se dá quando Prestes responde a uma pergunta acerca do apoio dos comunistas, em 1955, à candidatura de sr. Juscelino Kubitschek.

PRESTES: ... em 1955, naquela situação objetiva, apoiar a candidatura Kubitschek, era a única forma que tínhamos de combater a candidatura reacionária. Hoje, a situação é diferente. O Brasil avançou, as reivindicações populares são muito mais elevadas, o povo brasileiro todo luta pelas reformas, mas o Sr. Kubitschek não se coloca a favor das reformas, nem pode se colocar porque a sua base eleitoral é o fazendeiro reacionário de Minas Gerais. No dia em que o Sr. Kubitschek fez afirmações um pouco mais avançadas em Recife, imediatamente os fazendeiros mineiros do PSD protestaram e o Sr. Kubitschek recuou. Quer dizer: ele está perante uma contradição insolúvel. Hoje, o Sr. Kubitschek não pode ser candidato das forças patrióticas e democráticas, só pode ser candidato das forças da reação.

JORNALISTA: Uma pergunta do telespectador. Quem o Senhor apontaria como seu substituto à frente do Partido Comunista?

PRESTES: Isto não cabe a mim. No Partido Comunista não existe a hereditariedade, ele não é uma monarquia. É essencialmente democrático e os comu-

nistas saberão escolher sempre os seus dirigentes.

JORNALISTA: Não adota a União Soviética posições simpáticas ao capitalismo quando reconhece em seu Código Civil, revisão de 1958, o direito de propriedade em potencial, e regula o direito de sucessão?

PRESTES: Há, em certos setores, uma confusão muito grande a respeito do que seja socialismo. Os socialistas não lutam contra a propriedade em geral, lutamos contra a propriedade dos meios de produção para não permitir a exploração do homem pelo próprio homem. Na União Soviética pode-se encontrar muita coisa. O visitante que vai à União Soviética, realmente pode encontrar muitos defeitos, mas não encontra, de forma alguma, um explorador do próprio homem. Isso lá não existe, porque os meios de produção estão efetivamente socializados. Mas a propriedade privada, adquirida com o fruto do próprio trabalho, e a herança são reconhecidos e assegurados na União Soviética.

JORNALISTA: Segundo se proclamou no XX Congresso do PCUS o povo russo avança para o comunismo. Isso significa que ainda não há propriamente comunismo na União Soviética?

PRESTES: Sim, é verdade. A União Soviética ainda atravessa a primeira etapa do comunismo — o socialismo. É necessário esclarecer qual a diferença existente entre a sociedade socialista e a sociedade comunista.

Na sociedade socialista cada membro da sociedade deve produzir de acordo com as suas possibilidades, e receberá na proporção daquilo que produz. Quer dizer, há diferença entre salários. Aquêles que são mais úteis à sociedade recebem mais, aqueles que são menos úteis recebem menos. Já na sociedade comunista, onde os índices de produção e a produtividade do trabalho já terão atingido níveis muito mais altos, o homem receberá de acordo com as suas necessidades. É claro que para chegarmos lá precisaremos de uma alta produtividade e, em segundo lugar, precisaremos de um homem novo, um homem ideologicamente comunista, que saiba selar pelos bens da sociedade, não gastar nem esbanjar inutilmente os bens sociais. Porque aquilo que é necessário a sociedade lhe fornecera em pé de igualdade, a qualquer e a todos os membros da sociedade. Mas isso só será possível mais adiante. O programa do PCUS prevê que até 1980 estarão construídas as bases técnicas e materiais da sociedade comunista. Mas ainda não é propriamente a sociedade comunista.

JORNALISTA: Sr. Luiz Carlos Prestes: tem sido grande a penetração comunista no seio das Forças Armadas?

PRESTES: É difícil eu lhe dar uma afirmação categórica — sim ou não —, mas devemos examinar o caráter das Forças Armadas brasileiras. As Forças Armadas no Brasil têm características muito particulares, muito diferentes de outros países da América Latina. Uma das questões específicas da revolução brasileira é o caráter democrático, a tradição democrática das Forças Armadas, particularmente no Exército. No Exército brasileiro, esse democratismo vem de longe. A oficialidade do Exército era recrutada, em geral, entre a pequena burguesia mais pobre. Eu mesmo, que estou lhe

falando, só fui para a Escola Militar porque era o único lugar onde poderia estudar Engenharia, como deixava estudar. Só como soldado, sentando praça na Escola Militar, tendo roupa, casa, comida gratuitos e ainda recebendo um soldo é que eu poderia estudar. Porque se eu fosse para a Escola Politécnica — a minha mãe era viúva, vivia com 200 mil réis por mês e tinha mais quatro filhos — não teria condições. Seria obrigado então a me empregar no comércio ou em qualquer outra atividade para poder ajudá-la. A Escola Militar me facilitava isso. Quer dizer, a pequena burguesia mais pobre ia justamente para a Escola Militar, e isso deu um caráter democrático, particularmente ao Exército Brasileiro, que participou e vem participando, em geral, de todas as lutas de nosso povo. Os movimentos de 22, 24 e a Marcha da Coluna foram movimentos militares, feitos pelos tenentes. Posteriormente, o número de antigos oficiais expulsos do Exército no movimento comunista é muito grande. Temos em nossa direção numerosos ex-oficiais, o que causa surpresa a camaradas de partidos irmãos da América Latina. Para fazer com que eles compreendam melhor esta especificidade no caráter das Forças Armadas brasileiras lhe pergunto: "Diga uma coisa, lá no país de vocês seria possível um antigo oficial do Exército acabar secretário-geral do Partido Comunista?" Eles consideram isso impossível, mas no Brasil é possível, dado o caráter democrático das Forças Armadas.

JORNALISTA: Como é que o Senhor explica o golpe fascista de 10 de novembro de 1937, apoiado ostensivamente pelo Exército?

PRESTES: Sim, esse caráter democrático é um fato, mas sempre existiu um setor, especialmente no alto comando, reacionário. Hoje mesmo, existe um setor bastante reacionário. Podemos citar alguns nomes: generais como Cordeiro de Farias, Nelson de Melo, Peri Beviláqua e outros.

JORNALISTA: O General Peri Beviláqua é reacionário também?

PRESTES: O general Peri Beviláqua é um homem que tem atitudes contraditórias. Eu conheço o Beviláqua desde a Escola Militar. Foi meu companheiro de turma, contemporâneo da Escola Militar e é incontestavelmente um patriota, mas um patriota equivocadamente. Ele tem toda uma educação positivista. Seu pai, o coronel Beviláqua, que teve também a satisfação de conhecer, era um positivista. O positivismo no Brasil, embora tivesse sido Auguste Comte um filósofo reacionário, teve um papel progressista, ao contrário do que era o positivismo na França. Mas o general Beviláqua, tomando a liberdade de ponto-de-vista abstrato, considera que a greve é um atentado à liberdade, o que é evidentemente um equívoco que leva a consequências desastrosas, como nos mostram suas últimas notas e atitudes aqui, no comando do II Exército. Não creio que o general Beviláqua, no momento que o Brasil travar uma luta séria contra o imperialismo, deixe de ficar ao lado do povo, contra o imperialismo. Essa é a minha esperança.

JORNALISTA: (Interrompendo) E o sr. Almino Afonso, é comunista?

PRESTES: Quanto ao sr. Almino Afonso, não é comunista.

JORNALISTA: Mas não declarou-se comunista aqui na mesa...

PRESTES (interrompendo): Não, eu assisti o programa e ele negou, ele disse que não fazia questão de que o chamassem de comunista, mas que na verdade não era comunista. Comunista é o membro do Partido Comunista. Há muitas pessoas que simpatizam com o marxismo, que aceitam mesmo a filosofia marxista, mas comunista é o militante, aquele que participa das fileiras comunistas, aquele que se compromete com a ação política dos comunistas, e isso o deputado Almino Afonso não é.

JORNALISTA: O Senhor lê o "Brasil Urgente"? O Frei Josafá é um simpático do movimento comunista?

PRESTES: Não, não é. É um democrata, um patriota avançado. Hoje, nas fileiras católicas, o número de elementos que se aproximam dos comunistas, que marcham com os comunistas é muito grande e tende a aumentar, inclusive, entre os padres. É grande o número de sacerdotes democratas, o que aliás é uma tradição do Brasil. Nas lutas pela Independência, padres e frades foram enforcados e fusilados: Frei Caneca, Padre Roma, Padre Miguelinho. É uma tradição, e eu estou certo de que os padres ligados ao povo, os vigários de aldeia, todos eles participarão ao lado do povo, da revolução nacional e democrática.

JORNALISTA: O movimento comunista brasileiro tem no Presidente João Goulart um aliado?

PRESTES: Tem, é um aliado. Permita-me esclarecer. Não se trata de um aliado, do ponto-de-vista pessoal. Trata-se de que o Presidente Goulart é o Presidente do PTB, e o PTB nós consideramos como o partido mais próximo do nosso, aquele que tem uma plataforma política mais próxima da nossa plataforma — pelo menos, como plataforma. Levanta o problema da reforma agrária, da emancipação nacional, da liberdade para todos os partidos políticos, de maneira que é um partido aliado nosso. No movimento operário as duas grandes forças são os comunistas e o PTB, particularmente o Presidente Goulart, que tem uma grande influência, ainda hoje, no movimento operário. Quando essas forças se unem, o êxito é certo.

JORNALISTA: O Presidente João Goulart pode ser considerado um homem de esquerda?

PRESTES: A posição dele tem sido. Na política, ele faz concessões ao imperialismo e ao latifúndio, e nós combatemos essas concessões, mas ao mesmo tempo apoiamos firmemente os aspectos positivos de seu governo. Por exemplo, toma posição do governo brasileiro em favor dos povos, particularmente do povo cubano. Na séria crise de outubro de 1962, no Caribe, a posição do Governo brasileiro foi uma posição excepcional: tomou posição contra a intervenção militar em Cuba, mas concordou com o bloqueio. Discordamos do Presidente Goulart porque concordou com o bloqueio, mas não podíamos deixar de apoiá-lo quando foi contra a intervenção militar em Cuba. Na política interna, o Presidente Goulart tem tomado posições positivas muitas vezes, nas lutas reivindicatórias da classe operária. Na greve dos enfermeiros de Santos, por exemplo, o Ministro do Trabalho esteve lá e declarou, abertamente, que a ati-

tude do Sr. Ademar de Barros era de provocação contra os trabalhadores. Foi um gesto positivo, ao lado da classe operária. O Presidente Goulart toma posições, como ainda agora, ao estabelecer o monopólio estatal da importação do petróleo, medida que nós apoiamos. Ao mesmo tempo que apoiamos esses aspectos, combatemos com toda a firmeza as suas concessões ao imperialismo e ao latifúndio, e atraso na realização das reformas de base.

JORNALISTA: Foi-me fornecido hoje um órgão do Partido Comunista da Hungria, no qual está inserida uma entrevista sua, de 17 de março de 1963, e um trecho com a respectiva tradução, na qual o Senhor dizia literalmente: "O Presidente João Goulart é aliado do movimento comunista brasileiro, tanto assim que o Partido Comunista não conseguiu registro, e não pôde por conseguinte registrar seus candidatos para vários de seus elementos abrigados na legenda do PTB".

PRESTES: É, isso é verdade. Temos conseguido registrar comunistas na legenda não apenas do PTB, mas de outros partidos, inclusive da UDN e do PSD, porque quando chegam as vésperas de eleição esses partidos desejam os votos dos comunistas, e para conseguí-los nada melhor para eles próprios do que incluir os comunistas na sua legenda.

JORNALISTA: Sr. Luiz Carlos Prestes, é exata a frase que lhe foi atribuída, há tempos, e que teria sido proferida no Recife: "Já somos Governo, falta-nos poder o Poder"? Essa frase foi veiculada inclusive pelo "Jornal do Brasil".

PRESTES: Foi deturpada. Eu não disse isso, nem poderia dizê-lo.

JORNALISTA: Poderia repetir então o que disse?

PRESTES: Não me recordo exatamente, mas não diria isso, porque na verdade não é esse o nosso pensamento. Estamos lutando cada vez mais no Poder, isso estamos. Através da classe operária, através do movimento camponês, através do movimento sindical, em que a influência comunista é grande e tende a crescer.

JORNALISTA: Seria o momento oportuno para um esclarecimento a propósito da eventualidade de uma guerra entre Brasil e a Rússia.

PRESTES: Essa é uma velha calúnia assacada contra mim, contra o movimento comunista e o nosso Partido. O debate foi público, na Assembléia Constituinte. Afirmei o seguinte: um governo brasileiro que levasse o nosso país, o nosso povo a uma guerra imperialista — um governo que cometesse semelhante crime seria combatido pelos comunistas, os comunistas lutariam pela sua derubada. Essa era a nossa posição, e continua sendo a mesma. Lutamos pela derubada de qualquer Governo que leve o nosso povo a uma guerra injustificável, a uma guerra imperialista. No debate, o ex-deputado Juaci Magalhães procurava, insistentemente, desviar o caso para a hipótese de uma guerra contra a União Soviética, quando eu citava, como hipótese, o caso de uma guerra desse tipo, por exemplo, com a Argentina.

JORNALISTA: Esta pergunta do Maurício coincide com a pergunta de dez telespectadores. Agora, mais uma pergunta do telespectador: Se o regime é tão bom, o regime socialista,

por que os que vivem na Alemanha Oriental desejam fugir ou passar para a Alemanha Ocidental? E para evitar essa fuga, porque os comunistas construíram o chamado Muro da Vergonha?

PRESTES: O telespectador está sob a influência da imprensa reacionária, que diariamente difunde essas informações. São informações falsas. As últimas informações que tenho no trânsito da Alemanha Oriental para a Ocidental e da Ocidental para a Oriental, mostram que o saldo é a favor da RDA.

JORNALISTA (interrompendo): Mas então por que existe o muro?

PRESTES: Berlim era uma cidade aberta, dividida em duas, sendo uma ocupada pelos americanos, que faziam e fazem de Berlim um posto avançado de provocação guerreira. Como não havia fronteira, como não havia nenhum obstáculo, os provocadores de guerra, os agentes do imperialismo penetravam em Berlim Oriental para aí realizar os seus atos de provocação de guerra, além de um intercâmbio comercial sumamente prejudicial à RDA. É necessário também salientar que o muro é apenas em Berlim, quando a Alemanha Oriental tem uma vasta fronteira com a República Federal, isto é, todo o rio Elba. Por que não há muro em toda essa fronteira? Porque Berlim era posto avançado da provocação imperialista e aquele muro era indispensável, não para impedir "fugas" da RDA, mas para impedir que os provocadores americanos e de Berlim Ocidental entrassem em Berlim Oriental. Quando foi construído o muro, o governo da RDA propôs ao governo da cidade de Berlim que fossem instalados em Berlim Ocidental postos para a emissão de salvo-condutos para todos os alemães que quisessem visitar os seus parentes em Berlim Oriental. O governo de Berlim Ocidental não aceitou. Agora, no entanto, aproximando-se o Natal, e diante da pressão popular, o governo de Berlim Ocidental foi obrigado a entrar em acordo com a RDA, permitindo que esses postos fossem instalados. A última notícia que eu vi, informava que esses postos já tinham emitido mais de 840 mil salvo-condutos para que alemães de Berlim Ocidental pudessem visitar os seus parentes em Berlim Oriental. Veja bem, quem foi derrotado? Não foi a RDA, foram os reacionários de Berlim Ocidental, que acabaram, pela pressão das massas, tendo que ceder e concordar com a instalação destes postos em Berlim Ocidental.

JORNALISTA: O telespectador complementa a sua pergunta, dizendo que os mortos têm sido os que vêm da Alemanha Oriental e nunca os provocadores, como o Senhor diz.

PRESTES: O Senhor sabe que aquele muro foi realizado da noite para o dia, foi uma surpresa: na noite de 13 para 14 de agosto, ou de 12 para 13, o muro foi montado. Primeiro, era um muro de guardas, e em seguida foi levantado um muro verdadeiro. De maneira que muitos desses provocadores ficaram ilhados do outro lado, tentando fugir para a Alemanha Ocidental.

JORNALISTA: Todos os que foram mortos seriam então provocadores querendo voltar à base?

PRESTES: É claro que pode haver também elementos equivocados. Pode existir também a curiosidade de

ir para o ocidente. Na RDA não há só comunistas. Há as pessoas equivocadas, particularmente aquela parte que sofreu a influência da educação nazista.

JORNALISTA: Como é que o Senhor explica a disparidade de progresso entre a Alemanha Ocidental e a Oriental?

PRESTES: Não disponho aqui de dados econômicos, mas o que há é o seguinte: o Senhor sabe que a Alemanha Oriental era a parte menos industrializada da Alemanha, pois os grandes centros industriais alemães estão no Rhur, na parte ocidental. A parte oriental era eminentemente agrícola, nem sequer havia a indústria siderúrgica. Apesar disso, a Alemanha Oriental hoje é um país industrial altamente desenvolvido, já com uma poderosa indústria. Tive pessoalmente ocasião de visitar Chuatsbunp, onde está sendo construído o maior combinado químico da Europa, baseado no linhito. Com o linhito, a técnica alemã está fabricando coque metalúrgico e todos os derivados do carvão estão sendo fabricados aí. Contudo, não há ainda o nível de vida da Alemanha Ocidental, porque naturalmente são muito grandes as dificuldades a vencer. O esforço industrial tem sido efetivamente muito grande.

JORNALISTA: Gostaria de saber agora a sua versão sobre o assassinio do Presidente Kennedy.

PRESTES: Vemos no assassinato do Presidente Kennedy um golpe de estado das forças reacionárias dos Estados Unidos. O Pentágono e o FBI estão comprometidos com esse assassinato. O Presidente Kennedy vinha fazendo uma política de aproximação com o campo socialista. Assinara o recente tratado, pondo fim às experiências atômicas na atmosfera, no cosmo e no mar. O Presidente Kennedy tinha a suficiente sensibilidade para compreender que o povo americano não quer a guerra. Quem quer a guerra são os monopólios, os grandes monopólios, mas o povo não quer a guerra, e o Presidente Kennedy refletia esses sentimentos do povo americano. Estou convencido de que qualquer sucessor do Presidente Kennedy terá que levar em conta essa opinião pública e não poderá fazer uma política muito diferente da que ele vinha realizando.

JORNALISTA: Mas o homem acusado de ter assassinado o Presidente Kennedy é comunista.

PRESTES: Não, não é comunista. O FBI e o Pentágono, naturalmente, escolheram a dedo o elemento para servir de bode expiatório, digamos assim. Não podemos afirmar em que medida aquele homem está comprometido. As últimas informações que conhecemos esclarecem que o tiro que matou Kennedy o atingiu da frente para trás. E a janela em que dizem que esse Oswald se encontrava estava atrás de Kennedy, de maneira que a acreditar-se na versão oficial, a bala andou fazendo voltas pelo ar para poder atingir o Presidente Kennedy. Há muitas contradições nos depoimentos e parece que a polícia de Dallas não teve nenhum interesse em apurar os fatos, tratando de eliminar o quanto antes o tal Oswald, porque os provocadores, os verdadeiros assassinos talvez não confiassem que ele fosse um homem de tal tempera para resistir diante das pressões.

JORNALISTA: Quais as impressões sobre o Presidente Lyndon Johnson?

PRESTES: Estamos ainda muito no início de seu governo. Sabemos que é muito ligada a empresa de petróleo, mas como eu disse anteriormente, penso que qualquer presidente nos Estados Unidos, hoje, tem que levar em consideração a opinião pública norte-americana, que é contra a guerra, que recela a guerra e que sabe que no caso de uma guerra, hoje, os Estados Unidos já não podem mais se livrar de sofrer diretamente as consequências da guerra, pois os foguetes soviéticos alcançam a 14 mil quilômetros e podem lançar bombas atômicas no território americano.

JORNALISTA: Qual o sentido da opção popular num regime em que há unidade partidária, ou melhor, monopólio partidário?

PRESTES: Um partido político reflete os interesses de uma determinada classe social. Em nosso país todos os partidos políticos dominantes defendem os interesses das classes dominantes. O único partido que refletiria realmente os interesses dos trabalhadores e das massas exploradas, não tem registro eleitoral, não existe legalmente. Ora, na União Soviética só existe uma classe, não existem explorados nem exploradores, não havendo, assim, razão para a existência de mais de um partido. Nas eleições, através de seus sindicatos, de suas associações, de seus bairros e suas empresas o povo discute e escolhe os seus candidatos. Esses candidatos são apresentados em lista única, mas qualquer eleitor pode riscar um nome e incluir outro. Quer dizer: a liberdade é total para os eleitores.

JORNALISTA: Mas só podem ser eleitos membros do Partido Comunista?

PRESTES: Não, todos os cidadãos soviéticos podem eleger-se. A maioria do Soviete Supremo não é de comunistas. Os comunistas representam uma minoria, qualquer cidadão maior de 18 anos pode ser candidato.

JORNALISTA: Vou fazer uma pergunta ao senhor que já fiz a outros participantes do "Pinga Fogo". Se o Congresso Nacional fosse fechado eventualmente, amanhã, o povo aplaudiria a medida ou reagiria contra ela?

PRESTES: É difícil fazer-se tal previsão, mas a verdade é que o Congresso atual está bastante desmoralizado e seria muito difícil defendê-lo. Não tomaremos a iniciativa de lutar pela sua dissolução, por que se achamos que como está, não é bom, sem ele é pior. Poderíamos concordar com a dissolução do Congresso se houvesse um Governo que desse as necessárias garantias democráticas a todas as forças patrióticas e democráticas e assegurasse eleições livres para uma Assembleia Constituinte — mas efetivamente livres, com uma nova lei eleitoral, com registro para todos os partidos políticos, com o voto para os analfabetos, soldados e marinheiros. Isso seria um passo adiante, porque uma Assembleia Constituinte que surgisse de uma eleição dessa natureza seria uma Assembleia muito mais avançada que esse Congresso, que não reflete a opinião pública de nosso País, pois é profundamente reacionário, com uma maioria de latifundiários que se negam a iniciar as reformas.

JORNALISTA: Como encara a divisão que se observa no clero brasileiro,

uns pedras querendo o diálogo com os marxistas e outros achando que os comunistas são os porta-vozes do diabo?

PRESTES: É o mesmo processo de diferenciação que se dá em todos os setores da população brasileira. Temos aliados entre os católicos. Por exemplo, na UNE há muitos anos que os comunistas e os católicos, aliados, dirigem a UNE. É uma aliança leal, sincera, cordial, porque há entre nós um terreno comum, embora haja divergências. Respeitamos a opinião dos católicos, pedimos que respeitem as nossas e procuramos o terreno comum de ação. Essas divergências na Igreja, penso que vão aumentar, tendem a aumentar. Hoje, mesmo entre o alto clero, há homens progressistas. O próprio cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, um patriota que tem revelado posições inclusive abertamente ao nacionalismo, numa posição diametralmente oposta à do cardeal da Bahia, que ainda há poucos dias lançava uma terrível pastoral, em que parece que chegava a dizer que na União Soviética se comem crianças, que se os comunistas vencerem aqui vão violar os templos e queimar igrejas, e outros absurdos desse tipo. Essa divisão vai se acentuar e o número de católicos, inclusive padres, que virão participar do processo revolucionário brasileiro, que vai aumentar nos próximos anos.

JORNALISTA: Para o grupo trotskista o sr. hoje, é um líder mais ou menos inatual, alérgico às aventuras e aos azarões da militância subversiva. Como recebe esta crítica?

PRESTES: Essa crítica é muito conhecida. Há, hoje, numerosos elementos em nosso País, patriotas honestos e sinceros indignados com essa situação de atraso e miséria, sabendo que irmãos nossos ainda morrem de fome nos Estados do Nordeste, que as crianças brasileiras nascem para morrer aos milhares. Na capital do Rio Grande do Norte, Natal, de mil crianças que nascem vivas, quinhentas pelo menos morrem antes de completar dois anos de idade. Isso tudo não pode deixar de encher de indignação o coração de qualquer patriota. Muitos desses patriotas, sem experiência política, sem conhecimento da ciência social, pensam que é possível fazer a revolução quando bem se entende. A revolução não se faz quando se quer, a revolução só é viável quando existem condições revolucionárias, objetivas e subjetivas. No Brasil, as condições objetivas ainda não existem, ainda não estão suficientemente maduras. Alguns desses patriotas, levados pelo engano, chegam a dizer que os comunistas são pacifistas, não querem mais saber de revolução, que os dirigentes comunistas estão burocratizados, que Prestes está caduco, não quer saber de mais nada. Enfrentamos essas críticas — eu, particularmente — com muita serenidade, porque tenho a convicção científica de que estamos certos, de que o caminho da revolução é o que traçamos, e que a prática dos últimos anos vem confirmando ser esse o caminho justo. Através desse caminho estamos acumulando forças. Nunca o movimento operário no Brasil esteve tão forte quanto é hoje. O CGT, atualmente, é o fantasma da reação. Pergunte ao sr. João de Mesquita como é que ele vê o CGT. Treme de medo diante do CGT. Porque o CGT é a unidade da classe operária, pela primeira vez a classe

operária no Brasil possui um organismo dirigente único, de caráter nacional.

JORNALISTA: Mas essa classe operária estaria sendo dirigida agora por alguns pelegos? (interrompendo)

PRESTES: Permita-me terminar. O movimento camponês também avançou consideravelmente. Vou lhe dar alguns números: em 1961, novembro de 1961, foi realizado o primeiro Congresso Nacional de Camponeses. Foi um acontecimento muito importante. Participamos desse Congresso, lutamos pela sua realização vencendo sérias dificuldades. Por quê? Porque naquele momento, havia apenas 57 mil camponeses organizados no Brasil. Então, era difícil realizar um Congresso, convocar um Congresso dessa natureza. O sr. sabe quantos camponeses e trabalhadores do campo estão, hoje, organizados nos sindicatos de trabalhadores agrícolas? Em dois anos, passamos de 57 mil para mais de um milhão. Terminamos o ano passado com mil sindicatos organizados, com a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas também organizada. Então as forças estão se acumulando. Além disso, a influência da classe operária — a influência política, a influência na vida da nação — está aumentando cada vez mais. Hoje não há governo que possa fazer o que quiser sem ouvir a classe operária.

JORNALISTA: Mas qual tem sido a contribuição do peleguismo?

PRESTES: A contribuição do que chamamos peleguismo é sempre má. A própria expressão é pejorativa. Mas há muitos dirigentes sindicais que não são comunistas e que não podem nem devem ser chamados de pelegos, porque não o são. Podem estar equivocados, podem muitos deles não ser completamente puros, mas a verdade é que a política nós temos que fazer não com os anjos mas com os homens, como eles são. Fazer política com os anjos, só no céu...

JORNALISTA: O sr. Francisco Julião é um homem que presentemente está desaparecido do panorama político brasileiro. Ele teria fracassado ou está usando uma tática?

PRESTES: Creio que Francisco Julião cometeu erros muito graves, que levaram à diminuição rápida do seu prestígio. Fizemos uma crítica fraternal a Julião, há cerca de um ano atrás. Foi uma crítica fraternal porque pretendíamos ajudá-lo, porque achávamos que ele estava numa posição errônea, não compreendia bem o caráter da revolução brasileira, pretendendo fazer a revolução socialista, já, agora. Isso é não compreender o que é o socialismo. Politicamente, seria afastar toda a burguesia nacional do processo revolucionário, quando ela pode participar da revolução nacional e democrática. Além disso, ele adotava formas de luta com as quais nós também não concordávamos.

JORNALISTA: E o governador Miguel Arraes é comunista?

PRESTES: Não. O governador Miguel Arraes teve a sua candidatura apoiada por nós, como por todos os nacionalistas e democratas de Pernambuco. É um governador que tem o apoio do povo pernambucano e dos comunistas, naturalmente.

JORNALISTA: Ele não foi derrotado nas últimas eleições?

PRESTES: Não. A imprensa falou muito a respeito do último pleito de Pernambuco, dizendo que houve derrota de Arraes. Mas não é verdade. A candidatura de Arraes ao governo do Estado foi uma candidatura apoiada por uma frente única muito ampla, inclusive com a participação do PSD e o apoio do sr. José Ernirio de Moraes. Essa frente única ampla obteve uma maioria eleitoral de 40 mil votos no Recife. Nas eleições para prefeito e candidato foi o sr. Pelópidas da Silveira. A frente única aí já foi mais limitada, de maneira que o saldo eleitoral tinha que ser forçosamente menor. Não foi surpresa nenhuma que a eleição de Pelópidas fosse mais difícil.

JORNALISTA: Sr. Luis Carlos Prestes, acha o sr. que João Quadros ainda tem futuro político neste País?

PRESTES: Creio que ainda tem. Pelo seguinte: o povo, as grandes massas trabalhadoras são de uma grande fidelidade aos seus líderes, e só passam realmente a descer deles depois que estão convencidos de que são traidores. João Quadros teve um amplo eleitorado, aqui em São Paulo e penso que ainda tem. No resto do País, sem dúvida alguma, ele perdeu muito porque o resultado eleitoral, aqueles seis milhões de votos de 1960 foram o resultado de toda uma conjuntura definida. Entretanto, aqui em São Paulo, em especial na capital e entre a classe operária, o sr. João Quadros ainda tem prestígio, que eu não posso dizer se é suficiente para elegê-lo prefeito, diante de um candidato das forças patrióticas e democráticas. Mas que ele ainda tem prestígio e que não me surpreenderá uma votação ainda considerável, é isso que eu penso com todo o realismo.

JORNALISTA: O sr. Prestes Maia é comunista ou tem sido um bom aliado dos comunistas?

PRESTES: O prefeito Prestes Maia foi nosso aliado. Mas já na sua eleição para prefeito não teve o nosso apoio. A administração que vem fazendo na capital de São Paulo também não conta com nosso apoio. Achamos que tem cometido muitos erros.

JORNALISTA: Sr. Luis Carlos Prestes, é exato que em 1936 lhe foram entregues, ou pelo sr. João Alberto ou pelo sr. Siqueira Campos, em Buenos Aires, naquela época, dois mil contos para que o sr. viesse comandar a revolução de 30, e o sr. teria ficado com o dinheiro, dizendo: "Este dinheiro é para a compra de armamentos para a verdadeira revolução no Brasil"?

PRESTES: Não, não houve isso. Houve algo parecido, a que eu me referi publicamente quando fui levado ao Supremo Tribunal Militar, em setembro de 1937, barbaramente espancado. Foi com o rosto sangrando que tive ocasião de me defender. Depois que eu disse algumas palavras em minha defesa, como toda a imprensa daquela época acusava os comunistas e os membros da Aliança Nacional Libertadora de receberem dinheiro do estrangeiro, pedi ao juiz do Supremo Tribunal Militar, para que me desse as suficientes garantias a fim de que eu apresentasse toda a documentação para dizer que se algum dinheiro chegou às minhas mãos, passou antes pelas mãos do sr. Oivaldo Aranha e do sr. Getúlio Vargas. A eles, portanto,

cabia dizer se tinha vindo de Moscou ou de... ou que. Mas não veio a resposta.

JORNALISTA: Mas foram dois mil contos?

PRESTES: Não foram dois mil, foram 800 contos — 800 contos com os quais a reação, o sr. Getúlio Vargas, pretendia comprar o meu apoio à sua candidatura. Apesar disso, a minha posição estava tomada, o meu Manifesto de Maio foi publicado, e aqueles recursos foram entregues ao movimento revolucionário brasileiro.

JORNALISTA: O sr. falou, há pouco, sr. Luis Carlos Prestes, que apoiou o sr. Getúlio Vargas.

PRESTES: Quando?

JORNALISTA: Em 1948.

PRESTES: Apoiamos Vargas e já disse porque — porque ele fazia a guerra contra o nazismo.

JORNALISTA: O sr., no instante em que sua esposa foi entregue às mãos da Gestapo para ser executada, que reação teve? O sr. teve vontade de abandonar tudo, ou isso lhe deu maior ânimo para prosseguir na luta?

PRESTES: Isso me colocou, como qualquer comunista, no dever de prosseguir na luta com mais vigor do que nunca...

JORNALISTA: Sr. Luis Carlos Prestes... (interrompendo e sendo interrompido).

PRESTES: ...como ela mesma fez. Continuou no campo de concentração Ravensbruck na Alemanha. Destacou-se como grande lutadora e foi a prisioneira mais conhecida pela sua solidariedade às outras prisioneiras. Na Páscoa de 1948, junto com outras companheiras, foi retirada do campo para ser levada às câmaras de gás e ser eliminada.

JORNALISTA: Quando o Sr. se converteu ao comunismo? Terá sido em 1929 em Buenos Aires?

PRESTES: Não, não foi aí propriamente. É um processo interessante de ser narrado. Até hoje não tive ocasião de iniciar qualquer elaboração das minhas memórias, mas o Sr. compreende, um homem que fez a marcha da Coluna, como eu, viu diante de si a miséria do povo brasileiro. Depois de dois anos e meio de lutas, compreendemos que não estávamos preparados para resolver aqueles problemas. Foi educado no Rio de Janeiro, conhecia a capital, não conhecia a miséria do povo brasileiro. Foi conhecê-la na marcha da Coluna. Ao terminar a Marcha dediquei-me a procurar uma solução para os problemas brasileiros, e essa solução eu a encontrei precisamente no marxismo. É claro que, como chefe de família, como posso dizer que já era desde a idade de dez anos, eu me preocupava com o futuro de minha família. Procurava uma solução reformista, mas tinha o pensamento suficientemente lógico, para, levando o raciocínio adiante, chegar à conclusão de que o reformismo não resolvia o problema, que era necessária a solução revolucionária. Desde que cheguei a essa solução marchei para ela com toda a decisão, de maneira que foi isso o que me levou ao marxismo. Tive contato com o Partido já posteriormente à minha definição pessoal. Eu só fui aceito como membro do Partido em 1934, — agosto de 34.

JORNALISTA: Qual é a história da evolução mar-

xista de Fidel Castro, sabendo-se que no início da revolução ele não se apresentou como marxista?

PRESTES: É, Fidel não era marxista. Fidel Castro educou-se particularmente no México. Sabem os sr.s. que o México foi o primeiro país da América Latina que estabeleceu relações com a União Soviética, um país em que há muitos anos há uma relativa liberdade, em que nas faculdades, nas universidades o ensino do marxismo já é oficial, de maneira que Fidel Castro, ao estudar Direito, ao frequentar escolas de Direito no México e em Cuba, mas particularmente no México, recebeu uma forte influência marxista. O célebre documento escrito por Fidel Castro, quando da sua defesa no processo que contra ele se moveu em Cuba, depois do assalto a Moncada, é um documento que tem muito de marxismo. Não se pode dizer ainda que seja um documento marxista, mas revela já uma forte influência marxista. No início da luta armada em Cuba, Fidel Castro efetivamente não queria nem contato com os comunistas. O Partido Comunista — Partido Socialista Popular de Cuba — tentou contato com Fidel Castro, mas ele não queria. Por quê? Porque a frente única em que Fidel Castro se apoiava era muito ampla, inclusive até alguns setores bem próximos do imperialismo participavam dessa frente única, no início. Tanto que os primeiros manifestos de Fidel Castro eram difundidos em Miami. Em Miami eram impressos e distribuídos. Posteriormente, através de Carlos Rafael Rodríguez, foi possível um contato do Partido com Fidel Castro e, no fim da luta, já o Partido Comunista participava diretamente das guerrilhas, da luta armada. Sabe-se que a greve geral de Havana foi um elemento indispensável para a vitória do movimento revolucionário. Mas no início do seu governo mesmo, ainda as tendências de Fidel Castro não eram abertamente para o socialismo. O seu discurso na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires foi um discurso bastante amplo, que atendia inclusive aos interesses da burguesia nacional dos países da América Latina. Mas o processo revolucionário cubano não se deteve. E Fidel Castro teve o grande

mérito de situar-se com acerto nesse processo. Hoje, Cuba vive a revolução socialista, dirigida pelo Partido Único da Revolução Socialista, um partido marxista-leninista.

JORNALISTA: Fidel Castro pode ser tido como um elemento autenticamente comunista ou é um comunista de ocasião?

PRESTES: Fidel Castro é um comunista, é um homem que estuda o marxismo e aplica o marxismo com bastante êxito em Cuba.

JORNALISTA: Por que os comunistas colaboraram com o ditador Batista?

PRESTES: Os comunistas colaboraram com Batista em seu primeiro governo, não no segundo. Desde o golpe de Batista, em 1952, os comunistas tomaram posição contra ele. Entretanto, não concordaram com a forma de luta armada. Admitindo o erro, reconheceram que, num determinado momento, não souberam ver que a forma principal de luta, em Cuba, na época, era justamente a luta armada. Os comunistas, porém, tiveram uma posição decidida contra Batista. Colaboraram com Batista no governo anterior. Então, Batista era bastante avançada. Nas datas do meu aniversário, quando eu estava na prisão, Batista sistematicamente mandava um telegrama a Getúlio Vargas, pedindo a minha liberdade.

JORNALISTA: É exato que o Sr. Júlio Mesquita Filho, como disse no "Pinga Fogo", foi encontrá-lo numa enxovia do Rio de Janeiro, num dos presídios do Rio de Janeiro e que o Sr. se comunicava com ele pelo "telégrafo de parede"?

PRESTES: Não, não é exata esta história. Eu estive numa situação de total isolamento. O único preso que esteve mais perto de mim, e não podia ter contato por parede, foi o Fournier, que, como eu, estava doente. Eu me achava isolado, os próprios guardas chamavam de "isolamento". Era uma prisão medieval, feita dentro da Casa de Correção pela "caridade" e pelo "humanitarismo" do Sr. José Carlos de Macedo Soares, que fez uma prisão medieval para me meter lá dentro. Eu estava lá confi-

nado — isso dentro da enfermaria da Casa de Correção. Para a enfermaria veio o Fournier e aí, através dos guardas, consegui estabelecer contato com o Fournier. Travamos então correspondências, que se tornou pública. Pelo menos as cartas que eu lhe escrevi foram publicadas em livro meu e em folhetos.

JORNALISTA: Fournier era integralista?

PRESTES: Era, militante integralista.

JORNALISTA: Tão militante quanto o San Tiago Dantas?

PRESTES: É. San Tiago Dantas era da Câmara dos 40, Fournier não era tão importante. Participou do ataque ao Palácio Guanabara. Devemos ressaltar, que entre os integralistas — e esta é uma tese que eu sempre defendi — mesmo naquela época, eram muito numerosos os patriotas equivocados. E equivocados com razão de ser, pois a "democracia liberal" como eles chamavam, estava em decadência e bancarota. Os inconformados viam, de um lado, o socialismo, a União Soviética e do outro lado o nazismo. A União Soviética, sem nenhuma possibilidade de propaganda aqui, e o nazismo com uma vastíssima propaganda. De maneira que muitos patriotas, para evitar o mal maior que era o "ateísmo", o "materialismo", o horror do comunismo que "come criança", viam no fascismo a solução. Depois da guerra, das barbaridades cometidas pelo fascismo, muitos desses elementos foram ganhos para a democracia, e entre eles está o sr. San Tiago Dantas.

JORNALISTA: Será o caso do Sr. Plínio Salgado?

PRESTES: O Sr. Plínio Salgado continua afirmando que é integralista. Parece que o caso dele não é esse, pois continua fascista.

JORNALISTA: É exato que a Sra. Aisira do Amaral Peixoto e o tenente Gregório tentaram interceder a seu favor, quando preso nessa prisão medieval a que o Sr. se referiu há pouco?

PRESTES: Não conheço esse episódio.

JORNALISTA: A instalação da Embaixada Soviética

no Brasil está favorecendo a propaganda comunista no Brasil? Eles estão cooperando ativamente?

PRESTES: Não existe tal cooperação. A União Soviética tem por princípio a não intervenção nos assuntos internos de cada povo. As relações são exclusivamente relações de Estado a Estado, relações diplomáticas, culturais e comerciais. É claro que as relações culturais contribuem para um melhor conhecimento de que se passa na União Soviética, mas sem nenhuma intervenção da Embaixada da URSS nos assuntos internos. Um exemplo típico: O sr. sabe que o governo soviético ajuda amplamente o governo de Nasser, enquanto os comunistas no Egito são perseguidos. Cabe ao próprio povo egípcio resolver esse problema.

JORNALISTA: Aqui está uma denúncia apresentada ao Congresso Nacional, pelo padre Vidigal. Depois que a Embaixada Soviética foi instalada, a propaganda comunista se desenvolve em todo o território nacional de maneira impressionante e desafiadora, ostensiva mesmo, apolada e permitida pelo Poder Executivo.

PRESTES: A nossa opinião é diferente da do padre Vidigal. Achamos que a nossa propaganda está muito aquém das necessidades. Basta dizer que o movimento comunista até hoje não conta com um jornal diário. Hoje, a imprensa diária é monopólio dos ricos.

JORNALISTA: Já houve diário?

PRESTES: Já tivemos diário. Mas com a inflação que está aí, o preço do papel, as despesas todas, a dificuldade de publicidade para um jornal popular, o deficit atinge a proporções inauditas. O rádio e a televisão são concessões que estão nas mãos dos ricos. Nós também não temos nenhuma possibilidade de usar o rádio ou a televisão, a não ser em oportunidades como essas, que eu, mais uma vez, não posso deixar de agradecer, congratulando-me com essa equipe e com a Tupi pela oportunidade. Mas as dificuldades são grandes, a nossa propaganda é muito pequena. Quem é que faz propaganda do comunismo hoje no Brasil? Um semanário

de caráter nacional, jornal comunistas, pequenas revistas, e uma revista bimensal. Nada mais, e resto é a propaganda pela voz, são os comícios e conferências que realizamos.

JORNALISTA: O movimento comunista brasileiro tem o prof. Caio Prado Jr. como um teórico ou como um elemento ativo?

PRESTES: O camarada Caio Prado é, sem dúvida alguma, um teórico, um estudioso, particularmente dos problemas da nossa história, que ele procura interpretar à luz do marxismo.

JORNALISTA: Mas ele não se mantém assim como que afastado da ativação comunista?

PRESTES: Não, ele participa como comunista, e sempre fez questão de se afirmar comunista.

JORNALISTA: É o caso de Mario Schemberg.

PRESTES: De Schemberg também.

JORNALISTA: Procedem as denúncias de que a Universidade de Brasília está sendo transformada numa base de propaganda comunista? Ou de formação comunista?

PRESTES: Há essa "denúncia", mas não há nenhuma razão de ser nisso.

JORNALISTA: Sr. Luis Carlos Prestes, porque teria o sr. Carlos Lacerda abandonado o comunismo, no seu entender?

PRESTES: Ele não abandonou, porque nunca foi comunista.

JORNALISTA: Mas ele declarou aqui que foi.

PRESTES: Lacerda aproximou-se da Juventude Comunista naquele ano de 35, na luta da Aliança Nacional Libertadora. Participou de alguns comícios, fez alguns discursos, e nada mais. E logo a seguir Lacerda revelou o que de fato ele era, porque por um conto de réis escreveu na revista do sr. Valentim Bouças o artigo mais infame contra os comunistas que, naquela época, estavam todos na prisão, eram perseguidos, torturados e assassinados pela reação.

